

**UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES
PRÓ-REITORIA DE ENSINO, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CÂMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN - RS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - MESTRADO**

NEDIA DEBORA DE AVILA GIACOMINI

**O POLICIAL MILITAR INSTRUTOR DO PROGRAMA EDUCACIONAL DE
RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E A VIOLÊNCIA (PROERD) COMO EDUCADOR
SOCIAL**

FREDERICO WESTPHALEN - RS

2021

NEDIA DEBORA DE AVILA GIACOMINI

**O POLICIAL MILITAR INSTRUTOR DO PROGRAMA EDUCACIONAL DE
RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E A VIOLÊNCIA (PROERD) COMO EDUCADOR
SOCIAL**

**Dissertação apresentada como requisito
para obtenção do grau de Mestre, pelo
Programa de Pós-Graduação em Educação -
Mestrado, Departamento de Ciências
Humanas da Universidade Regional
Integrada do Alto Uruguai e das Missões -
Campus de Frederico Westphalen - RS.**

Orientador: Prof. Dr. Arnaldo Nogaro

FREDERICO WESTPHALEN - RS

2021

IDENTIFICAÇÃO

1.1 Instituição de Ensino/Unidade

URI – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões.

Câmpus Frederico Westphalen.

Rua Assis Brasil, 709 – Bairro Itapagé – 98400-000 – Frederico Westphalen – RS.

1.2 Direção do Campus

Diretora Geral: Profa. Dra. Silvia Regina Canan

Diretora Acadêmica: Profa. Dra. Elisabete Cerutti

Diretor Administrativo: Ezequiel Albarello

1.3 Departamento/Curso

Departamento de Ciências Humanas - Curso de Pós-Graduação em Educação – Mestrado em Educação – coordenadora Profa. Dra. Luci Mary Duso Pacheco.

1.4 Linha de Pesquisa

Formação de Professores e Práticas Educativas

1.5 Orientador

Prof. Dr. Arnaldo Nogaro

1.6 Orientanda

Nedia Debora de Avila Giacomini

1.7 Temática

Educador Social

Nedia Debora de Avila Giacomini

O policial militar instrutor do programa educacional de resistência às drogas e a violência
(PROERD) como educador social

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, Campus de Frederico Westphalen, como requisito para obtenção do título de Mestra em Educação.
Orientadora: Prof. Dr. Arnaldo Nogaro

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Arnaldo Nogaro – Orientador
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI

Profa. Dra. Sílvia Regina Canan
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI

Profa. Dra. Rosimar Serena Siqueira Esquinsani
Universidade de Passo Fundo - UPF

Frederico Westphalen
2021

LISTA DE SIGLA

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CRPO/FNO -Centro Regional de Policial Ostensiva da Fronteira

DARE - *Drug Abuse Resistance Education*

DPCDH - Diretoria de Polícia Comunitária e de Direitos Humanos

PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência

LAPD - Departamento de Polícia de Los Angeles

LAUSD - Distrito Escolar Unificado de Los Angeles

ND – Nativos Digitais

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro A- resultado da pesquisa com os descritores.....	18
Quadro B - resultado da pesquisa com os descritores.....	18
Gráfico 1 – Idade dos participantes.....	61
Gráfico 2 – Tempo de serviço na Brigada Militar.....	62
Gráfico 3 – Nível de escolaridade dos instrutores.....	63
Gráfico 4 – Cursos superiores dos instrutores.....	64
Gráfico 5 – Tempo de atuação no Proerd	64
Gráfico 6 – Média das aulas por instrutor do Proerd.....	66
Gráfico 7 – Conteúdos mais importantes na visão dos instrutores.....	67
Gráfico 8 – Lições que mais despertam interesse nos estudantes.....	69
Gráfico 9 – Conteúdos apresentados dentro do assunto “drogas”.....	70
Gráfico 10- Conteúdos com as turmas de 5º anos.....	71
Gráfico 11 – Valores e conceitos repassados	72
Gráfico 12 – Valores, conceitos trabalhados de forma paralela.....	75
Gráfico 13 – Contribuições do Proerd apontadas pelos instrutores.....	78
Gráfico 14 – Crença na função do instrutor como educador social.....	83
Quadro 1 – Motivos para atuar como instrutor do Proerd.....	65
Quadro 2 – Outros papéis na visão dos instrutores	79
Quadro 3 – Conceito de educador social.....	81
Quadro 4 – Concepção do instrutor enquanto educador social.....	84

Dedico este trabalho a todos os Policiais Militares, especialmente aos instrutores do Proerd, que diariamente se desafiam e se arriscam para a construção de uma sociedade mais livre e segura, com vistas em um novo amanhã, pois a crença na humanidade e o combate ao mal é o motivador diário de cada missão.

AGRADECIMENTOS

Preciso agradecer aos meus companheiros de jornada, aqueles que me motivam diariamente a ser melhor que ontem e quem me motiva a ser melhor ser humano.

De todas as pessoas importantes na vida de alguém àquela que escolhemos para estar conosco durante a vida é sem dúvida uma das mais importantes, pois deixa sua marca em nossa alma, nos faz florescer através do amor e afeto e está conosco em todos os momentos. Como companheiro de jornada que me torna melhor a cada dia e como companheiro de vida, que me faz florescer e despertar para meus sonhos e potenciais encontro meu marido Vilnei Giacomini, grande motivador deste mestrado, a quem dedico de coração.

Ao meu grande mestre e orientador professor Dr. Arnaldo Nogaró, ser humano único, fonte de segurança e conhecimento que enriqueceu e transformou meu pensar com seu grande conhecimento transmitido de forma humilde e sensata. Exemplo de docente a ser seguido.

A todos meus colegas de profissão e de curso e aos mestres agradeço pelos ensinamentos diários.

A Deus, sem a permissão dele, nada seria possível!

RESUMO

A pesquisa “O policial militar instrutor do programa educacional de resistência às drogas e a violência (PROERD) como educador social”, está inserida na linha de pesquisa um - Formação de Professores, Saberes e Práticas Educativas do Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado, Departamento de Ciências Humanas, da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Campus de Frederico Westphalen. A visão do PROERD é a de que os jovens que refletem sobre as diversas situações são capazes de fazer melhores escolhas, de forma não impulsiva, de se comunicar e de se relacionar melhor com as pessoas, além de se manter livres de drogas e obter maior sucesso em todas as áreas de suas vidas. A investigação realizada guiou-se pelo problema: de que forma a atuação do policial militar, enquanto instrutor do PROERD, caracteriza-se como ação de educador social? Para procurar responder a este questionamento buscou-se compreender a atuação do policial militar, enquanto instrutor do Proerd. Para tanto foi realizada uma pesquisa de campo, de natureza qualitativa, com 16 Policiais Militares que atuam como instrutores do PROERD na região do CRPO Fronteira Noroeste - Gaúcho. A coleta dos dados foi realizada por meio de questionário utilizando-se a plataforma *Google Forms*. A análise dos dados deu-se segundo a orientação da análise qualitativa e de conteúdo. A pesquisa nasceu da necessidade de relacionarmos e observarmos, de forma interdisciplinar, a formação do indivíduo integrante do meio social com a responsabilidade das instituições: família, escola e Estado, fazendo um recorte no trabalho desenvolvido pelo Estado através do programa realizado pelas Polícias Militares (Proerd) no ambiente escolar. Ao seu final, foi possível compreender que a atuação do policial militar, enquanto instrutor do Proerd, caracteriza-se como uma ação de educador social. Ao longo do trabalho constatou-se os pontos de convergência (correlações) entre as atividades desenvolvidas pelo Educador Social e pelo Policial Militar instrutor do Proerd sobre o conceito de educador social e do conteúdo programático do Proerd, que voltam-se para o mesmo objetivo: desenvolver valores de cidadania e conduzir os jovens a um pensar crítico sobre as drogas, a violência e os tensionamentos sociais, e, através do diálogo e da reflexão construir-se um futuro possível.

Palavras-chave: Educador social. Policial Militar. Proerd. Cidadania.

ABSTRACT

The research “The military police instructor of the educational program of resistance to drugs and violence (PROERD) as a social educator”, is inserted in research line one - Teacher Training, Knowledge and Educational Practices of the Graduate Program in Education - Master's Degree, Department of Human Sciences, Regional Integrated University of Alto Uruguai e das Missões - Frederico Westphalen Campus. PROERD's vision is that young people who reflect on different situations can make better choices, in a non-impulsive way, to communicate and relate better with people, in addition to staying drug-free and getting bigger success in all areas of their lives. The investigation carried out was guided by the problem: in what way is the role of the military police officer, as a PROERD instructor, characterized as a social educator action? To answer this question, we sought to understand the role of the military police officer, as an instructor at Proerd. Therefore, a qualitative field research was carried out with 16 Military Police officers who work as PROERD instructors in the CRPO Fronteira Noroeste - Gaúcho. Data collection was performed through a questionnaire using the Google Forms platform. Data analysis was carried out according to the orientation of qualitative and content analysis. The research was born from the need to relate and observe, in an interdisciplinary way, the formation of the individual who is part of the social environment with the responsibility of the institutions: family, school and State, drawing on the work developed by the State through the program carried out by the Military Police (Proerd) in the school environment. At the end, it was possible to understand that the role of the military police officer, as a Proerd instructor, is characterized as a social educator's action. Throughout the work, the points of convergence (correlations) between the activities developed by the Social Educator and the Military Police instructor at Proerd were found on the concept of social educator and the program content of Proerd, which are aimed at the same objective: develop citizenship values and lead young people to a critical thinking about drugs, violence, and social tensions, and, through dialogue and reflection, build a possible future.

Keywords: Social educator. Military police. Proerd. Citizenship.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 CONTEXTUALIZANDO E JUSTIFICANDO A PESQUISA NA TRAJETÓRIA DA PESQUISADORA	15
2 PROERD: OBJETIVOS, HISTÓRICO, AMPARO LEGAL E CONTEMPORANEIDADE DO PROGRAMA.....	24
2.1 O início do Programa: o nascedouro e o desenvolvimento no Brasil	24
2.2 A formação no Proerd como espaço para orientação de crianças e jovens em relação ao uso das TDICs	27
2.2.1 Emergência e disseminação das TDICs	28
2.2.2 Dependência de internet entre crianças e jovens	29
2.2.3 O Proerd como ferramenta de conscientização para uso dos TDICS	33
3 O POLICIAL MILITAR INSTRUTOR DO PROERD COMO AGENTE DE EDUCAÇÃO SOCIAL	37
3.1 Educador social: identidade e atuação	37
3.2 Análise e objetivo do conteúdo programático do Proerd.....	41
3.3 Proerd e as práticas educativas.....	43
3.4 O instrutor do Proerd, o educador social e a construção para novo contrato Social: educação e valores.....	47
3.5 A construção de um novo Contrato Social e educação.....	50
4 CONHECIMENTO E ATUAÇÃO DO POLICIAL INSTRUTOR DO PROERD NA EDUCAÇÃO SOCIAL.....	56
4.1 Metodologia da pesquisa.....	56
4.2 Pressupostos teórico-metodológicos.....	57
4.3 Espaço da pesquisa, participantes, coleta e análise dos dados	60
4.4 Caracterização e perfil dos participantes.....	61
4.5 Atuação e conteúdos desenvolvidos pelo instrutor com os estudantes.....	66
4.6 Proerd e formação social	72
4.7 O policial instrutor do Proerd como educador social.....	79
5 CONSIDERAÇÕES.....	86
REFERÊNCIAS.....	90
APÊNDICES.....	97
ANEXOS.....	104

INTRODUÇÃO

O presente trabalho denominado “O policial militar instrutor do programa educacional de resistência às drogas e a violência (PROERD) como educador social” é a materialização, científica do problema de pesquisa e das reflexões decorrentes da busca pela análise da função do Policial Militar, enquanto instrutor do Proerd (Programa educacional de prevenção às Drogas e a Violência), em comparação com as atividades desenvolvidas pelo educador social. Para além da pesquisa, acredita-se ser uma forma de valorizar essas duas importantes funções desenvolvidas por profissionais com formações diferentes, mas que congregam esforços para desenvolver esta atividade de educação não formal junto aos jovens estudantes brasileiros.

Apesar da extrema importância que a educação formal tem para a formação do conhecimento crítico e desenvolvimento intelectual do discente nosso cenário atual (2020/2021) tem demonstrado, através da pandemia mundial ocasionada pelo vírus Sars- Cov 2, que precisamos agir como cidadãos, respeitar as restrições impostas pelas autoridades para ter-se um certo controle sobre a disseminação do vírus. Fazer uso de equipamentos de proteção individual, utilizar álcool em gel, lavar as mãos, não organizar ou participar de aglomeração, são ações de proteção a si e de igual forma ao outro, gesto de empatia e responsabilidade social e sanitária. Assim, a realidade vivida demonstra que estas atitudes e o acatamento às normas e orientações das autoridades sanitárias, o altruísmo, a disciplina consciente e social e o respeito aos limites definidos são fatores determinantes para a manutenção do estado de saúde do grupo social e uma das formas para preservarmos a vida humana.

Vive-se um período de reflexões principalmente quando a análise recai sobre a necessidade de mudanças de comportamentos e atitudes que perpassam por questões de inteligência emocional, convivência em sociedade e civilidade. Observa-se que a escola formal não dá conta de trabalhar esses valores no contexto escolar pelo professor que desenvolve na íntegra o currículo escolar, mas demonstra-se necessário quando vemos jovens, adultos e idosos desrespeitar convenções sociais e restrições legais para satisfação pessoal, colocar os demais entes do núcleo familiar em perigo de contágio com esse vírus cada vez mais apresenta mutações nocivas.

O desrespeito às normas e regras sanitárias, protocolos e legislação na situação pandêmica vivida é um exemplo das consequências causadas pela falta de disciplina consciente e social e descaso com as responsabilidades individuais para viver em comunidade. Isto leva ao

questionamento a respeito do quanto o tempo de escolarização formal e a forma como ele é utilizado consegue oferecer uma formação que possibilita a construção da consciência e o espírito de responsabilidade coletiva? Por que não há compaixão pelo outro? De onde vem esta ausência de senso coletivo? Por que há essa desconsideração com outros semelhantes? Onde estariam as razões da banalização da vida? O individualismo seria fruto da natureza humana egoísta ou do modelo social, fazendo com que o ser humano tenha que ser educado para viver em sociedade? Estas inquietações convergiram para questionamento nuclear que pautou a investigação: a atuação do policial militar, enquanto instrutor do PROERD, caracteriza-se como ação de educador social?

A partir da leitura deste cenário mensura-se a importância do trabalho desenvolvido pelo instrutor do Proerd. Além de trabalhar valores fundamentais ao convívio coletivo, demonstra a necessidade de cumprimento de regras para a vivência no grupo escolar, o que reflete na convivência em sociedade e no desenvolvimento da inteligência social como forma de solução para os problemas apresentados, através do método aplicado pelos alunos na resolução de problemas simulados, mas que podem ser aplicados ao longo da vida.

A ciência também se faz presente no Proerd através de dados estatísticos sobre situações da vida em sociedade. É apresentada uma pesquisa sobre uso de drogas realizada junto aos estudantes da mesma faixa etária dos alunos do Proerd. A partir destes dados é exposto o percentual do número de adolescentes que contatam substâncias lícitas/ilícitas. São apresentados também estudos científicos sobre as consequências do uso dessas substâncias no organismo e o malefício desse uso para o convívio social. O instrutor demonstra caminhos a serem seguidos para possível solução do problema a ser enfrentado no caso de ser ofertada essas substâncias no decorrer da vida do estudante.

Nesta esteira, esta dissertação emergiu da necessidade de relacionar e observar, de forma interdisciplinar, a formação do indivíduo integrante do meio social com a responsabilidade das instituições: família, escola e Estado, fazendo um recorte no trabalho desenvolvido pelo Estado através do programa realizado pelas Polícias Militares (Proerd) no ambiente escolar.

As inquietações acerca dos propósitos da educação e seus reflexos na vida humana (e segurança) permeiam o pensamento humano desde os primórdios, conforme enunciado por Pitágoras de Samos, filósofo: “Educai as crianças e não será preciso punir os homens”. Ao tomar este pensamento no sentido amplo do termo educação verifica-se que a reflexão realizada em um período que não havia escolas encontra eco e se torna assertiva na sociedade contemporânea do século 21.

Os modelos educacionais e metodologias de ensino evoluíram junto com a sociedade e modernamente o ensino que tem por base predominante a transmissão do conhecimento por meio das disciplinas curriculares, sem voltar-se para a formação do cidadão e de sua inteligência social para viver em sociedade, não corresponde a integralidade dos desafios que serão encontrados pelo jovem durante sua incursão na vida social.

Conectado à rede mundial de computadores o estudante cada vez tem mais acesso ao conhecimento repassado que outrora era adquirido apenas em ambiente escolar, seleciona dentre todas as informações recebidas aquelas que considerava mais relevantes. Além de ser o *locus* do saber, a escola é o primeiro grupo social que o indivíduo se insere e se relaciona diverso da família, ambiente que, além da socialização com outros da mesma faixa etária, permite que faça a interiorização de outros valores e conceitos: colaboração, respeito pela natureza, diversidade, empatia, civilidade, entre outros. A escola é um ambiente e espaço de formação diverso da família e do meio social, com finalidades específicas que outros espaços não podem cumpri-las. Torna-se um local onde o estudante exercerá a tolerância, compartilha seu espaço no convívio com outros (espaço este físico ou virtual) para o exercício de um ambiente democrático com vistas à formação e seu desenvolvimento intelectual e moral.

Nesta premissa, o Proerd visa desenvolver habilidades que não são trabalhadas ou vistas de forma superficial durante sua vida escolar formal (no desenvolvimento do currículo escolar). Ele tem como uma de suas metas auxiliar a fomentar e sedimentar valores, além de desenvolver trabalho de prevenção ao uso drogas lícitas e ilícitas e formas de resolver os conflitos sem usar a violência. Na sala de aula, ingressa um Policial Militar fardado que compartilha com o professor um período de aula semanal para desenvolver as atividades do Proerd e trata de questões importantes para a convivência social.

Enquanto o modelo tradicional de ensino ocupa espaços de escolas, com salas de aulas estruturadas em espaço físico organizado de forma pedagógica para melhor desenvolver as atividades curriculares, o modelo de sala de aula trazido pela Pandemia mundial causada pela vírus Sar-Cov 19, reformulou, de forma forçada, o ambiente de aprendizado: professores e estudantes distantes fisicamente, mas conectados virtualmente em ambientes nos quais o professor busca, dentro do período limitado de tempo e atenção, desenvolver as disciplinas curriculares. As rotinas escolares mudaram e para acompanhar essa necessidade a Brigada Militar, no ano de 2021, iniciou projeto piloto para a realização das atividades de forma virtual, frente a importância social do projeto que há mais de duas décadas é desenvolvido no Brasil.

Nesta linha de pensar e diante da relevância dos assuntos trabalhados nas lições do Proerd a pesquisa pautou-se por inquietações que se condensam em uma interrogação nuclear: **de que forma a atuação do policial militar, enquanto instrutor do PROERD, caracteriza-se como ação de educador social?** Este questionamento nasceu na intenção de encontrar respostas que pudessem corresponder ao objetivo proposto que foi **de compreender se a atuação do policial militar, enquanto instrutor do Proerd, caracteriza-se como uma ação de educador social.** O objetivo macro subdividiu-se em outros que se referem às ações e à forma como o trabalho foi desenvolvido para que se chegar ao propósito desejado. Assim foram definidos como objetivos específicos para a pesquisa:

- a) Identificar percepções de Policiais Militares, que atuam como instrutores do Proerd, que permitam estabelecer correlações, de similaridades ou diferenças, da sua atividade com a desempenhada pelo educador social;
- b) Colher e mapear as percepções dos instrutores do Proerd a respeito da contribuição de seu trabalho, junto aos estudantes do Ensino Fundamental, para o estabelecimento de um novo contrato social com base em valores sociais;
- c) Analisar os pontos de convergência (correlações) entre as atividades desenvolvidas pelo Educador Social e pelo Policial Militar instrutor do Proerd.

Para tanto, fez-se necessário a incursão na literatura para historicizar e caracterizar o Proerd e o papel do educador social. Somado a isso veio a pesquisa de campo para identificar a função do Policial Militar em sala de aula e sua contribuição para a sociedade, as percepções e valores repassados aos estudantes e a mudança de mentalidade que este trabalho pode causar entre os alunos, na escola e na família.

Nesta linha de pensamento ao analisar o conteúdo das lições repassadas pelo instrutor Proerd pode-se identificar que as crianças aprendem sobre a importância do respeito ao próximo, auxiliar quem está em dificuldade; sobre os perigos trazidos pelas más companhias, desenvolvem habilidades para identificar as pessoas confiáveis e sua rede de proteção (importância de fortalecer laços familiares) e dentre outros ensinamentos os malefícios do uso de drogas para a vida em sociedade e para o organismo.

A dissertação está estruturada da seguinte forma: na primeira seção consta a introdução; na segunda seção apresenta-se o objetivo, histórico, amparo legal e contemporaneidade do programa; na terceira seção aborda-se o Policial Militar instrutor do Proerd como agente de educação social e, por fim, na quarta seção apresenta-se a metodologia, os dados, sua análise e interpretação, como resultado final da pesquisa.

1 CONTEXTUALIZANDO E JUSTIFICANDO A PESQUISA NA TRAJETÓRIA DA PESQUISADORA

“Educai as crianças e não será preciso punir os homens.”

(PITÁGORAS, 500 a. C)

Ao analisar a afirmação de Pitágoras escrevo em primeira pessoa, pois, embora minha área de formação pessoal e profissional seja diversa do exercício diário da docência, esta frase reflete muito meu pensar a respeito da importância da educação na formação do indivíduo integrante do meio social. As ações e decisões espelham, em grande parte, os processos educativos a que o indivíduo foi submetido desde sua tenra infância no ambiente familiar onde os ensinamentos são repassados pelos pais ou adultos responsáveis pelos primeiros cuidados com o ser em formação, denominada como educação informal. Estes primeiros conhecimentos e educação somam-se, posteriormente, aos aprendizados transmitidos e apreendidos pela criança e jovem no ambiente escolar e acadêmico, identificado como educação formal e vista como um processo educativo realizado por pessoas designadas para esta função (SAVATER, 1998).

Através das lentes da minha profissão, Policial Militar, por vezes, questiono-me acerca da existência do sentimento de compaixão e respeito pelo humano. Hoje entendo que, embora nasçamos humanos, somos incompletos, precisamos evoluir para assim sermos na totalidade. A humanidade parte da premissa da necessidade de ensinar aos “recém-chegados”, termo utilizado em alusão às crianças, de como se tornar um indivíduo capaz de contribuir para a vida em sociedade, servindo-se para isso do “leite da amabilidade humana”, processo que decorre do aprendizado recebido pelo ser em formação. (SAVATER, 1998).

Dada a sua importância na formação do ser humano e por verificar diariamente que a “educação”, tanto no sentido formal ou informal, é vital na formação humana, com reflexos em todos os setores sociais e na segurança pública, é que o assunto há muito me cativa e tem espaço nos meus pensamentos e linha de ação. A reflexão sobre questões tão sensíveis e significativas me conduziram, segundo Veiga-Neto (2012), aos “Porões” das minhas convicções e modelos pré-concebidos sobre a importância e alcance do tema educação e seus reflexos na formação do homem. Revistar conceitos e as bases epistemológicas sobre velhas práticas e crenças e afastar preconceitos que restringiam e bloqueavam meus estudos e pesquisas em assuntos diversos da área de minha formação, Direito, foi um dos movimentos internos causados por essas reflexões.

Com estas palavras introdutórias e através da descida aos “Porões” em que revisei as raízes das certezas que sustentavam meu pensar e meus pré-conceitos nasceram as inquietações apresentadas neste projeto que me motivaram a caminhar em direção ao ponto mais alto do conhecimento, localizado no sótão (VEIGA-NETO, 2012), de onde é possível projetar o futuro, sem amarras de certezas pré-concebidas. Deste ponto vejo como a educação tem relevância e extrema importância na construção de um mundo possível, mais justo, humano e menos violento e me desafio a pesquisar sobre a convergência e a relação existente entre a educação e segurança pública nesta multidisciplinaridade que é composta a formação do ser humano. Assim nasceu a pesquisa que se propõe a estudar o papel do Policial Militar, instrutor do Proerd, e sua contribuição na formação de uma consciência cidadã com vistas a respeitar o humano enquanto educador social.

O Proerd é um programa desenvolvido pelas polícias em mais de 60 países em todo o mundo. No Brasil o programa é desenvolvido pelas polícias militares em todos os estados da federação. Ao conhecer a metodologia e os objetivos de cada lição ministrada pude perceber a importância de desenvolver, em ambiente escolar, temáticas que por vezes, não integram a base curricular, mas nem por isso são de menor importância na formação dos conceitos de cidadania e avaliação nas tomadas de decisão do jovem, futuro adulto.

Meu lugar de fala é de uma policial militar que integra as fileiras da Brigada Militar há vinte anos, formada instrutora do Proerd nos currículos do ano de 2005 e 2019, que ao longo desses anos formou crianças, hoje adultos, e que encontra nos novos colegas de profissão uma geração que teve na sala de aula o instrutor do Proerd entusiasmado bradando em alto e bom som “hoje é dia de Proerd!!!!”. Uma geração que interiorizou os ensinamentos do Proerd através das minhas aulas ou de outros instrutores, e que escolheu trilhar os caminhos da mesma profissão, ou diverso, mas com mesmo propósito, a tomada de decisão segura e consciente ao longo da vida, para se afastar das drogas ou da violência como forma de resolução de conflitos.

Acredito no Proerd pois vejo na educação do ser humano a possibilidade de mudar destinos e diminuir conflitos e a violência. Acredito na importância do trabalho de prevenção e conscientização quanto aos malefícios do uso de drogas lícitas e ilícitas junto a crianças e adolescentes, no ambiente escolar, realizados pelos policiais militares instrutores do Proerd. Enfim, porque vejo na integração e união de esforços o caminho para a construção de uma sociedade mais humana e segura.

Este caminho profissional trilhado me conduziu a pesquisar sobre o Proerd e a sua importância ao realizar o recorte do Policial Militar enquanto educador social e fazer o caminho

que Veiga-Neto (2012) descreveria como descida aos porões do conhecimento para realizar o estudo sobre o “Estado do conhecimento”. Este percurso vai ao encontro do que Morosini (2014, p. 155), explicita que é a discussão da comunidade acadêmica do percurso investigativo para a formação da realidade a ser inventariada, em um processo de categorização, análise e síntese sobre determinado assunto. Ferreira (2002, p. 257) sintoniza com a autora e descreve o estado do conhecimento como um mapeamento bibliográfico da produção acadêmica, seja dissertação a nível de mestrado ou tese em estudos de doutorado, em áreas do conhecimento, tempo e lugares diversos, em um movimento intelectual em que Morosini (2015, p. 107) afirma ser “[...] preferível ler de modo aprofundado e crítico alguns textos bem escolhidos a ler superficialmente milhares de páginas”. A análise e seleção dos trabalhos acadêmicos produzidos irão compor o rol dos trabalhos bibliográficos consultados que servirão para a construção do pensamento indagador sobre a pesquisa a ser produzida. No entender de Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021), o estado do conhecimento é “[...] identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica.”

Assim, com objetivo de não ser redundante ao abordar assunto eventualmente investigado em outras pesquisas acadêmicas, realizamos o estado do conhecimento sobre o tema com o propósito de identificar o que foi produzido em termos de pesquisas no Brasil para que o recorte da nossa pesquisa não recaia em redundância. Esta preocupação busca não somente evitar a repetição de pesquisa, mas auxiliar no campo do conhecimento e acrescentar possíveis contribuições que venham na direção da ciência que trata do tema. As questões sobre o Proerd têm sido discutidas no meio acadêmico na última década dada sua contemporaneidade. Frente a esse cenário torna-se premente nos questionarmos acerca do assunto, ou do seu recorte, que não foi objeto de análise sobre algum aspecto, e que pela importância pode contribuir cientificamente para a área da educação. Nesta linha de pensamento, passou-se a inventariar os conhecimentos produzidos sobre a temática no Banco de Dados da Capes no site: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses>, atividade realizada em 26 de abril de 2021.

Inicialmente foram realizadas buscas às teses e dissertações existentes na plataforma com os seguintes descritores: “Proerd AND educação preventiva”; “Proerd AND educação social”; “Proerd AND construção da cidadania”; “Proerd AND educador social, tendo como resultado o apresentado:

Quadro A - resultado da pesquisa com os descritores

Descritor	Dissertação	Ano	Tese
Proerd AND construção da cidadania	2	2006, 2015	Não teve
Proerd AND educador social	3	2006, 2010, 2017	Não teve
Proerd AND direitos humanos	7	2003, 2006, 2010 2012, 2015, 2017	Não teve
Proerd AND educação social	26	2003, 2006, 2010 2012, 2015, 2017	Não teve

Fonte: A AUTORA (2021).

Observa-se que desta busca emergiram resultados incipientes. Em todas as áreas de concentração e anos, não foram encontrados grande número de pesquisas sobre a temática e foi constatado que o assunto foi pesquisado apenas na modalidade de dissertação e que não há teses de doutorado sobre o tema. Na análise seguinte teve-se como objetivo delimitar os resultados encontrados com os seguintes filtros: grande área de concentração: ciências humanas e área de concentração: políticas e processo em educação; educação; direitos humanos e cidadania. Foi delimitado o período de interesse dos trabalhos produzidos entre os anos de 2010-2019 na área de educação.

A partir dos resultados encontrados por meio destes filtros foi realizada uma leitura aprofundada no resumo, na introdução e nas considerações finais e buscou-se identificar trabalhos que se assemelhavam ou se aproximassem do tema objeto da presente pesquisa. Assim, com base nos filtros e análise dos conteúdos dos trabalhos, existentes na plataforma Sucupira, apresenta-se o seguinte resultado para as dissertações produzidas em mestrados realizados na área da educação, entre os anos de 2010-2019, e, que de alguma forma se relacionam com o trabalho de pesquisa a que nos propomos realizar.

Quadro B - resultado da pesquisa com os descritores

Descritor	Trabalhos encontrados	Trabalhos selecionados	Ano de defesa	Título	Autor
Proerd AND construção da cidadania	0	0			
Proerd AND educador social	0	0			

Proerd AND direitos humanos	01	01	2015	Educação básica, violência e direitos humanos: a cultura da paz em perspectiva	Julio Cesar Pozo da Fonseca
Proerd AND educação social	8	2	2014	Contribuições do programa educacional de resistência às drogas e à violência (Proerd) para o encaminhamento de relações interpessoais conflituosas no cotidiano escolar	Luiz Carlos Camargo
			2017	Política pública de prevenção Proerd: uma abordagem institucionalista	Jardel Barszcz

Fonte: A AUTORA (2021).

Através deste exame verifica-se que não foram produzidas pesquisas na área da educação que investigaram a atuação do Policial Militar, instrutor do Proerd, enquanto educador social. Das análises das produções científicas com os filtros e descritores propostos foram selecionados três trabalhos os quais passarão ser apresentados para uma breve análise e correlação com o objeto de estudo.

A dissertação **Educação básica, violência e direitos humanos: a cultura da paz em perspectiva**, publicada em 2015, de autoria de Júlio Cesar Pozo da Fonseca, no Programa de Pós- Graduação em Educação realizado na Universidade do Oeste de Santa Catarina, investiga, através de um levantamento bibliográfico, estudo exploratório e descritivo, com levantamento de dados quali-quantitativos a existência nas escolas de espaços de paz e cidadania com base nos Direitos Humanos para a garantia da dignidade humana na educação. O Proerd é abordado na pesquisa, no terceiro capítulo, como resultado de uma investigação empírica a respeito da infração disciplinar e violência escolar e apontado como fator de redução de casos de cometimento de transgressão escolar nos anos de 2012/2013 em que foi desenvolvido, juntamente com outros projetos sociais. O autor não quantifica ou compara essa redução com outros períodos, materializando em percentual. Por não ser o objetivo da presente pesquisa resultados quantitativos, a falta desse dado não acarreta prejuízo na análise global da pesquisa, mas pode contribuir quanto o aspecto da construção da cidadania dentro do ambiente escolar, objeto da presente pesquisa.

Na dissertação intitulada **Contribuições do programa educacional de resistência às drogas e à violência (Proerd) para o encaminhamento de relações interpessoais conflituosas no cotidiano escolar**, Luiz Carlos Camargo escreveu em 2014 com objetivo de avaliar o Proerd e o encaminhamento das relações conflituosas do convívio escolar, oportunidade em que foram analisados 25 alunos, em uma investigação de cunho exploratório e de natureza qualitativa, juntamente com 4 policiais militares (instrutores), 16 pais dos alunos e 1 professora. A professora foi a única entrevistada e a coleta dos demais sujeitos pesquisados se deu por meio de um questionário. Segundo o autor, “As atividades desenvolvidas pelo PROERD implicaram na mudança de comportamento, contribuíram na formação de ideias e tomada de decisões pelos alunos participantes.” (CAMARGO, 2014, p. 7) tendo o pesquisador concluído que o programa auxilia o estudante a se relacionar melhor tanto no ambiente escolar como no familiar, contribuindo para uma atitude reflexiva antes da tomada de uma decisão, ação interiorizada através das lições do programa pelo Policial Militar, instrutor do Proerd. O autor destaca que o desenvolvimento do Proerd na escola contribuiu para o resultado positivo no convívio escolar em diversos aspectos, dentre eles a questão de bullying, indisciplina, agressividade, observando-se mudanças comportamentais.

No ano de 2017, Jardel Barszcz apresenta o resultado da sua pesquisa com a dissertação intitulada **Política pública de prevenção Proerd: uma abordagem institucionalista** a qual tem por objetivo analisar o Proerd enquanto política pública de prevenção segundo a perspectiva de Thorstein Bunde Veblen, realizada através de uma pesquisa bibliográfica, qualitativa e descritiva. O pesquisador concluiu que as pesquisas sobre o tema são escassas, e que deveriam existir pesquisas que avaliassem a efetividade do programa. Traz o Proerd como transversal existente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (MEC) e apresenta o número de instrutores como insuficientes à demanda no estado do Paraná.

Com a leitura e análise dos estudos apresentados foram observados os procedimentos que os pesquisadores adotaram para organização do percurso investigativo: entrevista, em um caso, com apenas uma pessoa, e os demais sujeitos da pesquisa foram consultados através de questionário como instrumento de coleta de dados. Os trabalhos foram realizados através da revisão literária e teórica e percebida a preocupação dos pesquisadores com suas escolhas metodológicas e, também com a coleta dos dados e revisão bibliográfica.

Através dos resultados obtidos na pesquisa realizada no Banco de Dados da Capes e denominada “estado do conhecimento” verifica-se que as produções acadêmicas sobre as questões que tratam do Proerd são realizadas com pouca frequência em âmbito acadêmico. As poucas pesquisas realizadas e materializadas em dissertações, que não foram selecionadas,

tinham como recorte, basicamente, analisar o Proerd como programa de prevenção em determinadas escolas que sediaram o programa não se relacionando com o tema proposto para este trabalho. Apesar das poucas pesquisas científicas existentes e selecionadas através de dois dos quatro descritores, foi possível obter informações relevantes acerca do conhecimento que vem sendo produzido e pesquisado sobre a temática na linha de pesquisa proposta. A análise realizada contribuiu no caminho a ser percorrido quanto à definição do problema para a presente dissertação e trouxe o conhecimento produzido nas dissertações para dialogar com as inquietações da pesquisadora, enriquecendo a discussão e abrindo horizontes sobre as ideias que permeiam a investigação.

Neste cenário, em que se tem um reduzido número de pesquisas sobre o Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência, e que não encontra-se nenhuma pesquisa acadêmica na área da educação sobre o Policial Militar instrutor do Proerd e sua possível correlação com a função desenvolvida por um educador social, evidencia-se a importância de cunho científico do trabalho proposto; tanto pela carência de material produzido, pela lacuna existente sobre o recorte dado quanto pela relevância da temática apresentada como objeto investigativo.

Ao questionar-se sobre a relevância social da pesquisa indaga-se também sobre o papel dos educandários e “Para que servem as escolas?” (YOUNG, 2007, p. 1287) tendo como diretriz que são “[...] instituições com propósito específico de promover conhecimento” (YOUNG, 2007, p.1288) tornando-se um espaço de transmissão do conhecimento poderoso, local de aprendizado que fornece novas formas de pensar o mundo. Conhecimento este que não pode ser adquirido no seu espaço rotineiro de convívio diário, seja familiar, comunitário ou de trabalho (YOUNG, 2007). Como afirmam Masschelein e Simons (2021, p. 10), a escola oferece

[...] “tempo livre” e transforma o conhecimento e as habilidades em “bens comuns”, e, portanto, tem o **potencial** para dar a todos, independentemente de antecedentes, talento natural ou aptidão, o tempo e o espaço para sair de seu ambiente conhecido, para se superar e renovar e, portanto, mudar de forma imprevisível) o mundo (grifo do autor).

Este espaço que oferece o conhecimento poderoso perpassa a ideia única de conhecimento formal e curricular, sendo instrumento apto para modificar a nossa experiência e visão da vida, instrumento para a transformação de realidade e destino. Acredita-se que através da educação decorre o processo de humanização do ser para o humano pois segundo Savater (1998, p.29) “[...] nascemos humanos, mas isso não basta: temos que chegar a sê-lo”, e isso

ocorre através do “[...] convívio efetivamente por meio dos outros, dos semelhantes” (SAVATER,1998, p. 29).

Neste contexto, a escola é um espaço de construção do conhecimento crítico, complexo, de desenvolvimento das disciplinas curriculares, mas também ambiente de desenvolvimento de questões humanas e interação social que contribuem significativamente para a promoção do humano e de humanização, através do que Savater (1998, p. 40) denominou de “[...] transmissão de saberes humanos relevantes”, tendo destacado que “[...] o fato de ensinar a nossos semelhantes e de aprender com nossos semelhantes é mais importante para o estabelecimento de nossa humanidade do que qualquer um dos conhecimentos concretos que assim se perpetuam ou se transmite” (SAVATER,1998, p.40). Torna-se fundamental a concretização do ambiente escolar como ambiente de desenvolvimento intelectual, humano e social, local de encontro entre estudantes, professores e instrutores do Proerd, agentes que influenciam e repassam conhecimento para este bem mais importante da sociedade: o ser humano em formação, cuja formação

[...] tem a ver com a orientação dos alunos para o mundo e como ele é construído para existir no sujeito ou na matéria, e essa orientação diz respeito, principalmente, à atenção e ao interesse para com o mundo e, igualmente, à atenção e ao interesse para com a própria pessoa em relação ao mundo. (MASSCHELEIN; SIMONS, 2021, p. 47-48)

Pensar a escola como espaço para o desenvolvimento de práticas que promovam formação pelo conhecimento, pelo estudo, pela atuação de diferentes atores, dentre os quais o policial militar atuante no Proerd revela a importância social da presente pesquisa, uma vez que a atividade desenvolvida por ele representa a possibilidade de mudança de comportamentos nos estudantes, somado a isso a certeza de que a mudança para um mundo possível passa pela educação do ser humano. Loss (2014) argumenta que a construção da identidade humana, na perspectiva planetária e cósmica, é trabalho educativo que requer dos intelectuais, dos políticos, dos educadores, enfim, de todos os cidadãos, uma reforma do pensamento, mudança de atitudes e de relações com relação à forma de conceber a vida, a ciência, o universo e o próprio ser humano. Para que isso ocorra, os educadores (professores e nesta pesquisa o policial educador social) são instigados a romper com a visão unilateral e construir um olhar amplo tendo como parâmetro o horizonte em que se revela a existência de cada ser humano.

Com essas informações demonstra-se a importância científica e social da pesquisa realizada. Contudo, o trabalho não se apresenta apenas como um instrumento consistente para adquirir e compartilhar o conhecimento produzido. Almeja-se que esta pesquisa possa servir de

subsídio para que outros pesquisadores busquem o aprofundamento em pesquisas futuras que se assemelham com o tema investigado, e que sirva também para redimir dúvidas que parem acerca da contribuição, relevância e papel do instrutor do Proerd. Pensa-se desta forma pois tem-se a percepção que o conhecimento é dinâmico e gerador de mais conhecimento razão pela qual a pesquisa não se limita à questão problema, pois se trata de um assunto rico em diversos aspectos a ser explorado no meio acadêmico e científico.

2 PROERD: OBJETIVOS, HISTÓRICO, AMPARO LEGAL E CONTEMPORANEIDADE DO PROGRAMA

O objetivo desta seção é apresentar a origem do Proerd e seu histórico; a legislação sobre o tema; a metodologia aplicada para a interação junto a classe escolar e conteúdos programáticos a fim de compreender a sistematização dos assuntos tratados pelo Policial Militar em ambiente escolar e a correlação do conteúdo ministrado durante os encontros do Proerd com conceitos de cidadania e educação social.

Complementa a abordagem aqui apresentada o olhar na direção de pensar o Proerd como espaço para orientação de crianças e adolescentes a respeito do uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) e constituir-se em uma oportunidade de formação de consciência cidadã crítica sobre elas. O policial militar que atua no Proerd pode transformar os cursos oferecidos em momentos ímpares de esclarecimento e orientação sobre o uso das TDICs.

2.1 O início do Programa: o nascedouro, o desenvolvimento no Brasil

Como cita o pensador Heródoto “Pensar o passado para compreender o presente e idealizar o futuro” nos reportamos a 1983 em Los Angeles, ano em que foi firmada uma cooperação entre o Departamento de Polícia de Los Angeles (LAPD) e o Distrito Escolar Unificado de Los Angeles (LAUSD) para criar um programa de educação sobre resistência às drogas para o ensino fundamental. (D.A.R.E., 2020).

No ano de 1990 surgiu nos Estados Unidos a ciência da prevenção, como um componente acadêmico de pesquisa específica no campo de abuso de drogas e com DARE (*Drug Abuse Resistance Education*) já estruturado estabeleceu-se um Conselho Consultivo Científico composto por renomados especialistas daquele país que ao longo de anos de debates científicos buscaram o aprimoramento do programa dando origem ao *Keepin “it REAL”*, aplicado no Brasil como “Caindo na REAL” com metodologias e conteúdo guiados por pesquisas e dados científicos voltados para estudantes do 5º e 7º ano” (D.A.R.E., 2020). As quatro estratégias que compõem o acróstico “REAL” foram elaboradas a partir de trezentas entrevistas que os dois pesquisadores realizaram com crianças em diversas comunidades dos Estados Unidos (MELO, 2020).

Seguindo critérios científicos para a abordagem em sala de aula sobre questões de violência e abuso de drogas o programa se expandiu para todos os Estados Unidos e outros países do mundo demonstraram interesse na metodologia e temática, e atualmente o PROERD está presente em mais de 60 países através da *ONG DARE América*.

As atividades do programa no Brasil iniciaram no ano de 1992 com a Polícia Militar do Rio de Janeiro e com o passar dos anos o Proerd passou a ser desenvolvido pelas Polícias Militares em todos os estados brasileiros com propósito de estimular os estudantes a resolverem os principais problemas na sua vida, como autoconhecimento e autogerenciamento, tomada de decisão segura, responsável e saudável, compreensão dos outros (alteridade), habilidades de comunicação e relacionamento interpessoal e habilidade de lidar com desafios e responsabilidades. O intuito é encorajar as crianças, em idade escolar, a ampliar suas alternativas positivas para evitarem o uso de drogas e a prática da violência. Oferece ainda estratégias para desenvolvimento da competência social, noções de cidadania, habilidades de comunicação, autoestima, tomada de decisões, resolução de conflitos e objetivo de vida. (MELO, 2020).

Além de ser um agente de mudança de comportamento o trabalho do policial militar instrutor do Proerd está intrinsecamente relacionado com a persecução dos Direitos Humanos mais precisamente no afeto aos Direitos Fundamentais no que se refere no acesso à educação, motivo pelo qual os materiais utilizados pelo policial Proerd na aplicação das aulas são fornecidos pela Diretoria de Polícia Comunitária e de Direitos Humanos (DPCDH) (MELO, 2020).

O Proerd tem a sua atuação regulada por leis estaduais de cada estado da federação. No Rio Grande do Sul foi instituído pela Lei nº 13.468/2010 e está de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. As diretrizes norteadoras do PROERD estão expressas no Art. 3º da referida Lei 13.468/2010

Art. 3.º - O PROERD terá como ação preponderante a prevenção, através de metodologia de ensino baseadas nas seguintes diretrizes: I - desenvolvimento de ações e aulas de noções de cidadania; II - desenvolvimento de atividades e administração de aulas que demonstrem a desaprovação da prática de atos de violência entre estudantes das redes pública e privada de ensino do Rio Grande do Sul; III - desenvolvimento de programa de prevenção primária ao uso de drogas lícitas e ilícitas, destinado a alertar sobre os malefícios causados à saúde física e mental do usuário; IV - desenvolvimento de atividades e aulas que esclareçam sobre os riscos decorrentes da dependência química e a criminalidade relacionada, direta ou indiretamente, ao uso de drogas; V - orientação das crianças, adolescentes e familiares acerca das soluções e medidas eficazes quanto à resistência às drogas lícitas e ilícitas; e VI - desenvolvimento de um

trabalho interno de prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas, através da formação de equipes de palestras, que atenderá à política da Secretaria de Segurança Pública.

Através dessa autorização legislativa o policial militar tem amparo legal para ministrar aula em instituições escolares municipais e estaduais. Assim, o Proerd, programa idealizado por americanos de forma pedagógica e científica, trazido para Brasil insere-se no contexto educacional das escolas nacionais através do trabalho das Polícias Militares, após lei estadual que permita o desenvolvimento do programa em âmbito estadual. Somos sabedores que a escola que tem o dever de formar seres humanos reflexivos e pensantes é também ambiente de aprendizagem de conhecimentos para serem utilizados ao longo da vida, aportando neste contexto as informações repassadas pelo policial militar instrutor do Proerd, que perpassa limiares de conhecimentos estatísticos, conceitos ou dados e transmite informações como o estudante deve ser portar diante de situações de riscos envolvendo drogadição e violência, ensinando-o a resistir e resolvendo problemas de forma não violenta.

Com este objetivo em 1998 o Proerd começou a ser desenvolvido no estado do Rio Grande do Sul com aulas iniciais ministradas por alguns policiais militares pioneiros e voluntários, capacitados para serem instrutores do programa junto aos estudantes da então 4ª série do ensino fundamental. Com o passar dos anos mais instrutores do Proerd foram formados o que viabilizou a descentralização do programa para diferentes regiões do estado. No ano 2000 o Comando Regional de Polícia Ostensiva Fronteira Noroeste (CRPO/FNO), com sede em Santa Rosa e com responsabilidade coordenar as ações da Brigada Militar em 56 municípios, iniciou as atividades do Proerd nesta região do Estado do Rio Grande do Sul que foram crescendo a atingindo mais estudantes proporcionalmente ao número de instrutores formados na região.

Atualmente o CRPO/FNO conta com 18 policiais militares habilitados para ministrarem o programa nas escolas desses municípios, as quais são contempladas, na grande maioria, de acordo com a lotação da cidade do Policial Militar instrutor do programa. As aulas são realizadas semanalmente de forma voluntária, sem que o instrutor perceba vantagens financeiras para desenvolver a atividade e muitas vezes o Policial Militar o faz no seu período de folga regulamentar, organizando e ministrando os conteúdos do PROERD para as crianças da pré-escola, 5º e 7º anos.

Segundo a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul (2020), passados 23 anos da implantação do programa pelos policiais militares precursores do Proerd no nosso Estado, mais de um milhão de estudantes foram formados no programa e receberam

orientações sobre o perigo a que estão expostos quando usam drogas ou agem de forma violenta para resolverem conflitos ou problemas diários.

Nesta perspectiva, durante as aulas ministradas em qualquer lugar do Brasil busca-se a formação de indivíduos pensantes e diligentes, inclusive diante das diversidades e pluralidades que permeiam nossa sociedade, pois um dos valores que é repassado pelo instrutor é o respeito pelo próximo e a empatia, trabalhando de forma constante estes valores nas atividades desenvolvidas no currículo.

Procura-se potencializar ações e posturas corretas na tomada de decisão, complementando o currículo escolar com lições acerca do uso da inteligência social/emocional cujas reflexões podem ser pensadas no sentido de construir bases para tomadas de decisões futuras menos danosas ou nocivas para si ou para a sociedade em que viverá. Esse é o trabalho do Policial Militar instrutor do Proerd, que pode relacioná-lo ao educador social, ensinar o que as disciplinas curriculares não contemplam, especialmente de como ser um bom cidadão, seja no convívio diário e real ou modernamente através da convivência on-line, já que fomos conduzidos a essa nova forma de relação social.

Dentro deste novo cenário ocorre o encontro do instrutor do Proerd e dos estudantes com as TDICs, amplamente utilizadas pelos estudantes, que em muitos casos são nativos digitais (ND), cujo universo de abrangência extrapolam os muros das escolas e cuja influência toma proporções alarmantes entre este segmento. Daí a necessidade de tratar deste tema sob o enfoque orientador e educativo, como pretendemos mostrar na seção que segue.

2.2 A formação no Proerd como espaço para orientação de crianças e jovens em relação ao uso das TDICs

O público-alvo que frequenta o Proerd é, predominantemente, de ND e, com raras exceções, possuem livre acesso a artefatos e mídias que se transformam em canais de contato direto com as mais recentes tecnologias e conteúdos digitais. Em muitas situações, crianças e jovens possuem acesso precoce e sem acompanhamento, o que se torna objeto de maior preocupação, pois nem tudo que vem pela “rede” é bom ou construtivo.

As TDICs como ferramentas não são boas nem más, são recursos utilizados pelo ser humano, portanto, a finalidade que lhe damos ou o uso que fazemos vai definir seus atributos e seu valor: promover o bem ou para pôr as pessoas em risco. “Inerentemente elas não são nem malignas nem benéficas, mas podem vir a sê-lo, dependendo de como são usadas.” (RICH,

2013, p. 31). As características e particularidades deste texto não permitem que se faça uma longa exposição e com isso argumenta-se a respeito dos pontos positivos e negativos das TDICs. O objetivo é falar a respeito da importância do trabalho do policial instrutor do Proerd na prevenção e orientação de crianças e jovens, a respeito dos perigos e riscos a que podem estar expostos com o uso das TDICs.

2.2.1 Emergência e disseminação das TDICs

Castells (2000) chamava a atenção para o movimento que estava ocorrendo há duas décadas e alertava para a repercussão que teria na vida das sociedades, especialmente sob o signo da ideia de rede, de conexão e da crença que as pessoas desenvolviam em decorrência disso. Beck (2018, p. 190) reforça que a revolução digital descreve uma mudança social sobretudo tecnologicamente determinada, que capta o crescente grau de interconectividade e intercâmbio global. “Como tal, a metamorfose digital ocorre não onde seria de esperar, mas em lugares inesperados.”

A ideia de a sociedade organizar-se em forma de rede não é algo novo, o que aparece diferente são as ferramentas tecnológicas (digitais) e a velocidade com que as conexões ocorrem, cobrindo o espaço universal em tempo real. As TDICs oferecem a base material para que outras formas de relacionamento e interação aconteçam, mesmo em espaços distantes, o que antes não era possível. Castell (2000, p. 497) traduz com propriedade este novo cenário ao afirmar que “[...] o poder dos fluxos é mais importante que os fluxos do poder.”

Chega-se ao século 21 com transformações profundas em diferentes faces da vida e no nosso entorno. No entender de Nogaró e Cerutti (2016, p. 50-51), em que pese o desconforto pelo mau uso e falta de ética pela incapacidade de conviver e utilizar adequadamente as TDICs, expondo a “[...] condição humana, finita e mortal, as dádivas provenientes do uso das TICs são reais e irreversíveis, isto é, sua presença em nossas vidas tornou-se definitiva. Não sabemos mais viver sem elas e nem nos adaptarmos se houvesse possibilidade de retorno a estágios anteriores.” A ciência, a tecnologia, o conhecimento foram sendo acumulados e aprimorados de tal sorte que se está em um ciclo sobre o qual não se têm grandes certezas, mas sabe-se que é inevitável e que produzirá seus efeitos e sobre os quais pagar-se-á o devido preço se não se for suficientemente inteligente, precavido e se saiba utilizar de sabedoria como lembra Bostron (2018), p. 113). “Podemos pensar na sabedoria como a habilidade de entender aproximadamente aquilo que é importante.” A era digital sustenta-se sobre tecnologias e informação, o que faz Castells (2000, p. 505) externar que a “[...] informação representa o

principal ingrediente de nossa organização social, e os fluxos de mensagens e imagens entre as redes constituem o encadeamento básico de nossa estrutural social.”

Dependendo do ponto de vista que se coloca pode-se ver os resultados da produção histórica humana como o fim de uma era que coloca em risco a humanidade ou o começo de uma nova, aonde muitas oportunidades virão. “A metamorfose digital, ao contrário, tem a ver com efeitos colaterais não intencionais, com frequência invisíveis, que criam sujeitos metamorfoseados – isto é, seres humanos digitais.” (BECK, 2018, p. 190). Para Castells (2000, p. 506), é começo de uma nova existência e, sem dúvida, o início de uma nova era, “[...] a era da informação, marcada pela autonomia da cultura vis-à-vis as bases materiais de nossa existência.” Num primeiro momento, suas palavras são otimistas e animadoras, geram esperança e crença no porvir, mas a última frase de seu livro sinaliza para algo com que tenhamos de nos preocupar. Segundo ele, “[...] teremos de olhar-nos no espelho da realidade histórica. E talvez não gostemos da imagem refletida.” (CASTELLS, 2000, p. 506). É neste ponto que se pretende ancorar nossa reflexão a respeito das mídias sociais (internet), seus riscos e perigos para crianças e jovens.

A rede pode representar muitas possibilidades e o acesso a realidades que sem ela sequer poder-se-ia imaginar, mudar nossa vida para o melhor, resolver problemas sociais, interconectar povos, estender soluções de saúde a populações isoladas, mas há outra face com a qual há que se preocupar e quer-se refletir um pouco mais sobre ela na próxima seção.

2.2.2 Dependência de internet entre crianças e jovens

Sibilia (2015, p. 14) refere-se às transformações que culminam com a contemporaneidade como geradoras da era do fim do “homem” como comumente era concebido. Para ela há uma suspeita de que “[...] o corpo humano, em sua antiga configuração biológica, estaria se tornando ‘obsoleto’.” As tecnologias foram inventadas para serem extensões do corpo humano, para alargar suas capacidades, mas as TDICs produzem uma alquimia na natureza. E nessa metamorfose é que se encontra a geração de crianças e jovens que, na sua maioria, não tem a noção de como o mundo era antes da emergência das TDICs. Para quem fez ou está fazendo a transição (pré-digitais) do mundo pré-digital para o digital ainda persistem muitos traços de consciência e lembranças das quais pode-se falar ou remeter-se com certo saudosismo. Mas os ND sequer conseguem imaginar outra realidade a ponto de serem criados muitos adjetivos para esta forma de vida, dentre os quais podemos denominá-los de “hiperconectados” ou como Serres (2013) os denomina de “Polegarzinha”, em função da

forma como utilizam seus dedos para digitar em aparelhos tecnológicos e por circularem “[...] por um espaço topológico de aproximações, enquanto nós vivíamos em um espaço métrico, referido por distâncias.” (SERRES, 2013, p. 19). Na compreensão de Palfrey e Gasser (2011), eles criaram uma rede 24/7¹ que mistura o humano com o técnico em um grau que nunca experimentamos antes, e que está transformando os relacionamentos humanos de maneira fundamental.

A respeito do “hiperconectados”, Canoura e Balanguer (2014) referem estudos internacionais que demonstram que as crianças e adolescentes estão mais vulneráveis do ponto de vista psicológico, social e familiar e possuem quatro vezes mais chances de ficarem expostos a situações de perigos da internet. Para eles, a vulnerabilidade da vida real desloca-se para o mundo virtual. Os autores (2014) referidos chamam a atenção que há toda uma engenharia por trás das redes de conexão que atraem crianças e jovens por meio da interatividade, de jogos, que os fazem encontrar “[...] *allí un mundo mágico por fuera de las reglas del mundo adulto.*” (CANOURA; BALANGUER, 2014, p. 20).

A naturalidade com que os ND acessam a internet contagia pais ou responsáveis deixando-os livres de qualquer regra ou controle. Pode-se também concluir que muitos pais ou responsáveis sequer possuem o conhecimento ou o interesse para realizar o acompanhamento e definir regras de uso. Canoura e Balanguer (2014) comparam o mundo virtual com uma selva cheia de tesouros e perigos na qual não estão somente as crianças e jovens, mas adultos de todas as idades, características e com as mais variadas intenções. Não se trata de rechaçar o mundo digital pelas suas características, mas vários pesquisadores (ABREU, 2013; YOUNG, 2011; LUNA, 2013) vêm alertando para os riscos e perigos da exposição e acesso sem controle, como reforçam Canoura e Balanguer (2014, p. 29).

Como en cualquier otra actividad en la que se cometen excesos, en la conectividad existen riesgos de salud. Puede aparecer sobrepeso, hipertensión, tendinitis, pérdida de relaciones importantes y de actividades fundamentales, incluídas el estudio, el trabajo, el sueño. Todo esto, claro, cuando hablamos de exceso, no de uso apropiado.

A relação das novas gerações com a tecnologia digital não está restrita à sua característica ferramental ou sociológica – na mudança de seus comportamentos – mas, interfere na constituição de sua identidade como lembram Palfrey e Gasser (2011, p. 30-31). Eles alegam que a formação da identidade “[...] entre os Nativos Digitais é diferente da formação da identidade entre as gerações pré-digitais, no sentido de que há mais

¹ Expressão utilizada para simbolizar 24 horas por dia, sete dias por semana.

experimentação e reinvenção de identidades, e diferentes modos de expressão, como o *YouTube* e os *blogs*.” (grifo do autor).

O alerta também vem relacionado às informações que os ND colocam nas redes e se expõem sem muito controle. Como possuem o poder de decisão sobre o que, como e a quem vão revelar as informações pessoais, pela ausência dos adultos, nem sempre possuem a consciência ou a maturidade para avaliar os riscos e perigos. Para Palfrey e Gasser (2011, p. 31), os riscos associados à “[...] maneira em que as identidades dos jovens estão sendo formadas e acessadas pelos outros neste ambiente’ convergente devem ser considerados seriamente – talvez mais seriamente do que a maioria dos pais e dos professores pode agora imaginar.”

Palfrey e Gasser (2011, p. 241) demonstram que estudos feitos correlacionam negativamente a exposição a conteúdo violento da mídia e níveis elevados de agressão. “Em outras palavras, se uma criança tem tendências agressivas, ela tem uma maior probabilidade de se comportar ainda mais agressivamente quando a violência da tela conduz a uma excitação.” A violência também é destacada por Luna (2013) trazendo ao debate estudos realizados que evidenciam que a exposição a imagens e símbolos violentos e à violência gerada na *Web* em forma de assédio, ações de gangues e atividades racistas, sexistas e homofóbicas podem resultar em vulnerabilidade, angústia e mau desenvolvimento para os jovens, especialmente quando a *Web* serve como distribuidora principal de imagens e informações para o mundo.

Han (2017) alerta que os novos meios de comunicação e as técnicas de comunicação estão destruindo cada vez mais a relação com o outro. O mundo digital é pobre em alteridade e resistência. Nos círculos virtuais, o “eu” pode mover-se praticamente desprovido do “princípio de realidade”, que seria um princípio do outro e da resistência.

O temor em relação à internet não está recluso à violência. Young *et al.* (2011) falam em dependência de jogos de azar, retenção ao convívio social, compulsividade e sexo virtual, distúrbios do sono, dentre outras. Ocorrências que são identificadas por estudiosos que se tornam objeto de atenção não somente de pais, responsáveis ou professores, mas que está pondo em alerta autoridades de saúde pública.

A dependência de internet foi identificada como um problema nacional, não apenas nos Estados Unidos, mas também em países como China, Coreia do Sul e Taiwan, fazendo aumentar a intervenção governamental no combate à dependência de internet e ao que se tornou uma séria preocupação de saúde pública. (YOUNG *et al.*, 2011, p. 13-14).

Os estudos feitos revelam a dependência como fato, mas ainda não há maior precisão quanto às causas que geram esta dependência, o que dificulta a intervenção ou prevenção. Por

isso acredita-se que processos educativos, intervenções na prevenção sejam importantes. A hipótese é de que fatores etiológicos e situacionais estejam associados. Young, Yue e Liying (2011, p. 25) consideram que um indivíduo apresenta dependência de internet ao satisfazer uma das três seguintes condições: “1. sentir que é mais fácil se autorrealizar virtualmente que na vida real; 2. Experimentar disforia ou depressão sempre que o acesso à internet for interrompido ou deixar de funcionar; 3. finalmente, tentar esconder dos membros da família o tempo real de uso.” Os mesmos autores (2011) descrevem as características dos dependentes da internet: pessoas que se sentem pouco hábeis socialmente e daí conseguem se expressar mais livremente; têm dificuldades de formar relacionamentos íntimos e se escondem no ciberespaço; pessoas que possuem baixa autoestima são atraídas para o potencial interativo anônimo; pessoas que buscam fuga psicológica, procuram a internet para amortecer a dor, dentre outros aspectos.

Ao que tudo indica e pela incidência de muitos estudos, cada vez mais buscam-se soluções, mas elas precisam estar alinhavadas com políticas públicas como ocorrem, em países referidos neste artigo, que já estão tratando da questão com o zelo devido e como preocupação do estado. Se assim se pensar e agir ter-se-á maior probabilidade de êxito.

A dúvida ou inquietação é sobre se vai-se agir para frear as situações mais críticas? Poder-se-ia pensar em normas, leis, mas como afirmam Palfrey e Gasser (2011), a lei raramente é a resposta certa, no entanto, não se deve hesitar em usá-la quando ela pode fazer mais bem do que mal. A dificuldade é que há muitos campos em descoberto no que diz respeito aos aspectos legais e, em muitos casos, situações de dificuldade para identificar os autores de determinados atos.

No que diz respeito a saídas possíveis, Palfrey e Gasser (2011, p. 17) consideram que se está diante de dois caminhos: “[...] um em que destruímos o que é ótimo na *internet* e na maneira como os jovens a utilizam, e outro em que fazemos escolhas inteligentes e nos encaminhamos para um futuro brilhante em uma era digital.” O temor ou medo da exposição ao mundo digital é legítimo em função da carga demasiada de informações e com o impacto de jogos de imagem violentos *online*, reiteram Palfrey e Gasser (2011). Por isso há que se procurar conhecer quais são as ameaças reais e quais são produzidas com outros interesses.

É bem importante compreender que quando se fala de dependência de internet está-se referindo ao seu uso compulsivo, ou seja, quando a pessoa não é mais capaz de controlar ou regular o próprio comportamento virtual. Por isso, Abreu, Eisenstein e Estefano (2013) esclarecem que é preciso discutir o que é perigoso e pode causar dano do que é arriscado e do que é “normal”. E isso quem tem a responsabilidade são os adultos ou responsáveis pelas crianças e jovens que acessam a rede. Neste sentido o Proerd cumpre uma função relevante de

formação do caráter e pode ser um espaço no qual uma pessoa especializada orienta, esclarece dúvidas e dá direção a muitos comportamentos. Este papel pode-se dizer que é formação de consciência crítica e de cidadania, uma vez que uma criança ou jovem esclarecido tem menor probabilidade de ser enganado ou expor-se nas redes sociais. Para Nogaro e Cerutti (2016, p. 58), muitas são as

[...] contribuições que as TICs nos trazem, porém é preciso estar atentos às suas veladas ligações com a falta de autonomia e do controle que delas decorre quando de seu uso acrítico, portanto cabe desenvolvermos a capacidade de pensar de maneira acurada sobre seu uso e o que elas representam, pois ainda temos tempo para tomarmos algumas decisões.

Rich (2013, p. 32) diz que a tarefa como cuidadores, pais e cidadãos do século 21 é compreender as mídias, reconhecer e usar seu imenso potencial para o bem “[...] proteger a nós mesmos e aos outros contra danos e discernir quando eles são a melhor ferramenta para a atividade em questão, desligando-os quando não for esse o caso.” Talvez, uma dificuldade que se esteja enfrentando esteja relacionada a como os pré-digitais usam as mídias, e como os ND utilizam. Ao se conseguir entender isso pode-se encontrar formas de prevenir e orientar crianças e jovens para que as TDICS não tenham impacto negativo na sua saúde, educação e relações.

2.2.3 O Proerd como ferramenta de conscientização para uso das TDICS

Através do Proerd o Policial Militar, ao ministrar as lições previstas no currículo, aborda temas relacionados aos perigos que os alunos podem se expor durante sua vida real ou virtual. A distância entre esses dois mundos cada vez diminui, se dilui, aproximando a vivência virtual da real e o trabalho de orientação quanto à responsabilidade e consequências das escolhas da convivência nesses dois meios de interação com o mundo faz parte da rotina pedagógica do instrutor do Proerd, através das lições repassadas para os alunos dos 5º e 7º anos.

Muito mais que conceitos sobre violência, *bullying* e drogas, o instrutor Proerd traz para o ambiente escolar experiência do seu contexto profissional sobre os riscos que o indivíduo se expõe diariamente, seja ao sair de casa para sua rotina diária ou de utilizar de forma inadequada os TDICS. Isso se constitui em fator importante de ser observado, pois como menciona Han (2017, p. 93), a “alegria” que se encontra “[...] nas redes sociais de relacionamento tem sobretudo a função de elevar o sentimento próprio narcísico. Ela forma uma massa de aplausos que dá atenção ao ego exposto ao modo de uma mercadoria.”

Ao exemplificar os conteúdos programáticos com situações vividas no atendimento de ocorrências policiais e vivenciadas pelos alunos também na rede mundial de computadores,

cria-se uma forma de alertar os nativos digitais dos perigos que estão expostos, diariamente, na rede ou no mundo real, e esclarece a respeito dos cuidados e precauções que devem ser observadas para que essa convivência e uso sejam realizados de forma saudável.

O objetivo do Proerd, programa desenvolvido pelas policiais em mais de 60 países, é auxiliar os alunos a identificarem pressões que possam sofrer de outras pessoas, de forma direta ou indireta. As tensões vivenciadas podem ser no sentido que façam uso de substâncias lícitas ou ilícitas ou para que se engajem em ações violentas como forma de resolver problemas ou manifestar suas decepções (CMP, 2013). Com este propósito o instrutor, trabalhando com vivências diárias dos estudantes, inclui nas análises as relações mantidas nas redes sociais e demonstra formas de identificar pessoas de má fé que utilizam, inclusive, do anonimato digital para cometer crimes contra crianças e adolescentes usuários dos sistemas e adverte quanto a necessidade do estudante de se expor a essas situações de riscos.

O Policial Militar, instrutor do Proerd, através do “Modelo de Tomada de Decisão PROERD”, após analisar e explicar as quatro etapas de avaliação do problema, direciona as crianças e adolescentes para refletirem sobre o problema ou questão em debate para que decidam de forma segura e responsável sobre a melhor escolha a ser tomada (CMP, 2013), pois “A visão do Proerd é que os jovens que refletem sobre as diversas situações são capazes de fazer melhores escolhas, de forma não impulsiva, e de comunicar e relacionar-se melhor com as pessoas” (CMP, 2013, p. 4) construindo caminhos para um pensamento reflexivo sobre o problema para que a ação não seja impulsiva ou realizada por influência de terceiras pessoas. Na visão de Kohan (2020, p. 190), o “[...] principal e primeiro objetivo da escola é as crianças aprenderem a pensar perguntando e a perguntar pensando. E que façam isso o mais rápido possível porque, se aprenderem a pensar, depois poderão aprender o que quiserem.”

Com este propósito, o currículo do programa desenvolvido durante os dez encontros pelo Policial Militar não se limita ao estudo único da questão de prevenção de uso de drogas, mas “[...] possibilitam escolhas saudáveis e maduras em todos os aspectos da vida do jovem cidadão. Ao desenvolver as principais habilidades acadêmicas e práticas, o currículo promove tanto os objetivos educacionais quanto os de prevenção” (CMP, 2013, p. 4), traz para o debate em sala de aula questões da vivência e inquietações diárias da vida dos estudantes e inclui os perigos do uso indevido das redes mundial de computadores quanto a questão de segurança pessoal, da preservação da intimidade e questões de *cyberbullying*, assunto recorrente durante as aulas devido sua contemporaneidade e pertinência.

Integrado às práticas pedagógicas e ao seguir a metodologia proposta o Policial Militar induz o ND à reflexão sobre a convivência e reflexões das suas escolhas na vida virtual e real

para que tenha habilidade e discernimento para tomada de decisões seguras e responsáveis e assim não prejudique sua saúde e segurança da família e das pessoas com que se relaciona, como também consiga discernir que a dependência, tanto de substâncias lícitas ou ilícitas como da compulsão de estar conectado à rede de computadores, pode interferir de forma danosa na saúde, desenvolvimento físico, social e futuro do usuário.

Através do conteúdo programático do Proerd os estudantes são conduzidos à reflexão crítica sobre seu papel e contribuição para a construção de um mundo possível, com respeito aos valores e dignidade humana e a necessidade de uma postura cidadã nas relações interpessoais e sociais, seja no convívio físico ou virtual, uma vez que a interação e integração entre esses dois mundos se faz cada vez mais presente na vida de todos, e como tal pode contribuir para o desenvolvimento do ND nas suas relações de aprendizados e social, desde que a utilização se dê de forma saudável e responsável, como ocorre no dia a dia do mundo além das telas dos computadores e *smartphones*.

Atualmente falar em uso de tecnologia nas relações diárias perpassa a ideia de futuro e centraliza a ideia de necessidade para acompanhar as rotinas diárias: aprendizado, socialização, lazer e trabalho. Para os ND as TDICs fazem parte das várias fases do seu desenvolvimento, desde o celular alcançado pelos pais pela primeira vez para assistir ao filme infantil, que antes era visto apenas na televisão, como ferramenta auxiliar no processo de alfabetização e para a realização de atividades sociais e recreativas a partir de então.

Como visto, Castells (2000) chamou a atenção para esse movimento e alertou quanto à repercussão do surgimento de formas de relacionamento e interação em espaços diferentes, nessa hiper conexão às TDICs. Estas trazem consigo o acesso às novas realidades a exposição de problemas pessoais, sociais, dependência quanto o uso das redes e a exposição de crianças e adolescentes do ponto de vista psicológico, social, familiar a imagens e símbolos violentos, assédios na Web e ações de diversos tipos de criminosos, além da possibilidade de dependência de jogos de azar, influência no convívio social, compulsividade e acesso facilitado ao sexo virtual, vulnerabilidades e perigos ligados ao uso indevido das TDICs.

No entender de Masschelein e Simons (2021, p. 165), as TDICs tornam os conhecimentos e as habilidades livremente disponíveis de uma forma sem precedentes, mas o desafio é saber se e como elas podem, realmente, “[...] trazer algo à vida, gerar interesse, ocasionar a experiência de compartilhamento (um ‘bem comum’) e permitir que se renove o mundo.” Diante deste contexto de exposição torna-se imprescindível a reflexão sobre alternativas viáveis para que os usuários das redes, principalmente crianças e adolescentes, façam o uso das TDICs de forma consciente, reconhecendo as ameaças e vulnerabilidades

trazidas junto com todos os benefícios e comodidades, já que as TDICs não são totalmente boas ou más e essa definição se dará pela forma como serão usadas pelos ND.

Para isso, pais e responsáveis e professores, pela rotina do ND, devem aproveitar a oportunidade de convívio e formação para refletir com as crianças e adolescentes sobre os perigos e problemas trazidos pela internet, se usada de forma indevida. Masschelein e Simons (2021, p. 165) afirmam que as telas – assim como um quadro-negro também pode – “[...] têm uma enorme capacidade de atrair a atenção, a concentração exata, e de reunir as pessoas em torno de algo, mas o desafio é explorar como elas ajudam a criar uma presença (comum) e possibilitam o estudo e a prática.” A atividade preventiva e de orientação realizada pelo instrutor do Proerd, durante as aulas, de forma didática, trata e adverte sobre esses perigos pela perspectiva da sua experiência profissional, bem como pode auxiliar a mostrar caminhos do bom uso das TDICs. Soma-se ao seu depoimento o conteúdo programático das lições estudadas, possibilitando um aprendizado enriquecedor ao ND sobre essas questões que o tornam vulnerável em “um clique” ao usar indevidamente as TDICs. Insiste-se na necessidade dos cuidados que devem ser adotados para que o uso das tecnologias seja feito de forma responsável e seguro: premissa repassada e reforçada a cada lição do Proerd para que o estudante, faça suas escolhas ao longo da vida, de forma consciente, na construção de uma postura cidadã consigo e com a sociedade.

3 O POLICIAL MILITAR INSTRUTOR DO PROERD COMO AGENTE DE EDUCAÇÃO SOCIAL

Esta seção propõe-se, num primeiro momento, tratar de correlações possíveis entre a função ou atividade do educador social e o trabalho do policial militar como agente-educador social, quando do desenvolvimento do Proerd. Neste sentido, relaciona-se a concepção de educador social às atividades desenvolvidas pelo instrutor do Proerd já que o conteúdo desenvolvido na sala de aula está intrinsecamente relacionado à busca para a construção de uma postura cidadã: respeito à dignidade da pessoa; aos direitos e deveres do cidadão; empatia e controle das emoções; o culto pela verdade, o diálogo e aplicação de um método não violento como forma de solução de conflitos. Num segundo esforço reflexivo faz-se uma incursão teórica para tratar da educação para a cidadania consciente, valorização da vida, e dos direitos humanos.

3.1 Educador social: identidade e atuação

Quem pode ser denominado educador social? Qual sua área de atuação? Quais competências deve possuir? Falar do educador social não é algo tão costumeiro nas discussões mais estritas do campo da educação, especialmente porque ainda pairam algumas incertezas a respeito de seu enquadramento profissional, isto é, se pertence ao campo da educação ou assistência social. Isto porque há projetos que tramitam na Câmara Federal e Senado Federal: PLS n.º 328/2015, aprovado em abril de 2019 no Senado Federal e os Projetos de Lei n.º 2676/2019 e 2941/2019 que tramitam na Câmara os Deputados e tratam da regulamentação da profissão de educador(a) social. Quanto o perfil de formação do educador social o PL 2676/2019 prevê a necessidade de nível médio para o desempenho das funções enquanto o PL 2941/2019 prevê como requisito a necessidade de formação superior.

Ainda não se tem definido qual será a formação exigida para esta nova profissão que regula a atividade do educador como de caráter social e pedagógico. Já os campos de atuação do profissional a ser reconhecido como educador social estão dispostos no art. 2º, de igual forma, em ambos os projetos legislativos, em que pode ser constatado, dentre outros aspectos de atuação do educador social, o engajamento desse profissional no enfrentamento à dependência de drogas e a promoção da cidadania, atividades preventivas e educacionais que já vem sendo desenvolvidas pelos policiais militares nas aulas do Proerd, característica que

demonstra, em primeira análise a correlação existente entre este profissional da segurança pública e o educador social.

Ao retornar à reflexão quanto à crise de identidade do educador social no tocante a seu enquadramento profissional e seu estatuto profissiográfico (2019, p. 313), verifica-se a falta de regulamentação da profissão na morosidade do Poder Legislativo quanto o debate a respeito do tema, pois desde o ano de 2009, através do PL 5346-C a Câmara dos Deputados, iniciou a análise da matéria, e até o ano de 2021 o Brasil não dispõe de Lei que regula a função de educador social. Apesar disso, Pereira (2019, p. 313) não deixa de externar sua compreensão a respeito da tarefa do educador social

A centralidade do trabalho do(a) educador(a) social está na educação das pessoas em vulnerabilidade social na intenção de promovê-las cognitivamente e socialmente, isto porque acreditamos que a educação social é uma das possibilidades concretas de garantir uma existência mais digna para essas pessoas, a partir de um processo de conscientização libertadora que leva à reconstrução de suas condições materiais.

Na visão de Gadotti (2012) é na prática social que se supera as divergências teóricas. A ambiguidade de certas concepções pedagógicas e a falta de regulamentação profissional nunca impediu os educadores sociais de atuarem positivamente em favor dos excluídos, marginalizados e oprimidos, ou em processos educativos. O autor fala dos mosaicos que são construídos pela atuação de diferentes atores nas mais diversas frentes populares, cidadãs, cívicas. Destaca a diversidade como a grande marca dos que atuam em um propósito comum, em uma causa que é o bem comum “para um outro mundo possível”. Ressalva que de fato,

[...] a educação social, popular, comunitária podem exercitar-se também fora da modalidade da educação chamada “formal”. Isso não tira o mérito de nenhuma dessas educações. Contudo, elas são tão “formais” quanto outras, se levarmos em conta seu rigor científico, seus fins e objetivos, sua necessidade de reconhecimento, regulamentação e certificação. (GADOTTI, 2012, p. 13).

Adentrando na reflexão mais específica sobre a arena de abrangência do educador social, Gadotti (2012, p. 17) assim define

O educador social atua no âmbito da Educação de adultos, Educação parental, Educação de deficientes, Educação laboral e ocupacional, Educação para o tempo livre, Educação cívica, Educação comunitária, Educação para a saúde, Educação penitenciária, Educação intercultural, Educação ambiental e outros.

Nesta linha de pensar, Romans *et al.* (2003) traz que o educador social aborda questões conflitantes entre o indivíduo na sua relação familiar, interpessoal ou das relações que

estabelece com as instituições que integram a sociedade e torna-se um ponto de convergência entre todos os partícipes com fim de evitar processos eruptivos que venham de encontro a socialização pretendida. Com esta descrição é possível mensurar parte da importante missão do educador social e sua contribuição para o desenvolvimento do ser humano nos processos socioeducativos e de convívio social.

Esta abordagem educativa realizada através do diálogo e reflexões acerca de questões práticas e tensionamentos sociais é apresentada pelo educador Freire (2020, p.52) ao trazer em sua obra **Pedagogia da Libertação** que “A práxis, porém, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo”, e prossegue com esta reflexão sobre a importância da transformação do mundo a partir prática educativa e do diálogo ao referir que “[...] na realidade mediatizadora, na consciência que dela tenhamos, educadores e povo, que iremos buscar o conteúdo programático da educação” (FREIRE, 2020, p.121).

Durkheim (2020) trata a educação através de uma perspectiva “ eminentemente social”, pois a criança, pelas mãos da educação, é conduzida e colocada em contato com sociedade a qual reveste-se de um ideal humano que denominou como “polo da educação”, um “[...] meio pelo qual ela prepara no coração das crianças as condições essenciais de sua própria existência” (DURKHEIM, 2020, p 10). Esta ação, segundo o autor (2020, p. 10), é desenvolvida pelas “gerações adultas” para “[...] suscitar e desenvolver na criança um certo número de estados físicos, intelectuais e morais exigidos tanto pelo conjunto da sociedade política quanto pelo meio específico ao qual ela está destinada em particular.” Desta forma, enquanto sociólogo trata a educação concebida como um movimento social de transformação de realidades e fundamenta e ampara de forma crítica o trabalho realizado pelos educadores sociais e instrutores do Proerd ao afirmar que “[...] em suma, a educação é uma socialização da geração jovem.” (DURKHEIM, 2020, p. 10).

Através desta interação e integração entre a educação e sociedade a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9394/96, reconhece a existência de campos educativos diverso do ambiente escolar ao tratar no Art. 1º que a educação: “abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” Este permissivo legal centralizada a figura do educador (a) social, realizada através de uma prática educativa diversa da formal, mas de relevante importância, atividade que tem origem na educação popular sob a influência do educador Paulo Freire.

A LDB traz o princípio e finalidade da educação no Art. 2º como “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” Depreende-se dessa análise que a própria LDB preocupa-se com a formação do educando no seu aspecto social e cidadão e não somente da formação nas matérias curriculares e processos de aprendizagem, voltando-se para a educação ao longo da vida e para a vida com foco no desenvolvimento pessoal e social do discente para o convívio em sociedade e exercício da cidadania através de práticas didáticas-pedagógicas que fomentam o desenvolvimento nesse processo educativo.

Pelas reflexões realizadas percebe-se similitudes entre os assuntos, as inquietações e objetivos do Proerd com as temáticas a serem abordadas e tratadas pelo educador social assim como a correlação entre essas duas atividades socioeducativas com os princípios e finalidades trazidas pela LDB para a educação brasileira: a formação cidadã e o pleno desenvolvimento do ser humano a partir da abordagem às questões que preocupam-se com as vulnerabilidades individuais e sociais vivenciadas ou possíveis de serem vividas, com objetivo de evitar tais situações ou após a experiência, direcionar para reflexão e tomada da melhor decisão. Nesta esteira, a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), documento que nomeia e descreve as diferentes profissões e ocupações do país, reconhece atividade desenvolvida pelo educador social como profissional que identifica as vulnerabilidades das pessoas e desenvolve atividades que promovam o tratamento da questão.

Neste entrelaçamento entre a prática educativa e as vulnerabilidades sociais o indivíduo é conduzido por um caminho reflexivo e de diálogo sobre as vivências e requer-se do educador social e do instrutor do Proerd, como descreve Freire (1997), a compreensão de mundo e a problematização dos assuntos que permeiam e fragilizam o convívio no grupo social, dialética que possibilita a transformação social.

Nesta forma de transformar realidades Freire (2020, p. 120) assevera que o papel do educador é de estabelecer o diálogo, sem impor a sua visão de mundo, mas que esta visão sobre o mundo se refletirá em ações na forma como a pessoa se relacionará com o seu entorno, motivo pelo qual a fala do educador precisa estar conectado com a realidade para que se estabeleça uma “comunicação eficiente”. Através deste movimento reflexivo e de diálogos sobre tensionamentos sociais, em que o profissional, seja o educador social ou o instrutor do Proerd, estabelece relação interpessoal para abordar temas sensíveis para a vivência em comunidade desenvolve-se em paralelo a construção epistemológica para a vivência democrática com

respeito às diversidades, regras e valores morais e sociais projetadas através da promoção do diálogo dentro da ação educativa elaborada pelo educador social.

3.2 Análise e objetivo do conteúdo programático do Proerd

O trabalho do Proerd junto às crianças e adolescentes contribui para explicitar virtudes, valores e princípios basilares da formação de sua personalidade. No entender de Pereira (2019), é uma atividade central em uma sociedade que cada dia produz situações de vulnerabilidade para crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. Torna-se um agente de mudança cultural, de hábitos e atitudes que, não poucas vezes, dizimam as novas gerações e os colocam em caminhos tortuosos, de violência, de transgressão e da perda de sua vida.

Com linguagem apropriada para interagir com as diferentes faixas etárias e ano escolar, os conteúdos foram desenvolvidos e são atualizados de forma que possibilitam a interação dialética entre o instrutor e o estudante. Durante as aulas a escuta ativa é uma das principais ferramentas utilizada pelo Policial Militar para ter o *feedback* se o conteúdo está sendo apreendido de maneira satisfatória pelo discente. Para ministrar o “Proerd Kids”, por exemplo, o instrutor utiliza cartazes coloridos e por vezes com auxílio de fantoches conversa com as crianças em idade pré-escolar de forma lúdica. Neste encontro, de no máximo 30 minutos, o Policial Militar conversa com esses pequenos estudantes sobre assuntos que são valiosos: não aceitar doces ou não conversar com pessoas desconhecidas; aborda a diferença entre remédio e veneno; trata da forma como pedir socorro em caso de emergência e como ligar para o telefone de emergência; quem deve procurar quando estiver perdido em algum lugar, a importância do uso do cinto de segurança dentre outros assuntos que são pertinentes para essa faixa etária.

Interagindo com pré-adolescentes encontramos o Policial Militar instrutor do Proerd aplicando o conteúdo do currículo “Caindo na Real” para os estudantes do 5º ano do ensino fundamental

O Currículo Proerd “Caindo na REAL” para o 5º ano do Ensino Fundamental mantém esse compromisso de fornecer instrução de ponta, capaz de prevenir o uso de drogas por meio do desenvolvimento das habilidades básicas necessárias para se fazer escolhas seguras e responsáveis. Essas habilidades vão além da questão das drogas, pois possibilitam escolhas saudáveis e maduras em todos os aspectos da vida do jovem cidadão. Ao desenvolver as principais habilidades acadêmicas e práticas, o currículo promove tanto os objetivos educacionais quanto os de prevenção. (CMP, 2013, p. 4).

Com objetivo de promover ao discente do 5º ano conhecimentos necessários para sua formação enquanto cidadão o instrutor aborda temas atuais e pertinentes e busca “ensinar aos

jovens como controlar seus impulsos e pensar nos riscos e consequências, o que resultará em escolhas mais responsáveis [...] eles serão capazes de fazer escolhas saudáveis não somente sobre drogas, mas em todos os aspectos de suas vidas.” (CMP, 2013, p. 4). Nesta perspectiva tem-se como entendimento que “[...] à medida que os jovens forem educados para se tornarem cidadãos responsáveis, conseqüentemente conduzirão suas vidas de forma mais produtiva e livre de drogas.” (CMP, 2013, p. 4).

Para identificar como esses objetivos propostos são trabalhados passa-se a verificar a metodologia e organização das aulas a serem ministradas para os alunos dos 5º anos. Estes estudantes na primeira aula são apresentados ao Programa e devem levar a cartilha, gratuitamente fornecida, para sua casa a fim de que seja colhida a autorização dos pais ou responsável pelo estudante para que participe do programa. Após esta autorização os alunos são apresentados a algumas regras que deverão ser seguidas durante todas as aulas: levantar a mão sempre que quiser falar; não citar nomes de pessoas; respeitar colegas e professores; ser pontual; fazer as lições de casa e as perguntas ou curiosidades que não tenham relação com a aula deverão ser transcritas em um papel e colocadas dentro da caixa de pergunta do Proerd, que será aberta sempre no início de cada aula para ter esse momento. Estes combinados Proerd servem para além de organizar as contribuições e curiosidades dos estudantes para que entendam a importância das regras e do respeito a essas ao longo do curso. Após esta organização inicial os estudantes, durante 10 encontros com o Policial Militar, tratam e debatem questões e inquietações da própria fase da vida que se encontram, como também é abordado questões sobre uso de substâncias lícitas e ilícitas nocivas à saúde e uso da violência como forma de resolução de problemas. Para resolver os problemas apresentados nos exercícios, mas que podem ser aplicados na vivência diária, os estudantes refletem e utilizam o método de tomada de decisão Proerd, técnica que poderá ser utilizada também para refletir e resolver os problemas ao longo da vida de forma não violenta, através do diálogo.

Ao explorar o conteúdo programático ministrado para o 5º ano constata-se que o instrutor do Proerd aborda assuntos importantes e pertinentes para a formação da consciência crítica do estudante. A importância da tomada de decisão de forma segura, seja para dizer não às drogas e à violência ou para evitar más companhias ou convites de pessoas que podem trazer resultados negativos; riscos e consequências sobre uso das drogas lícitas e ilícitas para a saúde, vida pessoal, familiar e para o futuro são pautas das aulas. O instrutor, através de meios auxiliares como encenação teatral, demonstra aos estudantes como resistir à pressão dos colegas, amigos ou conhecidos e não ceder para consumo de bebidas alcoólicas, drogas ou violência, seja por curiosidade ou para resolver um problema que enfrenta seja de qual natureza

for. Questões complexas como lidar com tensão em diferentes momentos e forma de detectar momentos de estresse e técnicas de relaxamento também integram o programa. A forma de comunicação verbal e não verbal e a importância da escuta empática nas relações familiares, sociais e escolares são expostos pelo instrutor em sala de aula. Outro tema abordado durante as aulas versa sobre o *bullying* e *cyberbullying*, os malefícios e as consequências na vida das pessoas. (CMP, 2013)

O instrutor ao desenvolver o programa aborda a importância de auxiliar as pessoas sempre que precisarem de ajuda e destaca o respeito pelas pessoas nas relações diárias de convívio. Sobre a importância da relação familiar é evidenciado o papel dos familiares e responsáveis pelos estudantes como pessoas confiáveis para auxiliar a resolver um problema. A família e os responsáveis, juntamente com a escola, fazem parte desse processo de formação cidadã e devem estar engajados nas atividades desenvolvidas. Assim, os estudantes levam os conteúdos trabalhados em sala de aula para um debate em suas casas para que os pais participem da construção do conhecimento e, também das formas de resolver conflitos e ficar longe das drogas e da violência.

O programa também contempla atividades e aulas, ministradas pelo mesmo instrutor do Proerd, para estudantes adolescentes do 7º ano do Ensino Fundamental em que as dez lições tratadas orientam “[...] quanto a habilidades de resistência, avaliação de riscos, tomada de decisões, suporte social e resolução de conflitos, além de esclarecer questões legais e de condutas diante do fenômeno ‘drogas’.” (CMP, 2013, p. 4), trabalhando os mesmos conceitos e valores, mas com uma linguagem e metodologia direcionada para interagir com este público.

Verifica-se que o instrutor do Proerd, através da metodologia existente no “Modelo de Tomada de Decisão” busca inserir reflexões sobre ações cotidianas e mudanças de postura capazes de prevenir o uso de drogas e desenvolver habilidades básicas para que o jovem, na solução de conflitos, os faça de forma segura, responsável e sem o uso da violência as demandas que surgirem ao longo da sua vida. A importância de ser um cidadão consciente das suas escolhas e das consequências delas são revisitadas a cada matéria. Respeito pelo próximo, alteridade, escuta ativa e empática fazem parte das aulas no sentido de semear pequenas mudanças de atitudes para um futuro menos violento e com menos uso de substâncias lícitas e ilícitas, que afetam a saúde, a convivência e o futuro desses jovens.

3.3 Proerd e as práticas educativas

Embora ainda haja indefinições quanto à regulamentação, se tomar a denominação e aprofundar a semântica observa-se que ao denominar de “educador social” já está-se admitindo que se trata de um exercício vinculado à prática educativa e quem sabe, com um teor mais restrito dentro dela, de cunho pedagógico. Como lembra Franco (2012) existem as práticas educativas, as práticas pedagógicas e as práticas docentes. As práticas educativas são mais amplas e quando as intencionalidades de uma prática estão explicitadas podem permitir a inteligibilidade dessa prática e podem tornar-se assim práticas educativas, que ocorrem, por certo e inexoravelmente, dentro e fora da escola. “As práticas sociais só se tornarão educativas pela explicitação/compreensão/tomada de consciência de seus objetivos, tarefa da investigação científica na educação.” (FRANCO, 2012, p. 169). Quando uma prática ocorre a partir de um planejamento, com finalidade, acompanhamento, vigilância crítica, responsabilidade social, pode-se dizer que é pedagógica. Portanto, a prática pedagógica realiza-se por meio

[...] de sua ação científica sobre a práxis educativa, visando compreendê-la, explicitá-la a seus protagonistas, transformá-la mediante um processo de conscientização de seus participantes, dar-lhe suporte teórico, teorizar com os atores, encontrar na ação realizada o conteúdo não expresso das práticas. (FRANCO, 2012, p. 169).

Por sua vez, nem toda a prática docente é prática pedagógica. Podem ser apenas práticas. Para constituírem-se como pedagógicas, segundo Franco (2012), devem estar inseridas na intencionalidade prevista para sua ação. O professor imbuído de sua responsabilidade social, “[...] aquele que se vincula, se compromete, se implica coletivamente no projeto pedagógico da escola, acredita que seu trabalho significa algo na vida dos alunos, esse professor tem uma prática docente pedagogicamente fundamentada.” (FRANCO, 2012, p. 160).

Importa neste aspecto considerar que Gohn (2011, p. 107) diferencia a educação formal da informal. Na primeira existe a “[...] intencionalidade de dados sujeitos em criar ou buscar determinadas qualidades /e ou objetivos. A educação informal decorre de processos espontâneos ou naturais, ainda que seja carregada de valores e representações, como é o caso da educação informal.” O mesmo autor (2011, p.105) aborda a educação como um processo de “[...] ensino/aprendizagem adquirida ao longo da vida dos cidadãos; pela leitura, interpretação e assimilação dos fatos, eventos e acontecimentos que os indivíduos fazem, de forma isolada ou em contato com grupos e organizações.”

Gohn (2011, p. 106), ao referir-se ao processo da educação não formal destaca que uma das dimensões desta prática envolve a aprendizagem política “[...] dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos, isto é, o processo que gera a conscientização dos indivíduos para a

compreensão de seus interesses e do meio social e da natureza que o cerca, por meio da participação em atividades grupais.” Em um esforço conjunto para a “educação para a cidadania” (GOHN, 2011, p. 106) em um “campo de educação” (GOHN, 2011, p. 109) voltado à participação social e coletiva, aprendizado diverso dos conteúdos previstos na educação formal do espaço escolar, proposto através de “[...] conteúdos curriculares flexíveis, adaptados segundo a realidade da clientela a ser atendida” (GOHN, 2011, p. 110).

Neste pensar a autora (2011, p. 111) traz que a preocupação com os tensionamentos coletivos conduzem a educação não formal a ter por objetivo central a cidadania onde o aprendizado ocorre por “meio da prática social” com atenção especial a atitudes e falas não agressivas e demonstra preocupação quanto a interferência da violência neste processo de desenvolvimento social e cidadão.

Para tratar de questões contemporâneas e importantes para a vida social Gohn *et al.* (2013, p.18) traz que a educação informal “[...] tem como método básico a vivência e a reprodução do conhecido, a reprodução da experiência segundo os modos e as formas como foram aprendidas e codificadas.” E neste aspecto a “[...] metodologia operada no processo de aprendizagem partem da cultura dos indivíduos e dos grupos” e os temas trabalhados/ abordados pelo educador social emergem das questões e tensões diárias com vistas “[...] à formação integral dos indivíduos” (GOHN *et al.*, 2013, p.18-19).

Com intencionalidade voltada à formação humana e cidadã Gohn *et al.* (2013, p.19) ao destacar a importância dos valores preocupa-se com “[...] novos cenários e saídas para determinadas situações, e com isso a temática da emancipação humana retorna.” Ao analisar a educação informal facilmente identifica-se a relação desta com os objetivos a serem alcançados pelo educador social: a educação do ser humano para ser, nas palavras de Gohn *et al.* (2013, p.19) “cidadão do mundo”, em busca de um processo contínuo de aprendizagem ao longo da vida, para evoluir de diferentes formas e meios e utilizar o diálogo e reflexões para tratar questões específicas e caras ao convívio social e solução de conflitos, perigos e desafios gerados pela vida social.

Cita-se esta diferenciação entre as três práticas e a educação formal e informal para contextualizar o campo de ação do policial militar que atua no Proerd como educador social, como alguém que desenvolve uma prática, que é educativa pela característica da abordagem que faz e não se constitui a partir do conceito de educação formal, mas relacionado às atividades de desenvolvimento humano e cidadão percebido através da educação informal que desenvolve suas atividades vinculado às escolas e com um propósito, uma finalidade, um planejamento, um agente de responsabilidade social que desenvolve uma prática que é também pedagógica.

Embora ensine, se utilize de estratégias metodológicas, dê orientações, transmita conhecimento, não pode ser considerado um professor no sentido estrito do termo. Mas como lembra Masschelein e Simons (2021), a escola é um lugar onde os jovens são abastecidos com tudo o que eles devem aprender para encontrar o seu lugar na sociedade.

O policial militar, ao atuar como instrutor do Proerd e educador social, interfere e contribui com processos educativos que estão diretamente vinculados à constituição do ser humano, ao tornar-se gente. Ele pode contribuir na direção de desenvolver a “disciplina”, não como mera obediência silenciosa, mas como argumentam Masschelein e Simons (2021), vendo-a como um termo reservado a ser sinônimo de seguir ou obedecer às regras que ajudam os alunos a alcançarem aquela situação inicial em que podem começar ou manter o estudo e a prática. Como uma tecnologia escolar, não como algo utilizado para domar os estudantes. “É uma técnica habilidosa inventada pelo homem para ser aplicada ao homem, a fim de permitir que o homem exerça influência sobre si mesmo, modele a si mesmo e adquira sua própria forma, por assim dizer.” (MASSCHELEIN; SIMONS, 2021, p. 65-66). Como lembra Charlot (2013), por nascer inacabada, a cria da espécie humana tem de aprender tudo. Essas formas do “aprender” são várias e heterogêneas e a escola não é o único lugar onde isso pode ser aprendido. Aprendem-se coisas importantes dentro e fora da escola, mas há que se considerar a especificidade de cada espaço. “Portanto, a educação é um triplo processo: um processo de humanização, de socialização, de subjetivação/singularização. São três dimensões indissociáveis, três processos que só podem acontecer graças à educação.” (CHARLOT, 2013, p. 167).

Goergen (2020) externa que educar significa preparar os jovens de forma adequada e realista para a atuação no mercado de trabalho, mas pressupõe o enfrentamento da tarefa de desvelar e fundamentar, desde a perspectiva humanista, os sentidos antropológicos subjacentes às práticas pedagógicas, visando formar cidadãos subjetivamente conscientes e socialmente responsáveis. Durkheim (2020) aponta que nos seres humanos habitam dois seres, um deles diz respeito a nós e o que acontece em sua vida, o que denominou de “ser individual. Já o outro ser é formado pelas “ideias, hábitos e sentimentos” que expressa a personalidade do grupo que se vive ou faz-se parte e neste aspecto se fazem presentes as “crenças religiosas, as crenças e práticas morais” e as opiniões desse grupo em um contexto amplo. Deste conjunto tem-se a formação do ser social e, “[...] constituir este ser em cada um de nós é o objetivo da educação” (DURKHEIM, 2020, p. 11), nas várias áreas da vivência humana e nas diferentes relações estabelecidas com a sociedade.

Neste pensar, o educador social ao trabalhar como “[...] mediador sócio-pedagógico no contexto da relação família, escola e comunidade local, poderá constituir uma mais-valia, quer para a própria consolidação desta profissão emergente, quer para a promoção do autodesenvolvimento social das comunidades locais,” (CANASTRA, 2009, p. 2031) frente a importância da função social desenvolvida por esse profissional que educa para viver em sociedade. Ao falar do policial militar como agente de educação social não cabe ficar no embate a respeito da fronteira que delimita o que é o espaço da educação formal e não formal, ou investir energias em uma dicotomia que agrega muito pouco aos fins que se deseja. Para Canastra (2009) importa, neste sentido, reconhecer que, cada vez mais, nos confrontamos com a necessidade de trabalhar em rede e numa postura muito mais profissionalizada. A atividade socioeducativa implica, assim, a criação de novas figuras profissionais que intervenham no quadro das relações sociais, sem pretender substituir o papel específico de cada uma das instâncias (família, escola, comunidade), da mesma forma do triângulo que alicerça as atividades do Proerd: família, escola e polícia militar.

3.4 O instrutor do Proerd, o educador social e a construção para novo contrato Social: educação e valores

A convivência em sociedade requer que seus membros respeitem regras estabelecidas pelos costumes ou por normativas. Ser cidadão conversa com a obediência a essas normas e também pelo culto de valores morais e sociais importantes para a relação interpessoal na comunidade. Nesta perspectiva poder-se-ia questionar que valores são esses que permeiam a relação social e interiorizam os elementos significativos para que o indivíduo se relacione com o meio em que vive.

Araújo *et al.* (2007, p.19) questiona por que algumas pessoas são violentas e outras não apresentam esse comportamento assim como também lança a pergunta quanto a existência de pessoas egocêntricas, sendo que nem todas se relacionam com o outro desta forma, e entender “[...] como se dão esses processos constitutivos natureza humana é uma meta da psicologia que pode influenciar a elaboração de modelos educativos.” O espaço de convivência em que a criança cresce e frequenta influencia na interiorização dos valores e no processo educativo através das diferentes formas de interação social e familiar que tiver ao longo da vida.

Um aspecto importante trabalhado com as crianças durante as lições do Proerd é a importância de ter senso de responsabilidade nas decisões que forem tomadas na vida particular e também na vida em sociedade para desenvolver a percepção de responsabilidade como

atributo moral, momento que o instrutor conduz o estudante a refletir e avaliar a cerca de atos de mentiras, furtos, uso de entorpecentes, a falta de assumir obrigações e outras questões em que a responsabilidade individual, social e respeito às regras farão a diferença na vida em sociedade, conceitos e valores que, segundo Piaget (1996, p. 7), precisam ser tratados desde a infância “[...] a intenção não desempenha nenhum papel: o ato material, ou melhor, a própria materialidade da obediência à regra é tudo.”

Piaget (1996), em seus estudos, traz que esta educação moral não deve constituir como uma matéria específica, durante o processo de ensino aprendizagem da educação formal, mas deve estar presente durante processo educativo, educação informal, em espaços destinados para que o estudante vivencie, por meio de práticas, brincadeiras e atividades facilitadoras a construção e a percepção desses valores. Deve ser fomentado pelo educador social e instrutor do Proerd para que durante esta atividade seja criado ambiente de partilha de conhecimentos e fortalecimento e respeito às regras “As crianças adquirirão a possibilidade de aprender, pela experiência, o que é a obediência à regra, a adesão ao grupo social e a responsabilidade individual” (PIAGET,1996, p.22). A partir da interação dessas vivências educativas, sociais e familiares as crianças irão alicerçando seus valores e entendimentos para construir sua forma de conduzir sua vivência em sociedade, daí a importância da educação informal que constrói pontes que ligam a um futuro em que valores são pensados.

Embora Araújo *et al.* (2007, p. 28) entenda que o processo psicológico no ser humano quanto a construção de valores está cercada de “incertezas e indeterminações”, que gera além de desafios “[...] reflexos profundos nas formas com que pensamos as interações educativas que almejam levar os sujeitos escolares a construir valores morais”, permite também que o educador ao “reconhecer os limites em nossas interações educacionais” (2007, p. 29) reconheça que não deterá o controle nesta construção de valores, mas que influenciará na interiorização desses durante o percurso do processo educativo informal instalado.

Araújo *et al.* (2007, p. 34) explica que a “[...] escola pode buscar estratégias que aumentem a probabilidade de que determinados valores éticos sejam alvo de projeções efetivas positivas de seus alunos e possam se constituir como valores para eles.” O autor (2007, p. 35) traz que para esta interiorização de valores ocorra a escola deve no contexto escolar “reorganizar os espaços, relações escolares, por meio da inserção, no currículo e no entorno escolar, de conteúdos contextualizados na vida cotidiana de alunos relacionados com os “[...] sentimentos, as emoções e os valores éticos desejáveis em nossa cultura.”

Nesta perspectiva observa-se que a abordagem realizada pelo instrutor do Proerd ao conteúdo programático revisita questões importantes e sérias relacionadas ao controle das

emoções, sentimentos de alteridade, empatia, compromisso com a verdade, matérias presentes no currículo do Proerd que facilitam a interação e o debate também das questões relacionadas às drogas e a violência.

Dentro da perspectiva de um processo educativo voltado a distinguir o conceito de certo ou errado, o instrutor do Proerd aborda também situações diárias de tensão em que o estudante terá que decidir, através de atividades lúdicas, sobre assuntos que poderão ser vivenciados na vida real. Para isso, o estudante analisa a questão e utiliza o método de tomada de decisão, reflete acerca das causas e consequências, faz a sua escolha e avalia o resultado que sua ação trará para a vida pessoal, familiar e para a sociedade. Esta atividade realizada em um ambiente de diálogo e reflexão com os demais colegas vai ao encontro do que Araújo entende como pertinente para a construção de valores

Assim, o universo educacional em que os sujeitos vivem deve estar permeado por possibilidades de convivência cotidiana com valores éticos e instrumentos que facilitem relações interpessoais pautadas em valores vinculados à democracia, à cidadania e aos direitos humanos. Com isso, fugimos de um modelo de educação em valores baseado exclusivamente em aulas de religião, moral ou ética e compreendemos que a construção de valores morais se dá a todo instante, dentro e fora da escola. Se a escola e a sociedade propiciarem possibilidades constantes e significativas de convívio com temáticas éticas, haverá maior probabilidade de tais valores sejam construídos pelos sujeitos. (ARAÚJO *et al.*, 2007, p. 35)

Através das lições do Proerd o instrutor desenvolve questionamentos que conduzem a reflexões e conclusões sobre os malefícios do uso de drogas lícitas e ilícitas, da violência como forma de resolução de conflito, da importância de respeitar direitos e cumprir as obrigações, conceitos de ser um bom cidadão, abordagem às temáticas que interiorizam nos estudantes os valores como empatia, alteridade e responsabilidade. Por meio desta metodologia e de acordo com o conceito trazido por Araújo *et al.* (2007, p 35) de que este princípio de construção de valores e conhecimento “[...] pressupõe um sujeito ativo, que participa de maneira intensa e reflexiva das aulas; um sujeito que constrói sua inteligência e seus valores por meio do diálogo estabelecido com seus pares, professores, família e com a cultura, na própria realidade cotidiana do mundo em que vive.”

3.5 A construção de um novo Contrato Social e educação

O estudante do Proerd dentro de um processo educativo consciente gerado a partir de situações em participa de debates sobre situações vividas pelos personagens das histórias ilustrativas que tem a mesma faixa etária, fazem escolhas e refletem sobre elas, analisam

situações de convivência diárias desses personagens de forma crítica e trabalham na elaboração de regras de boa convivência durante as aulas assim como compreendam o porquê de elas serem estabelecidas e respeitadas.

Regras essas que regulam as atividades durante as aulas e são estabelecidas e demonstram a necessidade de seu cumprimento para viabilizar que todos possam participar das atividades e para que haja respeito coletivo. Fica demonstrado aos estudantes que a convivência em sala de aula é possível diante do respeito mútuo e do cumprimento aos combinados Proerd e demais regulamentos escolares e sociais. Deste microcosmo parte-se para analisar a organização da vida em sociedade e observa-se que para a convivência do homem em sociedade foi necessário modificar a forma de relação social entre os membros do grupo de modo que estes se adequassem com que filósofo suíço Rousseau (2011, p. 28) definiu como “Contrato Social” que consistia em abrir mão da “liberdade natural e do direito ilimitado” em prol “liberdade civil e da propriedade”.

Nesta análise, Santos (*apud* STRECK, 2003, p. 44) diz que o Contrato Social se trata de “[...] uma metáfora fundadora da racionalidade social e política da modernidade ocidental” para qual Rousseau (2011, p. 28) denominou de “passagem do estado natural ao estado civil” e que “[...] produziu no homem uma mudança considerável, substituindo em sua conduta a justiça ao instinto, e imprimindo às suas ações a moralidade que anteriormente lhes faltava.” Com isso, segundo o autor, o ser humano substituiu o agir impulsivo pelo agir conforme as normas e passou a tomar decisões e pautar suas condutas pela razão e princípios, até então ausentes.

Embora se prive, nesse estado, de diversas vantagens recebidas da Natureza, ganha outras tão grandes, suas faculdades se exercitam e desenvolvem, suas ideias se estendem, seus sentimentos se enobrecem, toda a sua alma se eleva a tal ponto, que, se os abusos desta nova condição, não o degradassem com frequência a uma condição inferior àquela de que saiu, deveria abençoar incessantemente o ditoso momento em que foi dali desarraigado para sempre, o qual transformou um animal estúpido e limitado num ser inteligente, num homem. (ROUSSEAU, 2011, p. 28).

O Contrato Social estabeleceu regras entre o cidadão e o Estado que restringem o gozo da liberdade individual de forma absoluta e ilimitada e passa a limitar aspectos da convivência em detrimento da organização e viabilidade de convívio social. Em contrapartida, o Estado fornece proteção contra vulnerabilidades que tornam a vida suscetível a ameaças. Assim, o cumprimento e respeito às normas estabelecidas e aos valores morais e sociais que a acompanham modernamente tornam-se a base para a convivência harmônica e cidadã entre os pares e deste com o Estado.

Respeitar as diferenças, sejam sociais, econômicas, culturais, de gêneros ou étnicas faz parte deste novo contrato social necessário na sociedade contemporânea e globalizada que com um *click* conecta diferentes povos de diferentes culturas. Diante da diversidade vivida, em que Streck (2003, p. 24) traz que “[...] cada cultura cria suas formas de convivência no mundo, fazendo adaptações e criando mecanismos de resistência” e destaca a função da educação, de acordo com as palavras de Freire (1981, p. 53.), como “ação cultural para a liberdade” realizada através da análise sobre “a própria limitação” e o ato que transforma a realidade envolve “reflexão, intencionalidade, temporalidade e transcendência”.

Streck (2003, p. 25) conduz à reflexão sobre os dois princípios que norteiam a formação de comunidade e a interação social ao citar os argumentos de Nicholas Burbules, “[...] o da cooperação e responsabilidade compartilhada e o pressuposto de que laços estreitos entre as pessoas são importantes para a realização de seus objetivos”. Nesta perspectiva construtora de um novo ambiente de convivência social, Streck (2003, p. 26) traz que a internet está se tornando uma “metacomunidade”, em que se ressignificam vários conceitos de “identidade, temporalidade e de proximidade” ao mesmo tempo em que “[...] se ampliam as possibilidades de constituir novas relações de convivência e aprendizagem” e o Contrato Social ganha novas dimensões, ampliam-se os signos sociais, conceitos e valores morais/sociais e se estabelecem novas necessidades e regras para o convívio social.

Diante desse novo paradigma, em uma sociedade cada vez mais interconectada, com culturas e valores tão diferentes e tão próximos, qual seria o papel desempenhado pela educação, pelo educador social e pelo policial militar instrutor do Proerd frente a evolução do conceito e das novas relações estabelecidas no Contrato Social contemporâneo?

Como resposta a esta reflexão é sabido que não cabe mais discutir acerca das liberdades naturais ou sobre os conceitos que firmaram o Contrato Social de Rousseau, que embora importantes necessitam de complementos frente às incontáveis mudanças que a convivência social sofreu ao longo das décadas e as “[...] continuidades e rupturas que estamos vivendo” (STRECK, 2003, p. 42) em um cenário de modernidade e pós-modernidade. Situações primitivas, como o uso da violência para resolver conflitos ainda precisam ser tuteladas pelo Estado, uma vez que o ser humano, neste aspecto, não evoluiu ao longo da história. Mais que distinguir o certo do errado, o educador e a educação precisam construir sonhos e alimentá-los para construir um futuro que começa no hoje por meio da ação de cada um dos envolvidos no processo educativo. (STRECK, 2003)

Em meio a tantas mudanças culturais e da proximidade de convivência proporcionadas pela interconexão estabelecida pela internet, de diversos conflitos culturais, religiosos,

econômicos, sociais e políticos Streck (2007, p 38) diz ser necessário “[...] profunda atenção aos discursos de mudança de época ou transição paradigmática” e revela que do ponto de vista do processo educativo não está sendo possível dar atenção ao assunto conforme a “responsabilidade que o mundo exige” e o educador precisa ser sujeito ativo dessa discussão uma vez que capacita “[...] as pessoas para ocupar os diversos lugares na sociedade” (STRECK, 2007, p. 40) e cria condições diferentes dentro das realidades.

O Contrato Social para Streck (2003, p. 47) trata-se na verdade de “[...] uma nova mitologia para ancorar o uso da razão como fonte para explicar a vida em sociedade” que ao seu ver dá origem a diversas práticas educativas também atualmente, assim como “a solidariedade e o amor, como sentimentos originais, são responsáveis não só pela manutenção da vida no planeta, mas pela gênese do humano através da linguagem.” (STRECK, 2003, p. 47). Não é à toa que a educação se faz presente desde logo no Contrato Social que se estabelece para viabilizar a vida em comunidade.

Modernamente Streck (2003) diz que a educação precisa se preocupar com princípios de liberdade, autonomia, distinguindo-a do egocentrismo, o ser indivíduo do ser individualista, do ser autoridade do agir autoritariamente, discussões que integram os debates do Contrato Social moderno. A educação e educadores precisam ser desafiados a se fazerem presentes para compreender as origens e os temas presente nesse novo contrato estabelecido na sociedade, e Paulo Freire (2020, p. 77) diz que deve ocorrer a “cointenção” à realidade, por parte dos educandos e dos educadores, para que ambos, revelam as intencionalidades sociais, “criticamente” as reconheçam para que o novo conhecimento necessário emergja, dando-se créditos para a força transformadora da palavra.

Streck (2003, p 50) revela o “[...] esgotamento de um determinado tipo de contrato e o desafio de procurar alternativas, inclusive para além das clássicas ideias de contrato” para que, segundo autor, não ocorra separação por questões étnicas, raciais ou de gênero, em que índios, mulheres, negros e pessoas excluídas e marginalizadas por outros motivos ou preconceitos não sejam mais tratados como “subumanos”, que não se tenha na sociedade milhões de pessoas passando necessidades básicas em razão da riqueza mal distribuída e que se esteja voltado ao diálogo em busca de soluções para questões caras para a convivência como : “[...] crise ambiental, crise da pobreza e desigualdade, crise da democracia e crise econômica” (STRECK, 2003, p. 63), questões que são indispensáveis na análise deste “novo” Contrato Social para a contemporaneidade.

Nesta análise sobre a vida em coletividade e o Contrato que rege as relações humanas na sociedade se observa como “[...] problema central a humanização, que passa também pela

busca de novas formas de viver em sociedade.” (STRECK, 2003, p. 71). Apesar de todo envolvimento da educação no processo evolutivo da vida em sociedade, apontamento já assinalado por Rousseau no Contrato Social, a questão que se faz premente para Streck (2003, p 86) é como a educação pode ser limitadora da cidadania. Segundo Rousseau (1995, p. 10)

Nascemos fracos, precisamos de forças, nascemos desprovidos de tudo, temos necessidade de assistência; nascemos estúpidos, precisamos de juízo. Tudo o que não temos ao nascer, e de que precisamos como adultos, é nos dado pela educação. Essa educação nos vem da natureza ou dos homens ou das coisas. O desenvolvimento interno de nossas faculdades e de nossos órgãos é a educação da natureza; o uso que nos ensinam a fazer desse desenvolvimento humano é a educação dos homens e o ganho da nossa própria experiência sobre o objeto que nos afetam é a educação das coisas.

Observa-se, pelas análises de Streck (2003), que o grande problema do processo educativo é substituir, minimizar, deixar em segundo plano a educação proveniente do homem em detrimento da educação das coisas, processo decorrente das experiências e vivências do sujeito e de seu contato com o mundo, da qual não se pode afastar a importância para o aprendizado. Ao trazer-se Freire (2020, p. 95) observa-se que “[...] ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”, através de uma educação “libertadora e problematizadora”, momento que através da vivência educador e educando se educam, “[...] ambos se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos.” (FREIRE, 2020, p 96).

Assim, através da convivência e da partilha com “o outro” que o ser humano se humaniza e se educa. Savater (2012, p. 23) traz para esse diálogo a reflexão de Graham Greene de que “ser humano é também um dever” refletindo que valores como “compaixão pelo próximo, a solidariedade ou a benevolência” são características e atributos de pessoas que “saborearam o leite da ternura humana”. Apenas através do convívio humano, e com a transmissão desses valores “aos recém-chegados” (SAVATER, 2012, p. 29) que deixaremos de ter apenas nascidos humanos e passaremos a ser humanos plenamente “quando os outros nos contagiam com sua humanidade deliberadamente e com sua cumplicidade. A condição humana é em parte espontaneidade natural, mas também deliberação artificial: chegar a ser totalmente humano-seja humano bom ou humano mau- é sempre uma arte.” (SAVATER, 2012, p. 24).

Valores de humanidade, respeito, empatia, alteridade, cidadania entre outros necessários para viver em comunidade, são repassados diariamente, através dos ensinamentos e pelas práticas sociais através de exemplos, de uns para os outros. Neste contexto, a criança interioriza os valores tutelados e observados pelos adultos e pelos seus pares como também o respeito pelo

humano, aprendizados que se dão tanto em ambiente familiar como escolar. Neste ambiente, juntamente com os demais educadores pedagógicos o instrutor do Proerd prestará sua contribuição por meio das lições que integram a base curricular do programa, para a sedimentação, construção e reflexão sobre todos esses atributos, valores, responsabilidades e respeito que colaboram na evolução do ser humano e para seu convívio social.

O trabalho educacional e pedagógico realizado pelos educadores (no sentido amplo da palavra) revela-se importante e imprescindível, ao passo que através dele “[...] o grupo social tenta remediar a ignorância amnésica (Platão *dixit*) com o qual todos nós viemos naturalmente ao mundo (SAVATER, 2012, p. 28).” Nesta reflexão temos que em uma sociedade em que todos são detentores do conhecimento, em que alguns os detém como convém, ou ainda, não exista diferença entre ter ou não discernimento sobre fatos e situações que transcorram durante a vida, “[...] não pode haver educação, nem, portanto, humanidade. Ser humano consiste na vocação de compartilhar com todos o que já sabemos, ensinando os recém-chegados ao grupo o que devem conhecer para se tornar socialmente válidos.” (SAVATER, 2012, p. 29). Freire (2020, p 39), durante seus estudos em **Pedagogia do oprimido**, revela que o homem pouco sabe sobre si, seu lugar e busca saber mais, no sentido de se autoconhecer, no aspecto de se humanizar, através do “[...] trabalho livre, desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas.” (FREIRE, 2020, p. 41).

Neste contexto, de diálogo em que se demonstra às crianças e os “recém-chegados” preocupação com os valores, respeito às diferenças, normas sociais e legais, voltados à construção de uma conduta civilizada e cidadã cujos valores são transmitidos pela educação informal e formal, é que podemos mudar paradigmas e reescrever destinos no novo Contrato Social.

Para Freire (2020, p. 99) “[...] na medida em que os homens, simultaneamente refletindo sobre si e sobre o mundo, vão aumentando sua percepção” percebem também questões profundas que sequer eram observadas e passam a ser um problema e desafio, “[...] não mais uma realidade estática, mas uma realidade em transformação, em processo.” (FREIRE, 2020, p. 100) Reflexões e análises que conduzem o ser humano em trajetórias evolutivas enquanto integrante do meio social, para que se humanize e não apenas sobreviva, mas que viva na plenitude toda sua liberdade e gozo dos seus direitos sociais e individuais, com respeito, empatia e alteridade, condições emergentes e necessárias para o novo convívio social, questões norteadoras das atividades realizadas pelo instrutor do Proerd, que educa a criança para esta convivência em sociedade. Através deste novo pensar e agir as relações interpessoais são regidas de acordo com “novo contrato social” cujo compromisso há de ser observado pelos

estudantes, através do trabalho proposto pelos educadores sociais e de instrutores do Proerd, que buscam nesses valores a base teórica dos conteúdos desenvolvidos junto aos jovens.

4 CONHECIMENTO E ATUAÇÃO DO POLICIAL INSTRUTOR DO PROERD NA EDUCAÇÃO SOCIAL

Nesta seção apresenta-se a metodologia da pesquisa, os dados coletados e sua análise com o objetivo de situar aspectos relevantes da prática do instrutor do Proerd, suas percepções da função e a correlação desta atividade com a desenvolvida por um educador social.

4.1 Metodologia da pesquisa

Por que pesquisar? Poder-se-ia responder a esta indagação simples com inúmeras respostas motivadas por necessidades e inquietações diferentes que teriam como ponto central o que Gil (2002, p. 17) conceitua como sistematizar as respostas para os problemas propostos, porque não há disponibilidade de informação suficiente sobre determinado assunto ou então pesquisamos para organizar metodologicamente uma informação que está disponível e apta para responder a um problema de pesquisa.

Segundo Severino (2009, p. 15), o meio acadêmico, por ser espaço de ensino e aprendizagem, é o local adequado para a realização das práticas investigativas, sendo também atividade específica e central a ser realizada em âmbito de pós-graduação

A realização de uma pesquisa científica está no âmago do investimento acadêmico exigido pela pós-graduação e é o objetivo prioritário dos pós-graduandos e seus professores. Até mesmo o processo de ensino/aprendizagem nesse nível é marcado por essa finalidade: desenvolver uma pesquisa que realize, efetivamente, um ato de criação de conhecimento novo, um processo que faça avançar a ciência. (SEVERINO, 2009, p. 15).

Como resultado desta prática de pesquisa tem-se a produção de um novo conhecimento, científico que decorre do trabalho sistematizado realizado pelo investigador que o faz por diferentes motivos: inovar na sua área profissional, buscar qualificação profissional ou mesmo apresentar solução para uma questão complexa que demanda análise, como por exemplo as investigações científicas realizadas no último ano em decorrência dos estudos sobre causas, efeitos, formas de contágios, prevenção e tratamento para o vírus da Sar Cov-19, pandemia global que demonstrou a necessidade e importância da pesquisa e do trabalho do pesquisador, revelando na prática a relevância e a influência dos estudos científicos na vida social. Partindo da premissa de que “[...] é preparando o bom pesquisador que se prepara o bom professor

universitário ou qualquer outro profissional” (SEVERINO, 2009, p.16) que, através de embasamento teórico, perspectivas e respostas para as inquietações, dúvidas e necessidades apresentadas, revela a importância do mundo acadêmico e sua influência na nossa vida. A pesquisa também se apresenta como meio necessário para a construção de caminhos para mudanças na área educacional, de solução de problemas sociais ou científicos, para tanto sendo imprescindível. Segundo Demo (2007, p.2), carece que o educador se constitua como um pesquisador, com espírito investigativo e educativo, sendo esta prática parte de sua rotina profissional. Freire (1996, p. 29) afirma que “[...] não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino”, caracterizando essa busca de conhecimento como um processo criativo e de humanização já que permite refletir sobre questões caras ao desenvolvimento humano, as quais influenciarão no contato estabelecido com o discente, enriquecendo o processo de ensino/aprendizagem e modificando “mundos”, motivando o discente a pesquisar, questionar e refletir, educando também pelo exemplo e pela prática.

4.2 Pressupostos teórico-metodológicos

Ao analisar o ser humano, as descobertas ao longo da existência e suas reflexões sobre a natureza, verifica-se, segundo Minayo (2002, p. 7), que “[...] do ponto de vista antropológico, podemos dizer que sempre existiu preocupação do ‘homo sapiens’ com o conhecimento da realidade.” Através da criação e utilização de símbolos ou signos para transcrever e representar as descobertas e novos saberes nos traz a percepção que a raça humana é inquieta, indagativa e que investiga o desconhecido em busca de respostas: por vezes pela necessidade de sobreviver, outras, para a produção de um novo conhecimento. Seja qual for o motivo, nos resta demonstrado ao longo da história e da evolução da sociedade que o desejo de compreender, aprofundar ou esclarecer inquietações produziram esclarecimentos e conhecimentos. Estes, por vezes, são produtos de pesquisas organizadas sistematicamente para resultar em respostas científicas para o problema apresentado como consequência de uma atividade metodológica que Minayo (2002, p. 16) “[...] define como um caminho percorrido em que se relacionam o pensamento e prática para abordar a realidade.”

Sob essa perspectiva reflete-se a respeito da realização da pesquisa quando o objeto de investigação recai sobre área que pertence ao campo das Ciências Sociais, momento que deve ser observado que o mesmo profissional que investiga faz parte do meio social e assume um papel de cidadão-cientista e que permanece “[...] vinculado a um determinado grupo social com interesses e valores culturais específicos, condições inerentes das quais não se pode separar

quando realiza uma pesquisa.”(GAMBOA, 2012, p. 197). Este fato, Minayo (2002, p. 14) descreve como “[...] identidade entre sujeito e objeto”, pois as pesquisas que envolvem seres humanos por alguma característica (social, cultural, etária, ética...) geram, de alguma forma, uma inter-relação com o pesquisador. Lévi-Strauss (1975, p. 215), sintoniza com a autora a afirmar que “[...] numa ciência, onde o observador é da mesma natureza que o objeto, o observador, ele mesmo é parte da sua observação,” revelando com isso um possível comprometimento sobre a não neutralidade dos resultados obtidos e da sua ciência.

O pesquisador ao realizar a pesquisa “[...] veicula interesses e visões de mundo historicamente construídas, embora suas contribuições e seus efeitos teóricos e técnicos ultrapassem as intenções de seu desenvolvimento.” (MINAYO, 2002, p. 14). A visão do pesquisador e de seu campo de pesquisa implica na prática da pesquisa e na produção do conhecimento pretendido, envolvendo desde a escolha do objeto, os resultados e aplicação do trabalho (MINAYO, 2002), fatores que devem ser analisados como condição durante a realização da pesquisa como critério quanto a realidade e distanciamento pesquisador-objeto.

Desta forma, ao tratar-se de ciência não se encontra uma verdade absoluta, uma vez que ao se falar de conhecimento científico, segundo Ghedin e Franco (2011), a verdade consiste em um processo de construção/reconstrução, não se apresentando pronta ou acabada frente ao dinamismo social, permeado pela riqueza dos novos significados. Para Minayo (2002), a realidade contém mais riquezas que qualquer teoria que pretenda descrevê-la, que, por vezes, produz apenas fragmentos do macro já que os problemas à medida que são resolvidos apresentam novas possibilidades de aprofundamento e inquietações, em um circuito contínuo de busca, que permitem nova análise e reflexão sobre o mesmo problema-objeto.

Neste cenário, Paviani (2013, p. 14) traz que a pesquisa científica ocorre seguindo preceitos metodológicos em busca da imparcialidade do investigador através do uso de teorias, concepções e métodos os quais demandam do pesquisador além de conhecimentos a utilização da imaginação com método, para além de realizar o procedimento manejar os instrumentos utilizados para a realização da pesquisa através de um processo racional e técnico, de acordo com normas e teorias.

Nesta linha de pensamento, Gamboa (2012) fala que o método, analisado sob uma perspectiva mais epistemológica, se refere às diversas formas como a realidade pode ser construída e os diferentes meios do pesquisador se aproximar do objeto analisado para produção do conhecimento. Assim, pode-se dizer que a pesquisa científica se caracteriza por um “[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo oportunizar respostas aos problemas que são propostos” (GIL, 2010, p. 1), a partir de fundamentações e referenciais

teóricos, os quais contribuem para o desenvolvimento do caminho metodológico e a produção de novos conhecimentos. Segundo Luna (2002), tem-se no referencial teórico uma espécie de filtro por onde o pesquisador enxerga a realidade, extraindo perguntas e possibilidades.

Sob esta perspectiva, a partir do pressuposto de que a forma de abordar um problema de pesquisa está relacionado com a maneira de formulá-lo (GATTI, 2006). Seguindo esta premissa metodológica as respostas aos questionamentos aplicados aos sujeitos da pesquisa serão “[...] analisados em seu conteúdo psicossocial” (LAKATOS, 2019, p. 300) para que posteriormente, sejam interpretadas. O interesse pela abordagem qualitativa, segundo Lakatos (2019, p. 300), “[...] não é explicar, mas compreender os fenômenos que estuda dentro do contexto que aparecem” para, enfim, responder à inquietação que ensejou o desenvolvimento da pesquisa. No nosso caso, a busca volta-se para diagnosticar e compreender as percepções dos Policiais Militares instrutores do Proerd a respeito da contribuição do seu trabalho, junto a estudantes do Ensino Fundamental, para que adquiram e desenvolvam respeito ao próximo, ajam com empatia e se relacionem com consciência da alteridade com vistas à construção da cidadania plena e vulnerabilidades relacionadas às drogas e a violência no contexto do convívio social.

Inicialmente, recorreu-se à base teórica para tratar dos conceitos que pudessem amparar o desenvolvimento da investigação, tais como da educação social e dos princípios, origem e conceitos do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência. Exige olhar sensível para a compreensão dos conceitos e entendimentos que contemplam os significados das expressões norteadoras e centrais visando extrair o núcleo base desses conceitos para relacionar à questão tensionadora da pesquisa, sendo que quanto aos objetivos a pesquisa é exploratória e de campo, pois segundo Lakatos (2019, p. 298) permite “[...] maior familiaridade com o problema” e irá à busca de informações onde os acontecimentos se dão.

A revisão de literatura, necessária ao desenvolvimento do trabalho, ocorreu por meio da consulta a livros, periódicos, coletâneas que possibilitaram a construção de uma base teórica que auxiliasse na resposta para o problema de pesquisa apresentado, a costura teórica posterior à coleta dos dados, uma vez que permite “[...] conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado tema ou problema, tornando-se um instrumento indispensável para qualquer tipo de pesquisa” (KÖCHE, 2009, p. 122). Entende-se que a consulta ao referencial teórico possibilita a reflexão e a compreensão acerca do tema, lançando luz ao caminho investigatório que foi percorrido pelo pesquisador através de uma análise em conjunto dos dados obtidos na pesquisa de campo a qual permite, de acordo com Gonsalves (2001), que o pesquisador contate diretamente com o sujeito ativo do objeto pesquisado,

buscando a informação diretamente onde ocorreu ou ocorre para serem documentadas e tabuladas.

Neste sentido, a pesquisa se apresenta quanto à natureza, como teórico-empírica, pois analisa as informações resultantes da pesquisa bibliográfica e dos dados coletados junto aos pesquisados, reunindo as informações com objetivo de enriquecer o conhecimento originado pela investigação (CHIZZOTTI, 2001) que adota abordagem qualitativa, a qual se preocupa com a utilização de diferentes olhares de interpretação para compreender e explicar um fato.

4.3 Espaço da pesquisa, participantes, coleta e análise dos dados

Em razão da pandemia vivida no último ano, nada mais atual que a comunicação virtual para a realização da atividade de pesquisa pretendida. Fez-se o contato com o Centro Regional de Polícia Ostensiva da Fronteira (CRPO/FNO) a fim de solicitar autorização provisória para a realização da pesquisa² (TAI – Anexo A), identificar os policiais militares que atuam no Proerd na sua abrangência e obter o contato para consultá-los a respeito de sua disponibilidade para participar na investigação. De posse dos contatos, encaminhou-se mensagem, por meio do aplicativo *WhatsApp* e por e-mail, para os instrutores do Proerd a fim de receber seu aceite. Na região de abrangência da pesquisa há 18 policiais instrutores do Proerd. Foi encaminhado o questionário para os 18 policiais, 16 questionários voltaram respondidos. Para o envio do questionário foi utilizada a plataforma *Google Forms*.

A coleta dos dados dentro da abordagem qualitativa, segundo Lakatos (2019), é desenvolvida no âmbito das relações interpessoais, sendo utilizado o instrumento que melhor se adequa à realização da pesquisa. O *link* do questionário foi encaminhado através do aplicativo *WhatsApp* ou e-mail para os participantes. A análise dos dados, segue a perspectiva da análise de conteúdo de Bardin e sua natureza é qualitativa, o que conforme explicado por Minayo (LAKATOS, 2019, p. 323), “[...] seu foco é, principalmente, a exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que pretende investigar”, explicando que a análise pressupõe que o pesquisador estabeleça uma relação do conteúdo das respostas com seu cabedal de conhecimento teórico sobre o assunto. Este procedimento permitiu que o pesquisador chegasse a uma compreensão observando o que está “além do descrito ou analisado”, acrescentando conhecimento novo ao já existente.

² A pesquisa tramitou e foi aprovada pelo Comitê de Ética sob o número do CAAE: 50576221.0.0000.5352

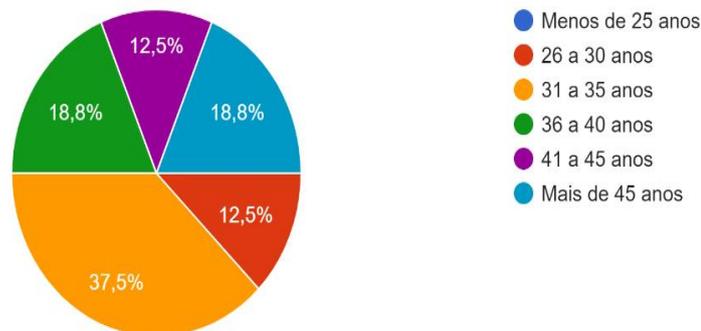
Para abrigar os dados organizou-se quatro categorias: Caracterização e perfil dos participantes; Atuação e conteúdos desenvolvidos pelo instrutor com os estudantes; Proerd e formação cidadã; e, O policial instrutor do Proerd como educador social. Com isso acreditamos dar conta do objetivo a que nos propomos na pesquisa e com a apresentação e análise dos dados.

4.4 Caracterização e perfil dos participantes

Os dezesseis participantes da pesquisa do Proerd no CRPO/FNO estão divididos igualmente quanto ao sexo: 50% masculino e 50% feminino. Verifica-se que, embora seja uma atividade educativa com cunho social, e poder-se-ia esperar maior envolvimento de mulheres como no magistério, a participação masculina se dá em igual número, não percebendo-se, neste aspecto, a existência de predominância de um dos gêneros. Quanto a idade dos profissionais pesquisados, apresentada no gráfico 1, verifica-se que a maior parte do grupo (seis instrutores) que corresponde a 37,5% estão na faixa de 31 a 35 anos, seguidos de três policiais militares (18,8%) que estão na faixa de 36 a 40 anos e de outros três profissionais (que corresponde a 18,8%) que declararam ter mais de 45 anos. Nenhum dos instrutores do Proerd declarou ter menos de 25 anos e os instrutores do Proerd que apresentam menos idade (dois policiais militares que corresponde a 12,5%) estão na faixa dos 26 aos 30 anos.

Gráfico 1 – Idade dos participantes

1 Idade
16 respostas



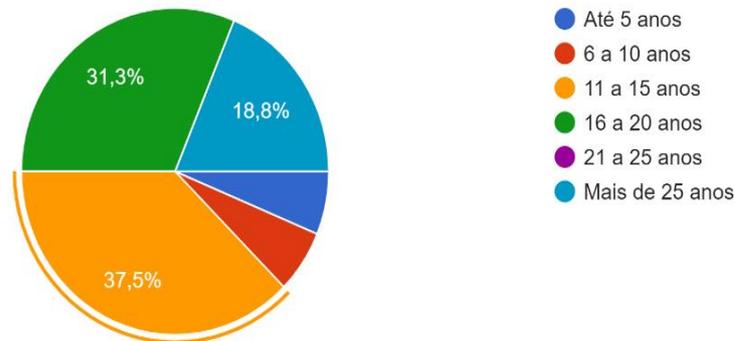
Fonte: AUTORA (2021).

Através do trazido pelo gráfico 1 infere-se que os instrutores do Proerd sejam detentores de uma experiência individual e educativa adquirida ao longo da vida. Esta percepção surge ao observar-se as idades dos instrutores que se encontram desenvolvendo o programa, com maior número concentrados na faixa dos 31 aos 35 anos. Quanto à experiência profissional adquirida pelas lentes da atuação policial militar apresenta-se no gráfico 2 o tempo de serviço prestado nas fileiras da Brigada Militar:

Gráfico 2 – Tempo de serviço na Brigada Militar

3 Tempo de serviço na Brigada Militar

16 respostas



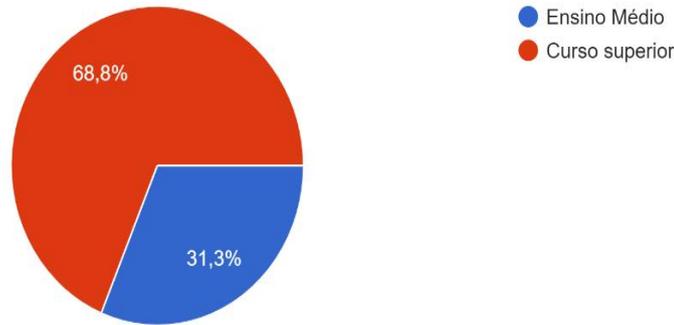
Fonte: AUTORA (2021).

Observa-se através desta representação que 37,5% (seis policiais militares) dos instrutores do Proerd são policiais há mais de dez anos e declaram ter entre 11 a 15 anos de profissão, seguidos 31,3% (cinco profissionais de segurança) que informam que prestam seus serviços à Brigada Militar entre 16 a 20 anos. Dado relevante diz respeito aos (18,8%) dos profissionais e instrutores do Proerd que estão há mais de 25 anos na corporação. Apenas um dos entrevistados declarou ter menos de cinco anos de experiência profissional. Os demais pesquisados declararam ter até 5 anos (6,3%) e o outro que trabalha na Brigada Militar entre 6 a 10 anos.

No tocante à escolaridade, apresentada no gráfico 3 e 4, dos 16 policiais militares pesquisados, 11 tem formação acadêmica superior, o que corresponde a 68,8%. 31,3%, responderam que possuem apenas o ensino médio, requisito básico de ingresso na carreira policial militar do Estado do Rio Grande do Sul.

Gráfico 3 – Nível de escolaridade dos instrutores

4 Formação
16 respostas



Fonte: AUTORA (2021).

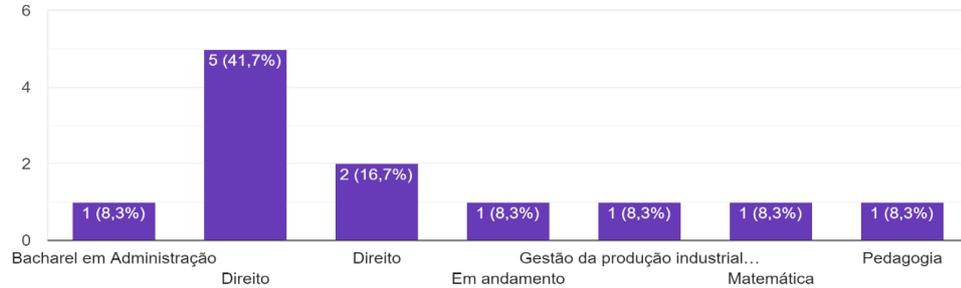
Ao se considerar que 68,8% dos policiais militares instrutores do Proerd declaram possuir formação superior é pertinente verificar qual a área de formação, embora não se trata de um requisito para desempenhar a função de educador social ou de instrutor do Proerd, mas demonstra qualificação e busca de aperfeiçoamento profissional para desempenhar esta função de suma importância social.

Quanto ao curso superior realizado, observa-se preferência pela área das Ciências Jurídicas, pois 58,4 % dos entrevistados declaram que possuem graduação em Direito, o que vem ao encontro das atividades realizadas pelos policiais militares na execução do serviço ordinário e também atende ao requisito para prestar concurso público para cargo de capitão da Brigada Militar, única graduação que permite o acesso ao oficialato na corporação. É possível identificar que dois profissionais de segurança possuem formação acadêmica voltada à educação formal, haja vista a presença de profissionais em Pedagogia e Matemática que são instrutores do Proerd, conforme se apresenta no gráfico 4.

Gráfico 4 – Cursos superiores dos instrutores

Se tem curso superior especifique qual.

12 respostas



Fonte: AUTORA (2021).

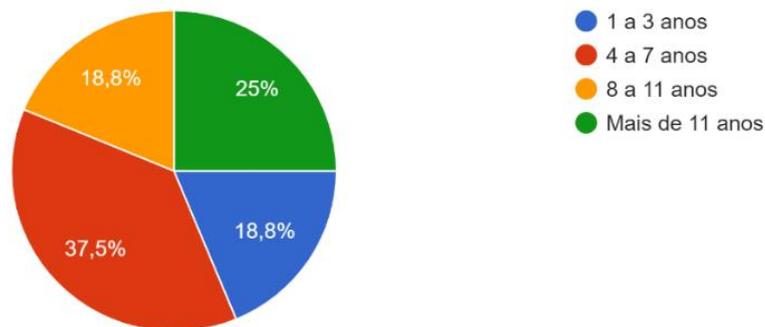
No que se refere a curso de pós-graduação, 12,5% dos policiais militares instrutores do Proerd informaram terem buscado especialização em sua área.

Os policiais militares foram questionados sobre o período que estão desempenhando as funções como instrutor do Proerd e pode-se verificar que 37,5% são instrutores do programa entre um período 4 a 7 anos, de acordo com que se apresenta no gráfico 5.

Gráfico 5 – Tempo de atuação no Proerd

6 Há quanto tempo você é instrutor do Proerd?

16 respostas



Fonte: AUTORA (2021).

Os demais policiais militares em um total de 25% compartilham sua função policial com a de instrutor do Proerd há mais de 11 anos, seguidos pelos profissionais que correspondem a

18,8% que são instrutores em um período compreendido de 8 à 11 anos e em igual porcentagem os que estão a menos tempo, de um a três anos nesta função educativa.

Os instrutores³ do Proerd foram convidados a exteriorizar o motivo que os fez se tornarem instrutores do programa, para quais teve-se as seguintes respostas.

Quadro 1 – Motivos para atuar como instrutor do Proerd

Possibilidade de trabalhar com adolescentes (I1).
Poder elevar o nome da instituição Brigada Militar entre a comunidade escolar. (I2)
Preparar nossos jovens para o futuro, levando a prevenção, orientação e informações de quanto as drogas são prejudiciais a vida e a nossa sociedade. (I3)
Ajudar os adolescentes a ver que sua vida, vai ser melhor sem o uso das drogas. (I4).
Tornei-me Instrutora do Proerd para que pudesse contribuir na Educação das Crianças de alguma forma. Acredito que além de nossa função principal que é sermos Policiais Militares temos a função social, de querer ajudar a sociedade de alguma forma. Acredito muito na Educação e visualizo que se educarmos, se contribuirmos e se alertamos as crianças enquanto ainda são crianças e em pleno desenvolvimento comportamental, conseguiremos adultos mais responsáveis consigo mesmos e com a sociedade, e desta forma evitando a atuação da Polícia. Outro ponto importante foi a metodologia utilizada pelo Proerd para trabalhar com as crianças, bem como minha estima pelos pequenos. (I5).
A vontade de fazer mais, ajudar ao próximo e construir uma sociedade melhor. (I6)
Tentar salvar as crianças desse mundo tão “perigoso” e gostar de ministrar aulas. (I7)
Ajudar o próximo, contribuindo de maneira a informar o público infanto-juvenil, sobre as consequências do uso de drogas. (I8)
Ajudar a mudar a realidade social. (I9)
Contribuir para a construção de um país através das crianças e dos jovens. (I10)
Tentar fazer a diferença na vida das pessoas. (I11)
Acreditar em programas preventivos. (I12)
Colaborar com a prevenção, através da orientação. (I13)
Trata-se de um projeto social que atinge crianças que estão na fase da busca por exemplos e com isso me coloquei à disposição para que em cada sala de aula, o aluno pudesse plantar uma semente do bem através de informações de fatos reais mostrando o caminho do bem. (I14)
Tornar o mundo menos violento, ajudar as pessoas com necessidades no âmbito geral, ver as pessoas alegres e entusiasmo para uma vida melhor. (I15)
Para trabalhar com crianças, pois elas admiram nossa profissão e me sinto muito bem perto delas, também por querer ajudá-las a manterem-se longe do mundo das drogas e da violência. (I16)

Fonte: AUTORA (2021).

A percepção dos instrutores do Proerd quanto à sua função social fica clara frente às declarações prestadas. Nota-se a existência de uma motivação pessoal para mudança de comportamentos atuais para um futuro diferente, em que as crianças são orientadas quanto ao perigo das drogas e da violência. Jares (2002, p. 108) reforça que a violência que resulta do ódio e pode também gerá-lo é contrária a uma cultura da paz e de convivência respeitosa. Deve-se pedir aos estudantes “[...] formas alternativas de resolução de conflito que não sejam a guerra,

³ O questionário aplicado foi anônimo, desta forma vamos identificar os instrutores com a letra I e um número correspondente de 1 a 16. Ex. I1, I2 ...

que retroalimenta a espiral da violência ao gerar mais destruição e mais ódio.” Segundo as declarações dos instrutores, acreditam neste trabalho preventivo e social na construção de um outro mundo possível, com mais esperança e respeito aos valores e à vida.

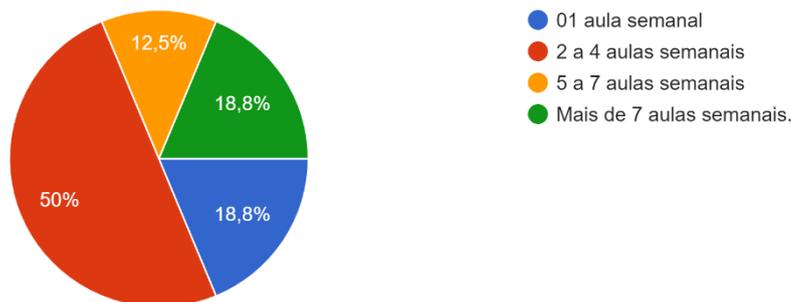
4.5 Atuação e conteúdos desenvolvidos pelo instrutor com os estudantes

Após ter-se o perfil do instrutor do Proerd que atua nas escolas pertencentes aos municípios sob o comando do CRPO/FNO, passa-se a analisar como este profissional atua e sua visão a respeito dos conteúdos ministrados durante as aulas. Inicialmente, foram questionados a respeito da quantidade de aulas do Proerd que ministram, deve, entretanto, ser considerado que no ano de 2020 e 2021, em razão da pandemia Sar-Cov 19, as atividades tiveram que ser suspensas, assim como as aulas, motivo pelo qual o período de interesse da pesquisa retrocedeu há quatro anos, sendo apresentada a média de aulas por instrutor no gráfico a seguir:

Gráfico 6 – Média das aulas por instrutor do Proerd

7 Qual a média de aulas do Proerd que deu nos quatro últimos anos, considerando uma aula por turma, tanto para alunos dos 5º e 7º anos?

16 respostas



Fonte: AUTORA (2021).

Do universo de 16 pesquisados, 50% declaram que a média de aulas ministradas nas escolas é de 2 a 4 aulas semanais. Os demais (18,8%) relatam que ministram mais de 7 aulas semanais e na mesma porcentagem respondem que ministram uma aula semanal. Dentre os instrutores encontram-se em 12,5% os que ministram de 5 a 7 aulas semanais do Proerd.

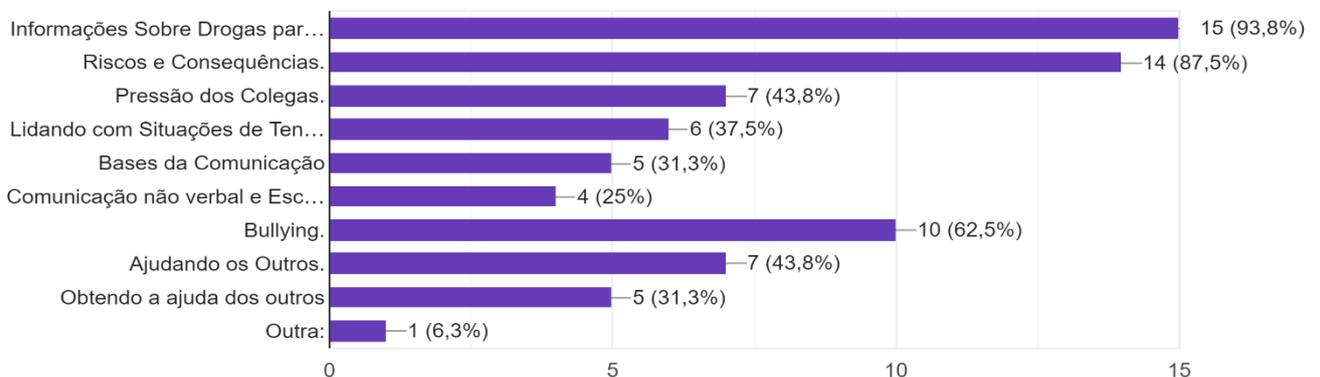
Neste quesito merece ser considerado que os policiais militares dificilmente trabalham em regime de exclusividade e dedicação integral ao programa e devem ajustar a atividade

educativa às rotinas estabelecidas pela corporação, quer seja operacional ou administrativa, e por vezes, as aulas são ministradas nos horários de folga ou no contraturno do trabalho, de forma a manter-se a continuidade desejável e assumida com os estudantes e com a escola, o que demanda maior dedicação e interesse por parte do policial militar.

Especificamente a respeito matéria abordada em sala de aula pelo instrutor do Proerd, de acordo com o conteúdo estabelecido pelo programa, padrão em todo o Brasil, e que não pode ser alterado pelo instrutor, foi solicitado que os instrutores assinalassem, de acordo com sua percepção, cinco conteúdos, presentes nas lições, que auxiliam na construção do pensamento crítico do estudante. Apesar de ser um conjunto de lições que conduzem a reflexão crítica por parte do estudante, os instrutores responderam ao questionamento conforme o solicitado, elencando as cinco principais lições, que de acordo com sua percepção conduzem nesse caminho educativo que se apresenta no gráfico 7.

Gráfico 7 – Conteúdos mais importantes na visão dos instrutores

8 Dos conteúdos trabalhados em sala de aula, qual (is) desses, de acordo com sua percepção, são mais importantes para o desenvolvimento do pensa...e cinco itens que considerar mais importantes).
16 respostas



Fonte: AUTORA (2021).

Paiva (2015, p. 54), ao citar reflexões trazidas por Freire traz que “[...] pensar a prática é o melhor caminho para se pensar certo, pois este pensar nos ensina também, de maneira particular, a praticarmos, a fazermos e entendermos as coisas.” Refletir e questionar sobre as práticas conduz para a compreensão do que se faz para esta integralização da formação. Neste pensar, para 93,8% dos instrutores, as informações repassadas sobre as drogas para a tomada de decisão segura por parte dos estudantes são relevantes para a construção do seu pensamento

crítico. Neste aspecto, o instrutor do Proerd trata de questões relacionadas tanto a drogas lícitas quanto ilícitas durante as lições. O conteúdo trabalhado em sala de aula, em que o instrutor aborda sobre os riscos e as consequências do uso de drogas para a vida e de ações violentas como forma de resolução de conflitos, é apontado por 87,5% dos instrutores como importante para a construção de um pensar reflexivo por parte do estudante. O instrutor do Proerd durante as aulas, por ministrar conteúdo contemporâneo, que conversa com a realidade vivida pelos estudantes não trata somente da questão de drogas e aborda temas sensíveis e importantes para esta faixa etária. Morin (2000, p.33) lembra que a cultura das humanidades favorece a aptidão para a abertura a todos os grandes “[...] problemas, para meditar sobre o saber e para integrá-lo à própria vida, de modo a melhor explicar, correlativamente, a própria conduta e o conhecimento de si.”

A lição em que é tratada a temática sobre *bullying* com os estudantes foi escolhida por 62,5% como um conteúdo que os auxilia a desenvolver uma nova forma de pensar sobre o assunto. Com o percentual de 43,8% está a lição em que o instrutor conversa a respeito da “pressão dos colegas” na vida dos estudantes para usar substâncias que podem fazer mal à saúde ou praticar uma conduta reprovável e com igual percentual de 43,8% a lição em que se destaca a importância de ajudar os outros, ocasião em que o instrutor aborda valores como empatia e alteridade com os estudantes. Nesta linha de pensamento, Assmann e Mo Sung (2000) recorrem à solidariedade como um modo de ver o mundo e a vida. Complementam afirmando que a solidariedade é uma relação inter-humana fundamentada na alteridade, que pressupõe o reconhecimento do outro na diferença e singularidade, atributos da alteridade.

O apelo à solidariedade só atinge a vida cotidiana das pessoas quando é relacionado com transformações concretas e possíveis dos comportamentos sociais em que elas se encontram. O ser humano é um ser de relações sociais concretas e não um sujeito receptivo para mensagens que pouco têm a ver com elas. (ASSMANN; MO SUNG, 2000, p. 217).

Em complemento à pergunta foi solicitado ao instrutor, caso entendesse importante, que indicasse outra matéria que não constava na lista e que a descrevesse. Um dos sujeitos da pesquisa, ao marcar como resposta para a opção “outra” colaborou com a seguinte afirmação: “Todas essas questões trabalhadas no desenvolvimento do Programa, contribuem na formação do pensamento crítico das crianças e adolescentes. Uma opção isolada agrega apenas parte de um contexto do aprendizado. Assim voto que todas são muito importantes.”

Observa-se que os demais conteúdos que integram as lições também foram indicados e destacados, pelos instrutores, fator que revela a importância de todos os conteúdos nesse

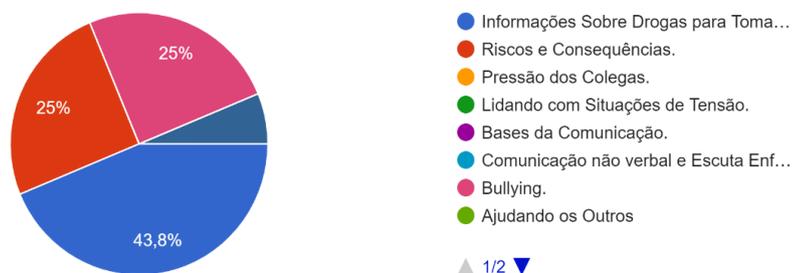
caminho de fortalecimento de valores e atitudes cidadãs. Morin (2000, p. 51) reforça esta percepção ao referir que a ética da compreensão

[...] humana constitui, sem dúvida, uma exigência chave de nossos tempos de incompreensão generalizada: vivemos em um mundo de incompreensão entre estranhos, mas também entre membros de uma mesma sociedade, de uma mesma família, entre parceiros de um casal, entre filhos e pais.

Assim, ao conduzir o estudante a identificar situações de tensão e indicar como lidar com elas; as formas de se comunicar com as outras pessoas com destaque à comunicação não violenta e ao demonstrar que ao viver na sociedade pode tanto auxiliar como ser auxiliado pelos outros, são lições e contribuições do instrutor do Proerd para que o estudante interiorize esses valores contidos nas lições e coloque em prática no decorrer da sua vida. Para Jares (2002), a não violência não se define pela pura negação da violência, e menos ainda do conteúdo mais vulgar de violência, mas traz consigo um programa construtivo de ação, um pensamento novo, uma nova concepção do homem e do mundo. Embora todas as lições tenham atividades lúdicas com apoio de material interativo, glossário de novas palavras, vídeos e participação do estudante na construção do resultado esperado através da reflexão realizada sobre o tema apresentado em algumas lições, os estudantes demonstram maior participação. Neste sentido, no que diz respeito as lições que mais despertam interesse por parte dos estudantes nas aulas do Proerd os instrutores fizeram as seguintes indicações:

Gráfico 8 – Lições que mais despertam interesse nos estudantes

9 Dos conteúdos trabalhados em sala de aula, qual desses, de acordo com sua percepção, chamam inicialmente mais atenção do estudante? (...le cinco itens que considerar mais importantes).
16 respostas



Fonte: AUTORA (2021).

Pela percepção de 43,8% dos policiais militares na aula em que são abordadas as “informações sobre drogas para tomada de decisões” despertam mais interesse nos alunos. O

tema *bullying* volta a ser destaque ao ser apontado por 25% dos instrutores como assunto de interesse dos alunos juntamente com o tema “Riscos e consequências”. Um dos entrevistados entende que todas as matérias que fazem parte do currículo são importantes ao indicar a opção “outro” e justificar a sua resposta.

Ao analisar o resultado para o questionamento da lição mais importante para o desenvolvimento crítico nos estudantes e comparando com as respostas dadas pelos pesquisados quanto o assunto que mais chama sua atenção durante as aulas verifica-se que a lição em que o instrutor do Proerd aborda “informações sobre drogas para tomada de decisões” foi apontada como a que mais chama a atenção dos estudantes e a mais importante dentre todos os assuntos que constituem o currículo do Proerd. O conteúdo sobre “Riscos e consequências” sobre uso de drogas e a aula em que os estudantes refletem criticamente sobre *bullying* seguem nesta esteira, sendo apontadas como uma das aulas mais importantes, conforme apontado pelos instrutores, e que os estudantes apresentam interesse.

A questão que busca complementar ao já apresentado indaga “Dentre o conteúdo abordado nas aulas com a turma dos 5º anos, especificamente quando a lição trata sobre o assunto “drogas”, qual (is) dessa (s) afirmação corresponde (m) com o conteúdo ministrado aos estudantes” cujas respostas estão representadas no gráfico 09.

Gráfico 9 – Conteúdos apresentados dentro do assunto “drogas”

10 Dentre o conteúdo abordado nas aulas com a turma dos 5º anos, especificamente quando a lição trata sobre o assunto “drogas”, qual (is) des...dantes (pode ser marcada mais de uma alternativa).
16 respostas



Fonte: AUTORA (2021).

Para 37,5% dos instrutores que responderam ao questionário indicam que ao abordar sobre a temática “drogas” são apresentadas consequências físicas e psicológicas do uso de

substâncias lícitas e ilícitas para o organismo. Já para 31,3% dos sujeitos pesquisados ao ser abordado a temática drogas o instrutor, de diferentes modos, indica formas de recusar a oferta e para o estudante evitar situações que envolvam drogas. O prejuízo de uma forma geral causado pelo consumo de drogas lícitas e ilícitas para a saúde física, mental e para a sociedade é destacado por 25% dos pesquisados. Um dos instrutores que respondeu ao questionário marcou a opção “outro” e justificou que todas as informações que estão presentes no questionário correspondem com o conteúdo ministrado aos estudantes durante o currículo do Proerd, e que não teve possibilidade de escolher todas as opções.

Os instrutores pesquisados foram conduzidos a indicar, dentro da relação apresentada, a afirmação que corresponde ao conteúdo que é ministrado durante as aulas do Proerd sendo apresentado o seguinte quadro conforme gráfico 10:

Gráfico 10- Conteúdos com as turmas de 5º anos

11 Dentre o conteúdo abordado nas aulas com a turma dos 5º qual (is) dessa (s) afirmação guardam correspondência com o conteúdo ministra...es: (pode ser marcada mais de uma alternativa).
16 respostas



Fonte: AUTORA (2021).

Todas as afirmações guardam correspondência com o conteúdo ministrado pelos instrutores do Proerd, mas o que se pretende é captar a percepção dos instrutores acerca do ensinamento e reflexão realizada junto com os estudantes. Neste sentido, 43,8% dos pesquisados destacaram a reflexão que as lições conduzem sobre as consequências das escolhas tomadas pelos estudantes durante as atividades. Para 37,5% dos instrutores merece ser destacado o acesso que o estudante tem ao método de resolução de problemas que pode ser aplicado ao longo da vida, atividade que o estudante é conduzido a refletir, analisar, avaliar as consequências e após tomar a decisão. Neste sentido, para 18,8% dos pesquisados as lições do Proerd destacam-se por ensinar os estudantes a antes de tomar uma decisão avaliar os riscos.

Ao partir da percepção dos instrutores pesquisados percebe-se que, apesar de todas as lições serem importantes para a formação do pensamento crítico por parte dos estudantes, conforme reportado por um dos profissionais, ao analisar as indicações encontra-se correspondência entre as lições destacadas como de maior importância e as que mais chamam atenção dos estudantes. No olhar de Nussbaum (2015, p. 11), a capacidade “[...] refinada de raciocinar e refletir criticamente é crucial para manter as democracias vivas e bem vigilantes.”

A temática sobre a importância do diálogo sobre as drogas, lícitas ou ilícitas para que o estudante tenha elementos para tomar sua decisão de forma segura e os riscos e consequências do uso dessas para a vida pessoal, saúde física e mental e para a sociedade demonstra-se um assunto importante tanto no aspecto preventivo, pessoal e social, como é de interesse dos estudantes fazerem reflexões sobre essas questões presentes na vida diária, independente da classe social, idade ou gênero. Pensar sobre as ações e decisões do presente com reflexos a serem gerados ao longo da vida faz parte das lições trabalhadas pelo instrutor do Proerd, e o respeito às diferenças, ao ser humano na sua individualidade e particularidades é também ponto central das aulas e destaque por parte dos instrutores que reportam na pesquisa o interesse dos estudantes pela temática. Quiçá pudesse-se mudar o mundo, e, em não sendo possível, mudar a nós mesmos e deixar sementes ao longo do caminho que florescerão com novos pensamentos e atitudes conscientes a missão desses instrutores estará completa.

4.6 Proerd e formação social

A vida social prescinde de regras e respeito a elas, assim como aos valores que são necessários para o convívio social. Interiorizar gestos de empatia, alteridade, generosidade e respeito às diferenças existentes entre os povos, quer seja cultural, gênero, sexual, religiosa, étnica ou social é necessário para convivência sábia entre todos e para o livre gozo dos direitos individuais e sociais. A atuação do instrutor do Proerd assume a condição de processo formativo. Sob este aspecto, o conceito de formação ganha sentido similar ao que Masschelein e Simons (2021, p. 47-48) identificam e já referido na introdução. Tem a ver com a orientação dos alunos “[...] para o mundo como ele é construído para existir no sujeito ou na matéria, e essa orientação diz respeito, principalmente, à atenção e ao interesse para com o mundo e, igualmente, à atenção e ao interesse para com a própria pessoa em relação ao mundo.” Esta concepção complementa-se pelo pensamento de Zuben (2020, p. 75), ao considerar que o processo de formação não pode ser considerado uma imposição de normas instituídas. “Cada qual, com sua ação (liberdade) e iniciativa, no horizonte de suas circunstâncias, irá “iniciar”

algo novo, instituir sua trajetória, seu mundo, atento sempre ao olhar do outro e ao reconhecimento da alteridade e da diferença, essenciais na sua própria existência.”

Todas as diferenças, somadas a tantas outras questões pujantes e necessárias ao convívio, são trazidas à reflexão quando o instrutor aborda temas como *bullying*, empatia, cidadania ou quando fala da necessidade do cumprimento de regras e o senso de responsabilidade que todos devem possuir nas relações sociais. A cidadania não pode ser reduzida a um conjunto de direitos e deveres. O sentido da cidadania, segundo Morin e Díaz (2016), implica pertencimento, solidariedade e colaboração.

Neste aspecto a pesquisa foi conduzida para que o instrutor do Proerd respondesse sobre o (s) valor (es)/ conceito (s) repassados pelo instrutor, tendo por base o conteúdo programático do Proerd, aos estudantes durante as aulas do Proerd, conforme se demonstra no gráfico 11. Destaca-se que todos esses valores são tratados nas aulas do Proerd, mas busca-se com o questionamento verificar quais deles são conceitos importantes na perspectiva do instrutor.

Gráfico 11 – Valores e conceitos repassados

12 Dentre o conteúdo abordado nas aulas com a turma dos 5º qual (is) dessa (s) afirmação corresponde (m) com o (s) valor (es)/ conceito (s)...oerd. (pode ser marcado mais de uma alternativa).
16 respostas



Fonte: AUTORA (2021).

Para 31,3% dos pesquisados a temática *bullying* é um dos temas abordados durante as aulas e que transmite valores de respeito às pessoas e às diferenças para que os estudantes não o façam contra outras pessoas. Nesta aula, inclusive, os estudantes assumem e assinam um compromisso que faz parte da cartilha do Proerd em que se comprometem a não fazer *bullying* e respeitar as pessoas nas suas diferenças. Para isso há que se desenvolver a noção de ação consciente. Machado (2016, p. 31) externa que o fazer consciente, é uma ação responsável. Somos humanos na medida em que respondemos “[...] por nossas ações; constituímos-nos como

peessoas na medida em que assumimos a responsabilidade pelos nossos atos, e enfrentamos as consequências que deles advierem.” Trata-se de uma lição importante para esses jovens que estão iniciando sua convivência na fase da adolescência, período em que se observa o cometimento deste tipo de comportamento nocivo em maior escala, quer seja no mundo real ou virtual, através do *cyberbullying*.

Na visão de 25% dos instrutores é importante quando eles ressaltam a importância do diálogo e a confiança que o estudante precisa ter em alguém que seja responsável por ele ao tratar da rede de apoio. Sobre a importância do diálogo, Paiva (2015, p. 55) entende que deve estar presente no processo educacional “[...] pois não é só uma qualidade do ser humano, mas o que revela a sua humanidade, o diálogo que dá sentido à vida.” Ao citar Freire (PAIVA, 2015, p. 54) traz que o “[...] diálogo não é só uma qualidade do modo humano de existir e agir, o diálogo é a condição desse modo, é o que torna humano o homem, por isso é essencial nos processos educativos.” Para este mesmo autor (2015, p. 55), o diálogo é, assim, “[...] o que dá sentido ao ofício de educador social,”

Além da importância do diálogo nas soluções de problemas e nas vivências diárias, outros aspectos e valores como confiança, lealdade, culto à verdade e o respeito à pessoa responsável pelo estudante norteiam a aula. Por se tratar de uma questão abrangente, pois aborda os valores que são repassados durante as aulas, a questão ficou muito dividida. Dos pesquisados, 12,5% destacaram como valor repassado a condução do estudante para refletir sobre a forma de resolver um problema sem utilizar violência. O mesmo percentual assinalou que durante as aulas do Proerd são abordadas questões em que o estudante reflete sobre a importância de falar a verdade e 12,5% destacaram a abordagem realizada junto aos estudantes para que estes, diante de uma situação constrangedora com outra pessoa, ajam de forma empática. Um dos participantes da pesquisa marcou a opção “outra” e justificou da seguinte forma:

A questão do *bullying* é trabalhada junto com os estudantes para que eles não comentam com outras pessoas. É ressaltada a importância do diálogo e a confiança que o estudante precisa ter em alguém responsável por ele (rede de apoio) ou família. O estudante é conduzido a refletir de forma não violenta para resolver um problema. Diante de uma situação difícil/ constrangedora o estudante é conduzido a refletir de uma forma empática. (I1)

Para fazer uma análise mais minuciosa acerca dos valores trazidos e tratados pelo instrutor do Proerd foi questionado “Com base nas aulas ministradas para os estudantes qual desses valores/ conceitos são trabalhados e tratados de forma paralela e em conjunto com o conteúdo programático previsto nas lições do Proerd” é um dos principais valores destacados

pelos instrutores que é tratado durante as aulas é a empatia, conforme se apresenta no gráfico a seguir:

Gráfico 12 – Valores, conceitos trabalhados de forma paralela

13 Com base nas aulas ministradas para os estudantes qual desses valores/ conceitos são trabalhados e tratados de forma paralela e em con...erd. (pode ser marcada mais de uma alternativa).

16 respostas



Fonte: AUTORA (2021).

A empatia, sinônimo de respeito ao desenvolver uma teoria da mente em relação ao outro e imaginar o que ele pode estar sentindo em determinada situação faz parte das atividades realizadas durante as aulas, razão que levou 50% dos instrutores a destacar esse valor durante as aulas do Proerd. A empatia diz respeito ao nosso potencial de compreender e demonstrar ao outro nossa receptividade e acolhida, torna-se nossa marca pessoal de expressar e identificar as emoções. Para Silva (2008, p. 507), a empatia

[...] é um instrumento fundamental para a comunicação entre o profissional de saúde e o doente e deve ser treinada e aperfeiçoada, porque se é complexa com uma pessoa semelhante, torna-se extremamente difícil com uma pessoa muito diferente em idade ou estatuto sociocultural.

Etimologicamente (ABBAGNANO, 2007) empatia vem do grego *empátheia*, com o sentido de união ou fusão emotiva com outros seres ou objetos (considerados animados). No dicionário de Língua Portuguesa (HOUAISS; VILLAR, 2001) vamos encontrar alguns significados como faculdade de compreender emocionalmente um objeto; capacidade de se identificar com outra pessoa, de sentir o que ela sente, de querer o que ela quer, de aprender como ela aprende. Goleman (2012) distingue três tipos de empatia: cognitiva (eu sei como você vê as coisas; posso entender sua perspectiva), emocional (eu sinto com você) e preocupação empática (sinto que você precisa de alguma ajuda e, espontaneamente, estou pronto a ajudá-lo).

A empatia está diretamente relacionada à capacidade de conviver e de se relacionar. É por meio dela que se demonstra às outras pessoas se as aceitamos ou não, bem como sinaliza o quanto estamos sendo aceitos. Barros, Falcone e Pinho (2011, p. 37) sintonizam com o que Goleman (2012) propõe no tocante ao conceito de empatia, ou seja, concebem-na com três componentes que regem o convívio social: o cognitivo, o afetivo e o comportamental.

O componente cognitivo refere-se à capacidade de identificar e de considerar, sem julgar, a perspectiva e os sentimentos da outra pessoa. O componente afetivo é identificado pela presença de sentimentos de compaixão e de preocupação genuína com o bem-estar da pessoa-alvo. O componente comportamental da empatia se traduz em transmitir o reconhecimento explícito do que foi entendido, sem julgamento pessoal, dando à outra pessoa a sensação de ter sido verdadeiramente compreendida e acolhida.

Nussbaum (2015, p. 37) refere que a empatia diz respeito ao bem-estar do outro. Embora a empatia não signifique moralidade, ela pode fornecer elementos cruciais de moralidade. “À medida que o interesse aumenta, ele leva a um desejo cada vez maior de controlar a própria agressividade; as crianças reconhecem que os outros não são seus escravos, mas seres independentes que têm direito à própria vida.”

Na perspectiva de contribuir para a interiorização de valores pelos estudantes para o desenvolvimento pessoal e formação da consciência crítica sobre a responsabilidade social pelos atos praticados, é demonstrado aos estudantes que as decisões que tomarem podem afetar os demais membros do grupo, assunto evidenciado por 25% dos instrutores. Por serem abordados vários valores e conceitos, 12,5% dos pesquisados indicaram a opção “outros”. Nussbaum (2015) lembra que os cidadãos não conseguem se relacionar de maneira adequada com o mundo complexo que os rodeia unicamente por meio do conhecimento factual e da lógica. Um dos pesquisados citou que todos os valores e conceitos elencados eram tratados nas aulas do Proerd e outro policial militar que respondeu ao questionário fez a seguinte consideração sobre os valores e conceitos que o instrutor traz aos estudantes durante as aulas:

Cidadania, pois é trabalhado junto com os estudantes direitos e deveres dentro e fora da sala de aula. Responsabilidade social, ou seja, o estudante tem consciência que as decisões que tomar poderá afetar os demais membros do grupo social que convive. Empatia, pois o estudante é convidado a se colocar no local do outro durante as reflexões. Alteridade, pois é repassado que para viver em sociedade precisará interagir e ser interdependente de outros indivíduos, e para que isso ocorra é necessário o respeito pelo diferente. Respeito pelas ideias diferentes e pelo próximo Uso da inteligência social e emocional para resolver os problemas. (I1)

Ao analisar a questão apresentada aos instrutores, tanto quanto os percentuais quanto às respostas dos instrutores que descreveram os valores e conceitos que percebiam serem repassados durante as lições é possível depreender que o conceito abrange valores que estão relacionados à formação cidadã do estudante e são base das aulas ministradas pelos instrutores do Proerd. Durkheim (2020, p. 11) cita que o ser humano, pela “sua constituição primitiva” não se encontra pronto para viver em sociedade e a cada

[...] nova geração, a sociedade se encontra em presença de uma tábua rasa sobre a qual deve constituir novamente. É preciso que, pelos meios mais rápidos, ela substitua o ser egoísta e associal que acaba de nascer por um outro capaz de levar uma vida moral e social que ao ver do pensador essa construção é obra da educação.

Nesta esteira de construção para o viver em sociedade, e por entender que o Proerd contribui nesse caminho educativo, como complemento os instrutores foram questionados “Dentre os problemas sociais vivenciados, como uso de drogas e da violência como forma de resolução de conflitos, em que aspecto o instrutor do Proerd pode contribuir para minimizá-los ou mudar paradigmas durante as aulas ministradas?” Para este questionamento 68,8% dos instrutores do Proerd responderam que contribuem para minimizar os problemas sociais causados pelo uso das drogas e da violência ao incentivar os alunos a refletirem sobre o comportamento para a tomada de decisões, assim como fazem os estudantes a pensar nas consequências das escolhas.

Esta reflexão faz parte do exercício a ser realizado pelo estudante ao aplicar o método de tomada de decisão para os problemas apresentados, o que conduz o estudante a avaliar o comportamento e as consequências da escolha. Este raciocínio leva ao que Morin (2015, p. 37) denomina de nova sabedoria, que implica “[...] a compreensão de que toda vida pessoal é uma aventura inserida em uma aventura social, ela mesma inserida na aventura da humanidade.” Apesar de ser uma contribuição importante, observa-se no gráfico 13 outras contribuições apontadas pelos instrutores.

Gráfico 13 – Contribuições do Proerd apontadas pelos instrutores

18 Dentre os problemas sociais vivenciados, como uso de drogas e da violência como forma de resolução de conflitos, em que aspecto o instruto...adas? (pode ser marcada mais de uma alternativa).

16 respostas



Fonte: AUTORA (2021).

Uma das contribuições apontadas por 18,8% dos pesquisados, como forma de auxiliar na mudança de paradigmas em relação ao consumo de drogas e uso da violência, é através do diálogo e da escuta ativa realizada durante as aulas, onde é criado um espaço de conhecimento em que o instrutor do Proerd relaciona o conteúdo programático às vivências diárias do estudante e do Policial Militar sendo abordados assuntos que convencionalmente não fazem parte dos currículos escolares, mas que são importantes para o desenvolvimento do ser humano.

Um dos pesquisados marcou a opção “outro” e justificou com o seguinte argumento:

Os alunos são incentivados a refletir sobre seu comportamento e tomadas de decisões, assim como as consequências das suas escolhas, e nesse contexto é refletivo sobre os malefícios do uso das drogas e da violência. Através do diálogo e da escuta ativa, é criado um espaço de conhecimento em que o instrutor do Proerd relaciona o conteúdo programático às vivências diárias do estudante e do Policial Militar em que são abordados assuntos que convencionalmente não fazem parte dos currículos escolares, mas que são importantes para o desenvolvimento do ser humano. (I15).

Desta forma, percebe-se que o instrutor do Proerd que respondeu ao questionário entende que a sua contribuição para a construção de um futuro melhor e para a quebra de paradigmas se dá em todos os aspectos citados. Vale destacar que nenhum dos pesquisados citou a opção “Os alunos do Proerd não recebem conhecimento suficiente que permitam mudança de pensamento e comportamental.” Isto leva a concluir que o instrutor do Proerd acredita no potencial do conteúdo transmitido para a mudança de pensamento e de comportamento por parte dos estudantes. Esta reforma do pensamento, no entender de Morin (2000, p. 103-104), é uma necessidade democrática fundamental: formar cidadãos capazes de

enfrentar os problemas de sua época é frear o enfraquecimento democrático que suscita, “[...] em todas as áreas de política, a expansão da autoridade dos *experts*, especialistas de toda ordem, que restringe progressivamente a competência dos cidadãos.”

4.7 O policial instrutor do Proerd como educador social

Embora o policial militar instrutor do Proerd não tenha intrínseco o conceito de educador social, uma vez que realiza a atividade educativa do Proerd como um programa institucional com vistas à prevenção ao uso de drogas e da violência pelos jovens do futuro uma vez que para Durkheim (2020, p. 63) educação “[...] é uma função essencialmente social, o Estado não pode se desinteressar dela. Pelo contrário, tudo que é educação deve ser, em certa medida, submetida à sua ação.” Ainda assim é importante questioná-lo para verificar se encontram similitudes entre a função de instrutor do Proerd que desempenha e a de educador social.

Nesta análise, ao seguir a perspectiva de Paiva (2015, p. 40), entende-se que a “[...] educação não é sinônimo de escola, mas uma das possibilidades de processos educativos” e o educador social “[...] ocupa-se da educação social enquanto intervenção que se produz nos mais diversos espaços educativos sejam eles escolares ou não, permitindo-se pensar a educação para além do limite institucional” (PAIVA, 2015, p. 51) e aborda temáticas das vivências humanas, importantes e não trabalhadas nas matérias curriculares escolares. É importante neste aspecto ter-se a compreensão trazida por Paiva (2015, p. 51) de que a educação não deve estar restrita ao campo da educação escolar já que isso limitaria a realidade e ao se fazer isso as consequências podem ser danosas e “[...] o educador social sabe bem disso e por isso se propõe a outro tipo de pensar a educação para além da educação.” (PAIVA, 2015, p. 51)

Assim, em uma trajetória que buscou conduzir os instrutores a uma reflexão sobre sua função, os participantes da pesquisa foram questionados da seguinte forma: “Além de ser instrutor do Proerd e trabalhar os conteúdos previstos em sala de aula, você acredita que exerce outros papéis? Em caso afirmativo, cite alguns.” As respostas são apresentadas no quadro a seguir:

Quadro 2 – Outros papéis na visão dos instrutores

De maneira a me tornar exemplo a ser seguido pelos alunos, assim como também trazer à tona a convivência com um profissional da segurança pública, aproximando Polícia e comunidade. (I1, I4, I8))
Conselheiro, amigo, referência adulta. (I2)

Viramos referência nas escolas. Todos os problemas são trazidos para o instrutor ajudar a solucionar. Problemas como automutilação nos banheiros, indisciplina. (I3)
Psicólogo, orientador. (I4)
Trabalho no Policiamento Ostensivo. E levo os tipos de ocorrências atendidas com envolvimento de drogas para refletir com os alunos em sala de aula. (I6)
Com a aproximação nas escolas acabamos nos tornando amigos de muitos alunos e sendo referência para muitos. (I7)
Amigo, orientador pois muitos alunos nos procuram após ou meses, anos depois para buscar suporte ou orientações sobre assuntos ligado a problemas familiares, drogas e violência. (I9, I15)
Trabalho em apoio a RAE (REDE DE APOIO ÀS ESCOLAS), Justiça Restaurativa, programas criados pelo conselho tutelar, palestras sobre trânsito. (I10)
Passamos a fazer parte da rede de ajuda das crianças, da escola, passamos a ser vistos como amigos das crianças e adolescentes, alguém que elas passam a confiar. (I11)
Ajudo em programas sociais desenvolvidos pela assistência social. (I12)
Ponte de confiança entre as crianças e a polícia. (I13)
Acredito que sim, pois o instrutor Proerd quando entra em uma sala de aula é reconhecido como um Policial Militar, alguém que é chamado somente quando a família precisa de ajuda ou se envolveu em ocorrência. A partir do momento em que se inicia o programa as crianças começam a criar uma confiança sobre aquilo que estamos falando a eles, sobre todos os temas trabalhados e sobre os exemplos citados. Acredito que fizemos papel de professor (alguém que os ensina algo) e de Policial (alguém que os ajuda quando necessário). (I14)

Fonte: AUTORA (2021).

Ao analisar estas respostas remetemo-nos a Paiva (2015, p. 55), que embasado em Freire, destaca que o “[...] educador social é tão educador quanto o seu colega que trabalha no espaço institucional escolar, sua prática educativa não é superior nem inferior à do outro, é necessariamente diferente.” São práticas voltadas à educação social do ser humano, em que tensões, problemas, questionamentos, reflexões e valores sociais e morais substituem a matemática e português, mas de igual forma agregam no aprendizado do discente. Ao desempenhar as funções de instrutor do Proerd, com este caráter de educação para a vida, os instrutores destacam que servem como referência para os estudantes, por vezes fazendo papel de psicólogo, e neste aspecto, percebe-se que o policial militar, nesta função, tenta, conduzir os estudantes à reflexão sobre os problemas existentes.

Alguns dos pesquisados ressaltam que desempenham a função de orientador e um desses cita, por exemplo, que trata de assuntos relacionados à família, drogas e violência, mesmo após decorrido meses ou anos o término das aulas, atividade desempenhada pelo educador social e traduzida por Paiva (2015, 53) como “educa(dor)” que trabalha a partir de “diversos campos educativos”, não necessariamente apenas no momento em que está desempenhando a função de instrutor do Proerd, mas abre caminhos para criação de uma relação de confiança e auxílio para a promoção do ser humano. Morin (2015) denomina esta forma de pensar de compreensão humana que exige também e, sobretudo, compreender o que o outro vive. A função educativa resta reconhecida quando um dos pesquisados cita que desempenha a função de professor ao

ensinar algo aos estudantes. Apesar de todo este contexto de educação voltado à prevenção e orientações para a vida, nenhum dos sujeitos pesquisados indicou inicialmente ou reconheceu similitudes do trabalho de instrutor do Proerd com as funções com a de educador social, as quais restaram reconhecidas posteriormente durante a trajetória ascendente de questionamentos e construção de reflexões e percepções sobre conceito de educador social

Ao serem instigados a falar sobre a importância do trabalho que realizam enquanto instrutores do Proerd um dos pesquisados traz que o Proerd “desenvolve ferramentas capazes de facilitar a convivência social” o que Durkheim (2020, p. 53) explica como “[...] socialização metódica das novas gerações” e assim, o conceito de educador social aparecem dentro das percepções dos instrutores conforme se apresenta no quadro 3:

Quadro 3 – Conceito de educador social

A importância do trabalho do Proerd tem como base a educação, somado com a mudança mental do aluno, de forma a desenvolver ferramentas capazes de facilitar a convivência social, e prevenir de uma forma mais eficaz o uso de drogas. (I1)
Trabalho de prevenção fundamental para a fase adolescente (I2).
O PROERD é um programa espetacular. Todas as crianças deveriam ter a oportunidade de participar. É um curso de inteligência emocional para crianças. Pouco se fala sobre drogas, nas aulas. A base do PROERD é a tomada de decisão responsável, que pode e deve ser aplicada em todas as situações da vida. Ele sempre vai procurar dividir a criança entre um dever e um lazer, e ela terá que responder adequadamente. E isso sempre será nosso desafio de vida: equilíbrio entre lazer e dever. (I3)
Levar conhecimento aos alunos. Salvá-los do mundo das drogas. (I4)
Fundamental na orientação à prevenção ao uso de drogas, fortalecendo os conhecimentos dos alunos e colaborando para que eles tomem boas decisões em relação ao assunto (I5).
Muito importante, para suas decisões para um futuro melhor. (I6)
É de suma importância haja vista transmitir um conhecimento diferenciado para as crianças e adolescentes na busca de tornar-nos pessoas mais saudáveis, seguras e responsáveis. (I7)
Orientar os alunos que muitas vezes vêm de famílias desestruturadas. (I8)
Trabalho magnífico, que salva muitas crianças do envolvimento com as drogas, o PROERD aborda um assunto em sala de aula que não é abordado normalmente na escola e muito menos nas casas com seus familiares, nesse intuito vindo de um Policial Militar as informações têm um impacto maior pois aliado ao conhecimento tem a experiência para mostrar os desafios do cotidiano em relação às drogas. (I9)
É um programa de suma importância para nossos jovens, ele traz informação sobre como dizer não a oferta de drogas e na idade dos 10 ou 11 anos nossas crianças aprendem o quanto as drogas prejudicam suas vidas e de nossa sociedade. Muitos trazem exemplos que sofrem ou vivem e tudo é direcionado às drogas. Muitos agradecem por esse apoio ou orientação. (I10).
Para mim o trabalho realizado pelo PROERD fornece conhecimento e ferramentas para auxiliar as crianças para vida bem como os adultos, nas tomadas das melhores decisões em todas as situações. (I11)
A importância do trabalho realizado pelo Proerd é a conscientização que a um mundo melhor para se viver sem uso de drogas. (I12)
O Proerd consegue mudar a imagem do policial que apenas prende e mata para aquele suporte de ajuda em casos de necessidade. (I13)
Contribuir no aperfeiçoamento das crianças e jovens. (I14)
O Proerd é um programa de prevenção, que não possui resultados imediatos, mas a longo prazo, sendo que as crianças atendidas "hoje" serão os adultos de "amanhã". Se levarmos a elas conhecimento, educação e oportunidade, conseguiremos alertá-las sobre o perigo a que estarão expostas quando adolescentes, jovens e adultos, sendo que através disso elas querendo, estarão se protegendo. O programa leva até as crianças lições que trabalham diversos temas que irão alertá-las sobre o que elas podem ou não fazer, sobre o que é arriscado, sobre

se comunicar de forma efetiva, de como pedir ajuda, para quem pedir ajuda, de que forma elas podem contribuir com o mundo ao redor, o que elas podem fazer de bom ou ruim em suas vidas, como suas decisões influenciam nas consequências, quais as consequências que podem haver em determinada atitude, pensar se as escolhas que fizeram realmente serão as melhores para si, como reconhecer seus sentimentos próprios, formas de negarem algo que não querem, informações sobre o uso de drogas, dentre outros. O Programa utiliza de uma metodologia diferenciada com exemplos práticos utilizando personagens fictícios, situações problemas em que o próprio aluno tem que tomar a decisão para resolver, casos de sensibilização para que o aluno se coloque no lugar, fatos científicos que causem impacto nas consequências geradas, um método lúdico para expor as temáticas através de slides, vídeos, o livro colorido e interativo, algumas dinâmicas do programa para mantê-los motivados em participar das aulas. Tudo isso é muito importante para contribuir em um futuro melhor para cada aluno participante. (I15)

A meu ver, é o programa social de maior importância que existe hoje na Brigada Militar, pois as crianças estão em desenvolvimento e moldam seu caráter, sendo assim essa aproximação de policiais instrutores pode ser significativa para definir algumas escolhas do seu futuro. (I16).

Fonte: AUTORA (2021).

Com base nestas compreensões vê-se que o Proerd é um programa para a construção de um futuro, conforme relato do pesquisado “voltado para o amanhã”, e integra uma das formas de ensinar a viver dentro da educação, que no entender de Durkheim (2020, p. 53) “[...] prepara no coração das crianças as condições essenciais se sua própria existência.” No entender de Nogaro e Ecco (2020), o educar e seus processos são condições para a humanização, pois ao nascer, o ser humano, não passa de um projeto que só pode se concretizar no coletivo, na relação com o outro, no convívio, na aceitação e reconhecimento de sua subjetividade.

Fragilidades e perigos da convivência a que as crianças estarão expostas são abordadas de forma “lúdica” para tratar de um tema denso, mas que faz parte da sociedade: drogas e violência. Como se refere um dos instrutores do programa a centralidade deste não está apenas nessas questões, pois busca o desenvolvimento da pessoa como ser humano ao reforçar-se conceitos de segurança, empatia, alteridade e responsabilidade, preocupação trazida pelo instrutor do Proerd, mas que deve ter espaço em todos os ambientes de convivência pois a educação é a ação exercida pelas gerações adultas “[...] sobre aquelas que ainda não estão maduras para a vida social. Ela tem como objetivo suscitar e desenvolver na criança um certo número de estados físicos, intelectuais e morais exigidos tanto pelo conjunto da sociedade política.” (DURKHEIM, 2020, p. 53).

Nesse universo constitutivo da educação de uma geração contribuir para a formação da outra, e por entender o caráter educativo e de contribuição social do trabalho realizado junto ao Proerd, os instrutores foram questionados de forma direta e objetiva se identificam semelhança de sua atividade de instrutor do Proerd a função de educador social. Esta correlação é então percebida e trazida por 93,8% dos pesquisados, conforme apresentado no gráfico 14. Embora haja critério de seleção e curso específico para integrar os quadros de instrutor do Proerd, inclusive com avaliação de aproveitamento do conteúdo do currículo e também e do modo vida

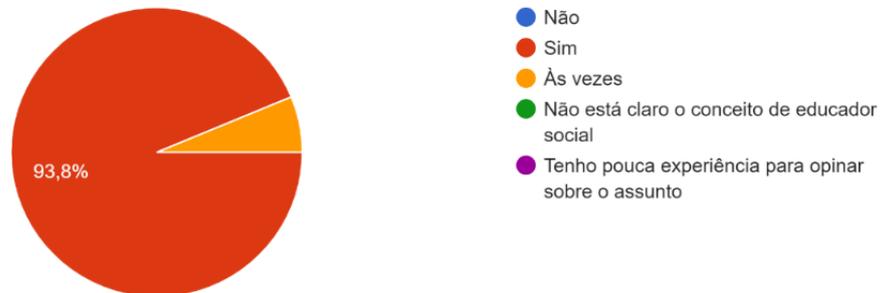
do pretendente à função se corresponde ao perfil esperado de um instrutor, para Paiva (2015, p. 108) ser educador social independe de formação específica

A formação desses educadores está principalmente na experiência do vivido que afeta existencialmente a todos que participam desse processo; a experiência ultrapassa a informação e se dá no cotidiano do educando [...], fomentando inquietudes nos educadores que exercem sua prática cheia de sentido em meio a um turbilhão de paradoxos, a formação do educador social, portanto, está fincada principalmente na experiência de ser educador.

Ser educador social é, antes de tudo, se educar para educar o próximo através das suas experiências e formação para dialogar e refletir sobre as inquietudes trazidas pela convivência, quer seja sob aspecto social, familiar ou questões de vulnerabilidades sociais e comportamentais.

Gráfico 14 – Crença na função do instrutor como educador social

17 Após essa análise e questionário, ao desempenhar a função de instrutor do Proerd você se identifica como desenvolvendo uma atividade semelhante a realizada por um educador social?
16 respostas



Fonte: AUTORA (2021).

Após refletirem se a função que desempenham junto ao Proerd tem semelhança com as atividades de educador social os pesquisados foram questionados sobre o que significa ser educador social, e, embora este conceito não seja trazido junto com o programa os instrutores compartilham de suas compreensões pelas lentes de sua experiência, cujas respostas seguem apresentadas no quadro 4.

Quadro 4 – Concepção do instrutor enquanto educador social

É um agente que utiliza do conhecimento para resolver problemas sociais, de forma também a integrar o educando à convivência com seus pares. (I1)
Alguém que educa para a vida, não apenas repassa conteúdo. (I2)
Alguém que forma opinião; serve de exemplo; constrói conhecimento. (I3)
Tirar eles da realidade do meio social em que vivem (a maioria) e mostrar que o mundo é bem maior. Que todos tenham oportunidades e que possamos dar o futuro que queremos aos nossos filhos e aos nossos pais. (I4)
Colaborar para que se forme cidadãos de bem. (I5)
Os professores estão gritando por ajuda, a indisciplina dos alunos é grande e seria de grande valia para todos. (I6)
Uma pessoa que educa para a vida, que passa um conhecimento geral e social sobre problemas e situações da vida diária, ensinando risco e consequência que podemos passar e sofrer se algo dá certo ou errado. (I7)
Educar e orientar para o aluno ser um cidadão do bem, responsável, que seja um somatório para a sociedade. (I8)
Uma pessoa capacitada para ouvir, dialogar e apresentar ou encaminhar as pessoas que necessitam de algum suporte, ajuda no enfrentamento de problemas vivenciados no contexto da sociedade como um todo. (I9)
Ajudar nossa sociedade a tomar um caminho melhor onde podemos viver melhor e ajudar um ao outro. (I10)
Educador Social é aquela pessoa que mostra caminhos que ajuda o outro a escolher as melhores decisões para seu bem-estar e da sociedade. (I11)
Levar conhecimento a sociedade em todas as áreas. (I12)
Entendi ser uma pessoa que leva conhecimento ao próximo sem ser o professor regular. (I13)
Pessoa que trabalha e compartilha conhecimento com pessoas em vulnerabilidade social e enxerga nestas pessoas uma oportunidade de mudar o ciclo daquela família, no futuro (I14).
Educador Social significa que uma pessoa repassou algum tipo de educação, conhecimento, orientação a algum grupo social (crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, dependentes químicos). (I15).
É alguém que trabalha com pessoas que estão em alguma situação de vulnerabilidade, seja social, familiar. (I16)

Fonte: AUTORA (2021).

Pelas compreensões dos policiais militares que fazem parte do quadro de instrutores do Proerd na região do CRPO/FNO (sede Santa Rosa) o educador social é o agente que contribui para a resolução de problemas sociais e educa para a vida, através de mudança de paradigmas, auxilia na construção de princípios e valores de cidadania e no enfrentamento de problemas e vulnerabilidades sociais ou familiares, educa sem ser professor. Este sentir, expresso pelos pesquisados, encontra relação com que Paiva (2015, p. 52) traz sobre o educador social como sujeito que “[...] revela sua alteridade ao cuidar do outro”. Sob estes aspectos, Boff (2012, p. 28) destaca que cuidar e ser cuidado são duas demandas fundamentais de nossa existência pessoal e social. “O cuidado não se esgota num ato que começa e acaba em si mesmo. É uma atitude, fonte permanente de atos, atitude que se deriva da natureza do ser humano.” Ele (2012) ressalta que o cuidado envolve também preocupação e prevenção. Paiva (2015) faz alusão que cuidar é também se aproximar empaticamente do outro, e mesmo de nós, e diz que este profissional “trabalha com afeto”, característica que parece, em um primeiro momento estranha à figura do policial militar, mas existente nos gestos, falas e no agir de cada instrutor do Proerd.

Neste contexto, mesmo não sendo citado, os pesquisados se referem à educação informal que a educação social está inserida, sendo, portanto, uma forma de educar, através de

diálogo e reflexões sobre a vida e para a vida para qual Paiva (2015, p. 109) descreve como uma atividade de “[...] pensar a prática através da experiência legítima.” Mesmo não fazendo parte da rotina dos instrutores do Proerd o debate do reconhecimento de educador social observa-se que os pesquisados descrevem e compreendem esse conceito, o que valida a questão anterior quando se questiona o reconhecimento entre ambas as atividades.

Pode-se utilizar das descrições trazidas pelos pesquisados e montar um recorte do que significa ser educador social e sua importância, sem a pretensão de com isso apresentar um conceito, embora possa se prestar para este fim. Os instrutores descrevem que o Educador Social transmite caráter educativo, alguma forma de conhecimento e orientação a diferentes grupos sociais. Esse caráter de transmissão de conhecimento e de educação citado, conversa com a percepção do instrutor que o trabalho desenvolvido pelo educador social está voltado a tratar questões de vulnerabilidades humanas. Os instrutores do Proerd, participantes desta pesquisa, destacam que o educador social conduz seu semelhante e demonstra caminhos possíveis para a tomada de decisões como forma de auxiliar o bem-estar da própria pessoa como da sociedade. Sua participação e orientação contribui com a constituição de sua identidade como ser humano e como ator social. Assmann e Mo Sung (2000, p. 258), entendem que é fundamental compreender que não existe identidade pessoal que não tenha sido construída através de relacionamentos com os outros. “A identidade pessoal só é possível nesse relacionamento. A identidade de cada um de nós se constitui através de múltiplos acolhimentos de outros em relação a nós e nossos em relação a eles.”

Por fim, uma descrição que, embora de construção singela, sintetiza o que representa o trabalho desses profissionais dedicados a construir um futuro possível, sejam educadores sociais de rua, de escola ou instrutor do Proerd: educar para a vida! Premissa que conduz o trabalho dos educadores sociais e dos instrutores do Proerd, que emanados no espírito de educar os jovens para a vida em sociedade buscam, através do diálogo, reflexões, afeto e atenção, conscientizar jovens, nosso presente e futuro, para que os caminhos trilhados sejam traçados no sentido oposto às drogas e a violência e que a direção das vivências sejam permeadas por valores morais, éticos com responsabilidade individual e coletiva e as práticas sociais sejam de respeito às diferenças (em qualquer aspecto) e ao ser humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se nada ficar destas páginas, algo, pelo menos, esperamos que permaneça: nossa confiança no povo. Nossa fé nos homens e na criação de um mundo em que seja menos difícil amar. (FREIRE, 2020).

Viver em coletividade, sociedade e interagir com as outras pessoas seria possível sem que fossemos educados para isso? Nascemos seres sociais prontos para a vida social ou nos educamos para conviver com outros seres humanos? Como apresentado na presente pesquisa o ser humano está em crescente processo evolutivo no que se refere ao convívio social.

Não nascemos prontos para vivermos em sociedade e nos educamos para este convívio e para respeitar as diferenças e individualidades que também fazem parte da construção e formação do ser humano. Sentimentos nobres como respeito, empatia, alteridade e humanidade são apreendidos diariamente na vivência de uma educação informal e formal. O amadurecimento de sentimentos e valores humanos e respeito à vida, por vezes, demanda muito esforço e trabalho pessoal e social para ocorrer.

A pandemia que acomete a sociedade global trouxe perdas e dores irreparáveis para milhões de pessoas que perderam o que existe de mais importante: seus entes queridos. O sentido da vida nunca foi tão valorizado. Reflexões sobre a relação interpessoal e prioridades de vida emergiram no pensamento de todos. Sentimento de gratidão passou a ser pauta de diálogo e referência ao final das conversas de aplicativos de troca de mensagem. Mas todo este contexto realmente fez parte de uma mudança radical ou foi algo temporal em razão da dor vivida? A máscara cobriu sorrisos, os abraços antes afetuosos foram substituídos por tímidos “soquinhos” de mãos, mas o toque permaneceu. Temos a necessidade de calor humano e de sermos aceitos e queridos por aqueles com que dividimos um momento da vida.

Será que a pandemia mudou comportamentos e nos tornamos mais afetivos? Não saberia responder, e talvez ninguém encontre a resposta que melhor traduz seus efeitos nas relações humanas. Mas observa-se como a falta de comprometimento com respeito às normas sanitárias comprometem as relações e a saúde social. Sentimentos egoísticos e primitivos ficaram latentes ao se questionar o uso de máscaras e a eficácia do distanciamento social e da vacina. Como percebe-se o espírito de superioridade de pessoas que se aproveitaram de amizades influentes ou de dinheiro para serem imunizadas antes do previsto. Valores morais e éticos nunca foram tão imprescindíveis em nossa vida e no grupo social. A pandemia, além da dor, desmascarou o

lado menos humano do ser humano: aquele que não se preocupa com a vida do outro e com a vida da coletividade, que coloca seus prazeres e interesses acima de qualquer questão, e coloca em risco a vida humana.

Questão tão marcante na história como a pandemia apenas acentuou as falências humanas. Durante a convivência diária, dentro da nossa casa e ao sair dela, por vezes observa-se gestos, falas e atitudes que se repensadas poderiam ser evitadas para diminuir conflitos, dores, problemas e tragédias. Não é apenas na realidade que a convivência humana precisa ser repensada e passada por um filtro de valores e humanidade, mas na vida virtual também.

As fragilidades humanas não encontram barreiras quando o outro procura agredir, menosprezar ou causar mal a uma pessoa ou grupo. As amizades, tão importantes em todas as fases da vida, mas com maior destaque na juventude, podem ajudar na construção de um ser humano, como também pode conduzir a caminhos percorridos pela dor causada pelas drogas, iniciando uma vida de violência. A família, primeiro grupo social que fazemos parte, se presta para além do caráter afetivo a oferecer os ensinamentos dos valores sociais, éticos e morais, base para lapidação e construção de um sujeito social para a vida em comunidade.

Como apresentado, nos humanizamos ao longo da jornada através da convivência diária com os outros, do amor, afeto, cuidado e zelo, cuidado e atenção dos adultos aos “recém-chegados”, expressão que traduz de forma significativa como aportamos no mundo: sem bagagem, valores ou conhecimento, mas com possibilidade de agregá-los na trajetória, através de uma educação voltada para vida e para as vivências, pois é ela quem nos ensina e nos aprimora enquanto humano. É desta perspectiva que emerge a importância do trabalho desenvolvido por aqueles que acreditam na educação como forma de transmitir valores caros para a convivência social e refletir acerca das tensões existentes desta convivência, quer sejam as geradas pela própria relação social ou por outras relacionadas à violência e ao uso de drogas. Preocupar-se com o destino, com as escolhas e suas consequências integram o amplo campo de atuação desses profissionais voltados a educar como viver em sociedade.

Nesta linha de pensar buscou-se o conceito de educador social e, através da revisão bibliográfica, pode-se perceber que é abrangente, mas a centralidade dessa função volta-se ao desenvolvimento e envolvimento do ser humano para as experiências sociais, em que o diálogo e reflexões sobre as tensões presentes na convivência social marcam a trajetória do educador e educando com vistas à promoção da consciência cidadã, ética em que os valores e respeito à vida, às diferenças estão presentes nas reflexões, em um crescimento mútuo, afinal, o ato de educar muda a percepção de mundo do educador e do educando. Desta forma, o educador social trata de temas conflitantes da relação humana, seja social, interpessoal ou familiar, a fim de

evitar processos que desencadeiem rupturas com as instituições sociais, para suscitar e desenvolver valores cidadãos, críticos e conscientes do contexto com vistas a construção de novo horizonte e destino.

Embora trata-se de uma importante profissão cuja função perpassa a questão social, pois simultaneamente e paralelamente tem-se a construção de um novo pensar reflexivo acerca de tensionamentos humanos, ainda não se dispõe de legislação que regulamente a atividade dos educadores sociais no Brasil. Apesar disso, amparado nas bibliografias analisadas e com base nos projetos de lei que tramitam nos órgãos competentes, foi possível responder à indagação nuclear pesquisa: de que forma a atuação do policial militar, enquanto instrutor do Proerd, caracteriza-se como ação de educador social?

Dentre aspectos em comum e similitudes das atividades e características dos educadores sociais, trazidos pela revisão bibliográfica, em que foram revisitados autores como Gadotti; Romans; Freire; Durkheim; Franco; Gohn; Piaget; Araújo; Paiva, destaca-se também que as propostas legais para regulamentar a função de educador social vão ao encontro dos princípios e objetivos do Proerd e relevam o educador social como um profissional engajado no enfrentamento à dependência de drogas e à promoção da cidadania, de igual forma com o trabalho desenvolvido no Proerd. Desta forma, é possível concluir que existe correlação entre ambas as atividades desenvolvidas por profissionais que atuam na educação informal para o desenvolvimento dos educandos nessas questões sensíveis e de relevância social em que as consequências se revelam nocivas para todos no presente e futuro.

Ao se falar em cidadania não se pode fugir de uma educação voltada para construção de pontes em que a reflexão, o diálogo e o pensamento crítico sobre valores sociais e individuais estão voltados para a construção de um novo contrato social de acordo com as necessidades e valores atuais, amparados em sentimentos de humanidade, empatia, alteridade e responsabilidade individual e coletiva, conceitos amplamente tratados pelo policial militar instrutor do Proerd e educador para a vida em sociedade na construção de um mundo em que as consequências de escolhas e atitudes são melhores avaliadas. Nesta esteira o objetivo geral proposto, que norteava o encaminhamento da pesquisa, de compreender se a atuação do policial militar, enquanto instrutor do Proerd, caracteriza-se como uma ação de educador social restou plenamente atingido ao ser possível relacionar ambas atividades e encontrar as semelhanças de propósitos entre as funções desempenhadas por profissionais com atribuições diversas, mas que convergem para o mesmo objetivo: desenvolvimento da cidadania e a construção de um pensar crítico sobre essa questão e sobre as drogas e a violência.

Ao ser aplicado o questionário aos instrutores do Proerd que fazem parte dos municípios do CRPO/FNO atingiu-se os objetivos específicos. Através da análise dos dados, identifica-se e estabelece-se correlações e similaridades entre a atividade do instrutor do Proerd e a desempenhada pelo educador social, assim como foi possível mapear suas percepções a respeito da contribuição de seu trabalho na construção de valores e responsabilidades pelos estudantes. Ao longo do trabalho foi possível descrever e analisar os pontos de convergência (correlações) entre as atividades desenvolvidas pelo Educador Social e pelo Policial Militar instrutor do Proerd através da análise bibliográfica sobre o conceito de educador social e do conteúdo programático do Proerd.

Os estudantes, ao aprenderem ou serem lembrados pelo instrutor do Proerd sobre a importância respeitar o outro, nas suas diferenças e singularidades, de ser prestativo e de auxiliar quem está em dificuldade; de refletir sobre os perigos trazidos pelas más companhias e desenvolverem habilidades para identificar as pessoas confiáveis e sua rede de proteção como também de forma consciente e responsável pensarem sobre as consequências, riscos e malefícios do uso de drogas para a vida em sociedade e para o organismo, demonstram a importância social do Proerd na tomada de decisão pessoal com reflexos a serem percebidos na vida em coletividade. Possibilita-se um espaço de diálogo dentro da sala de aula, com interação constante entre os atores com objetivo de fomentar, ou ao menos, deixar uma semente que conduza o estudante a fazer escolhas saudáveis e maduras em todos os aspectos da vida, em uma educação voltada para o amanhã, para um futuro possível e diferente, melhorando e aprimorando o ser ao longo da vida e das vivências, de forma responsável, premissa do Proerd. “Cabe a nós permitir que um novo sentido do possível abra caminho.” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 402).

O educador social e o instrutor do Proerd trabalham em tarefas que acalentam sonhos e entusiasma os estudantes a alimentá-los em busca de um futuro em que atos de violência, antissociais, criminosos e com uso de drogas não faça parte de suas vidas, mas que se tenha a razão, empatia, respeito, responsabilidade e o amor como fonte para explicar a vida em sociedade. Quiçá sejam os valores que passem a compor um novo contrato social firmado pelo estudante do Proerd ao fazer o juramento na formatura de encerramento do programa. Um ciclo de aprendizagem se encerra, e a esperança para uma sociedade melhor se inicia.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ABREU, C. N. de; EISENSTEIN, E.; ESTEFANON, S. G. B. (Orgs.) **Vivendo esse mundo digital**: impactos na saúde, na educação e nos comportamentos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2013.

ARAÚJO, Ulisses F. **Educação e valores: pontos e contrapontos**. Ulisses F. Araújo, Josef Maria Puig; Valéria Amorim Arantes, organizadora. – 2 ed. – São Paulo: Summus, 2007.

ASSMANN, Hugo; MO SUNG, Jung. **Competência e sensibilidade solidária**: educar para a esperança. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROS, P. de S.; FALCONE, E. M. de O.; PINHO, V. D. de. Avaliação da empatia médica na percepção de médicos e pacientes em contextos público e privado de saúde. **Arq Ciênc Saúde**, v. 18(1), p. 36-43, jan./mar. 2011.

BECK, Ulrich. **A metamorfose do mundo**: novos conceitos para uma nova realidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

BOFF, Leonardo. **O cuidado necessário**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.

BOSTRON, N. **Superinteligência**: caminhos, perigos e estratégias para um novo mundo. Rio de Janeiro: DarkSide Books, 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 9ª ed. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNE em movimento**. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/2-uncategorised?start=8> Acesso em: 13. julho. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96.

BRASIL. Congresso Nacional. **Projeto de Lei n. 2941/2019**. Dispõe sobre a criação da profissão de educador e educadora social e dá outras providências. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2200488>. Acesso em: 10 out 2021

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Brasília, 2002. Disponível em: <https://www.ocupacoes.com.br/cbo-mte/515305-educador-social>. Acesso em: 11 out 2021.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei do Senado n. 328/2015**. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de educadora e educador social e dá outras providências. Brasília, 2015. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/121529>. Acesso em: 11 out 2021.

BRASIL. MEC, **Ministério da educação**. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_pme_caderno_de_orientacoes.pdf. Acesso em: 21 de julho de 2020.

CANASTRA, Fernando. O papel do educador social no quadro das novas mediações socioeducativas. **Actas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia**. Braga: Universidade do Minho, 2009. Disponível em: <https://www.educacion.udc.es/grupos/gipdae/documentos/congreso/xcongreso/pdfs/t5/t5c145.pdf> Acesso em: 21 nov. 2020.

CANOURA, C.; BALANGUER, R. **Hiperconectados**. Guía para la educación de nativos digitales. El impacto de las tecnologías em las mentes de niños y adolescentes. Buenos Aires: Centro de publicaciones educativas y material didáctico, 2014.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. A era da informação: comunicação, sociedade e cultura. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHALOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas**. São Paulo: Cortez, 2013.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

COLETÂNEA DE MANUAIS PROERD. **Currículo para crianças 5º ano do ensino fundamental**: Caindo na REAL / D.A.R.E. C976 América; PMMG; tradução de Silas Tiago O. Melo e Soraya Érica Rodrigues Matoso. – Belo Horizonte: PMMG, 2013. p. 4.

COLETÂNEA DE MANUAIS PROERD. **Manual do Instrutor do 7º Ano**: Caindo na REAL / University of Arizona; PMMG; tradução coordenada por Bárbara G. J. Miranda. 2ª ed. Revisão 2013 – Belo Horizonte: PMMG, 2011. p. 4.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

D.A.R.E. **A história da DARE como líder em educação para a prevenção de drogas**. Disponível em: <https://dare.org/history/> Acesso em: 23 nov. 2020.

DEMO, Pedro. Pesquisa como princípio educativo na universidade. *In*: MORAES, Roque; LIMA, Valdevez M. Do Rosário. **Pesquisa em sala de aula**: tendências para educação em novos tempos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

DURKHEIM, Émile. **A educação moral**. Tradução de Raquel Weiss. 2. Ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 13.468, de 15 de julho de 2010**. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rs/lei-ordinaria-n-13468-2010-rio-grande-do-sul-institui-o-programa-educacional-de-resistencia-as-drogas-e-a-violencia-proerd-no-ambito-do-estado-do-rio-grande-do-sul-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 22 jun 2021.

FERREIRA, A.; VILLAR, M. de S. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. **Pedagogia e prática docente**. São Paulo: Cortez, 2012.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 75. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

GADOTTI, Moacir. Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. **Revista Diálogos**: pesquisa em extensão universitária. IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio epistemológico. Brasília, v.18, n.1, p. 10-32, dez, 2012.

GAMBOA, Sílvia Ancizar Sanchez. **Pesquisa em educação**: métodos e epistemologias. Chapecó, SC: Argos, 2012

GATTI, Bernardete. Pesquisar em educação: considerações sobre alguns pontos-chave. **Diálogo Educacional**. Curitiba, v. 6, n.19, p.25-35, set./dez. 2006.

GOERGEN, Pedro. O sentido da educação na sociedade contemporânea. *In*: GALLO, Sílvia; MENDONÇA, Samuel (Orgs.) **A escola**: uma questão pública. São Paulo: Parábola, 2020, p. 123-145.

GOHN, Maria da Glória. **Educação Não Formal e o Educador Social**: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010

GOHN, Maria da Glória. **Educação Não Formal e a Cultura Política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GOLEMAN, D. **O cérebro e a inteligência emocional**: novas perspectivas. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

- GONSALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Alínea, 2001.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010 (2002).
- HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2017.
- JARES, Xesús R. **Educação para a paz: sua teoria e sua prática**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- KOHAN, Walter Omar. Uma escola filosófica popular. *In*: GALLO, Sílvio; MENDONÇA, Samuel (Orgs.) **A escola: uma questão pública**. São Paulo: parábola, 2020, p. 179-191.
- KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2012.
- LOSS, Adriana Salete. **Nas teias da complexidade**. Curitiba: Appris, 2014.
- LUNA, C. Uma *Web* perturbada pela violência. *In*: ABREU, C. N. de; EISENSTEIN, E.; ESTEFANON, S. G. B. (Orgs.) **Vivendo esse mundo digital: impactos na saúde, na educação e nos comportamentos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2013. p. 60-71.
- MACHADO, Nílson J. **Educação: autoridade, competência e qualidade**. São Paulo/SP: Escrituras Editora, 2016.
- MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. **Em defesa da escola: uma questão pública**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- MELO, Silas Tiago Oliveira de. **Revisão histórica do programa educacional de resistência às drogas: uma estratégia eficiente e de baixo custo adotada pela Polícia Militar de Minas Gerais**. Disponível em: <https://www.policiamilitar.mg.gov.br/conteudoportal/uploadFCK/proerd/15032019105009377.pdf> Acesso em: 24 nov. 2020.
- MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- MORIN, Edgar. **Ensinar a viver: manifesto para mudar a educação**. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- MORIN, Edgar; DÍAZ, Carlos J. Delgado. **Reinventar a educação: abrir caminhos para a metamorfose da humanidade**. São Paulo: Pala Athena, 2016.
- MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza e. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**. Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br>. Acesso em: 28 de abril de 2021.

MOROSINI, Marília Costa. Estado de conhecimento e questões do campo científico. **Revista do centro de educação UFSM**. Santa Maria, v. 40, n. 1, p. 101-116, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/15822/pdf>. Acesso em: 05 de abril de 2021.

MOROSINI, Marília; KOHLS-SANTOS, Priscila; BITTENCOURT, Zoraia. **Estado do conhecimento**. Curitiba/PR: CRV, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(3):621-626, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v17n3/v17n3a07.pdf>. Acesso em: 19 de maio de 2021.

NOGARO, Arnaldo; CERUTTI, Elisabete. **As TICs nos labirintos da prática educativa**. Curitiba/PR: CRV, 2016.

NOGARO, Arnaldo; ECCO, Idanir. A amorosidade no exercício da docência. *In: DICKMANN, Ivanio (Org.) Educar é um ato de amor*. Veranópolis/RS: Diálogo Freireano, 2020, v. 1.

NUSSBAUM, Martha. **Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

PAIVA, Jacyra de. **Caminhos do Educador Social no Brasil**. Jundiaí. Paco Editorial, 2015.

PALFREY, J.; GASSER, U. **Nascidos na era digital: enfrentando a primeira geração de nativos digitais**. Porto Alegre: Penso, 2011.

PEREIRA, Antonio. O educador social e suas competências de atuação profissional: um trabalhador da educação pela LDBEN n.º 9.394/96? **Debates em Educação**, v. 11, nº. 23, p. 311-332, Jan./Abr. 2019.

PIAGET, Jean. **Os procedimentos de educação moral**. In: Cinco estudos de educação moral. (org.) Lino de Macedo. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996. Trad. Maria Suzana de Stefano Menin. pp. 1-36.

RICH, M. As mídias e seus efeitos na saúde e no desenvolvimento de crianças e adolescentes: reestruturando a questão da era digital; *In: ABREU, C. N. de; EISENSTEIN, E.; ESTEFANON, S. G. B. (Orgs.) Vivendo esse mundo digital: impactos na saúde, na educação e nos comportamentos sociais*. Porto Alegre: Artmed, 2013. p. 31-46.

ROHDEN, L. **Hermenêutica filosófica: entre a linguagem da experiência e a experiência da linguagem**. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

ROMANS, Mercè.; PETRUS, Antoni; TRILLA, Jaume. **Profissão: Educador Social**. Tradutor Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2003.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo: Editora Martin Claret Ltda., 2011- 5ª Reimpressão. (Coleção a obra Prima de cada Autor).

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou Da educação**. Trad. Sérgio Milliet. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995

SÃO PAULO. Polícia Militar. **Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência**. Disponível em: <http://www4.policiamilitar.sp.gov.br/unidades/dpcdh/index.php/proerd-2/> Acesso em: 24 nov 20.

SAVATER, Fernando. **O valor do educar**. Tradução de Monica Stahel. São Paulo: Planeta do Brasil, 1998.

SERRES, M. **Polegarzinha**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Pós-graduação e pesquisa: o processo de produção e de sistematização do conhecimento. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 9, n. 26, p. 13-27, jan./abr. 2009

SIBILIA, P. **O homem pós-orgânico**: a alquimia dos corpos e das almas à luz das tecnologias digitais. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015.

SILVA, P. R. da. A comunicação na prática médica: seu papel como componente terapêutico. **Revista Portuguesa de Clínica Geral**, v. 24, p. 505-512, 2008.

STRECK, Danilo R. **Educação para um novo contrato social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

TOFFLER, A.; TOFFLER, H. **O futuro do capitalismo**: a economia do conhecimento e o significado da riqueza no século XXI. São Paulo: Saraiva, 2012.

YOUNG, Michael. Para que servem as escolas? **Educação & Sociedade**. Campinas, SP, v. 28, n. 101, p. 1287-1302, sete. /dez. 2007.

YOUNG, K. S.; YUE, X. D.; LIYING. Estimativas de prevalência e modelos etiológicos da dependência de internet. In: YOUNG, K. *et al.* (Org.) **Dependência de internet**: manual e guia de avaliação e tratamento. Porto Alegre: Artmed, 2011. p. 19-35.

YOUNG, S. K. ABREU, C. N. de. Introdução. YOUNG, K. *et al.* (Org.) **Dependência de internet**: manual e guia de avaliação e tratamento. Porto Alegre: Artmed, 2011. p. 13-16.

YOUNG, K. *et al.* (Org.) **Dependência de internet**: manual e guia de avaliação e tratamento. Porto Alegre: Artmed, 2011.

VEIGA-NETO, Alfredo. É preciso ir aos porões. **Revista Brasileira de Educação**. v. 17, n.50, p. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n50/v17n50a02>. Acesso em: 23 de março de 2021.

ZUBEN, Newton A. V. Sobre formação: da incerteza à compreensão. *In*: MENDONÇA, Samuel; GALLO, Sílvio (Orgs.) **A escola**: problema filosófico. São Paulo: Parábola, 2020, p. 51-76.

APÊNDICES

APÊNDICE A
QUESTIONÁRIO

(https://docs.google.com/forms/d/1JCKXYyeTv2KzScnLanU_qvBDTuQvCy4Xw6vs0O0D074/edit)

Você está sendo convidado(a) a responder este questionário anônimo, online, que faz parte da coleta de dados da pesquisa **O policial militar instrutor do programa educacional de resistência às drogas e a violência (Proerd) como educador social**, sob execução da pesquisadora Nedia Debora de Avila Giacomini, acadêmica do Mestrado em Educação da URI Frederico Westphalen, sob orientação do prof. Arnaldo Nogaro. A pesquisa busca compreender se a atuação do policial militar, enquanto instrutor do Proerd, caracteriza-se como uma ação de educador social. A importância social da presente pesquisa está na possibilidade de mudança de comportamentos nos estudantes, e somado a isso, a certeza de que a mudança para um mundo possível passa pela educação do ser humano. Almejamos que possa servir de subsídio para outros pesquisadores que buscarem o aprofundamento em pesquisas futuras que encontrarem semelhança com o tema abordado, servindo para redimir dúvidas que parem acerca da contribuição, relevância e papel do instrutor do Proerd.

Caso você concorde em participar da pesquisa, leia com atenção os seguintes pontos:

- a) você é livre para, a qualquer momento, recusar-se a responder às perguntas que lhe ocasionem constrangimento de qualquer natureza;
- b) você pode deixar de participar da pesquisa e não precisa apresentar justificativas para isso;
- c) sua identidade será mantida em sigilo;
- d) as questões são de múltiplas escolhas, assim, poderá marcar mais de uma resposta por questionamento.
- e) caso você queira, poderá ser informado(a) de todos os resultados obtidos com a pesquisa, independentemente do fato de mudar seu consentimento em participar da pesquisa.

Esse Projeto foi analisado e aprovado pelo Comitê de Ética da URI Frederico Westphalen.

Idade

- Menos de 25 anos 26 a 30 anos 31 a 35 anos
 36 a 40 anos 41 a 45 anos Mais de 45 anos

Sexo

- Masculino Feminino

Tempo de serviço na Brigada Militar

- Até 5 anos 6 a 10 anos 11 a 15 anos
 16 a 20 anos 21 a 25 anos Mais de 25 anos

Formação

- Ensino Médio
 Curso superior Qual?

Pós-Graduação

Sim Não

1 Há quanto tempo você é instrutor do Proerd?

1 a 3 anos 4 a 7 anos 8 a 11 anos Mais de 11 anos

2 Qual a média de aulas do Proerd que deu nos quatro últimos anos, considerando uma aula por turma, tanto para alunos dos 5º e 7º anos?

01 aula semanal 2 a 4 aulas semanais 5 a 7 aulas semanais
 Mais de 7 aulas semanais.

3 Sobre a elaboração e planejamento das aulas do Proerd, em que momento ocorrem:

- a) na semana anterior, de acordo com o manual do instrutor do Proerd;
- b) na semana anterior, de acordo com minha livre vontade;
- c) em dias anteriores a aula a ser dada, de acordo com o manual do instrutor do Proerd;
- d) em dias anteriores a aula a ser dada, de acordo com minha livre vontade;
- e) não há qualquer planejamento para aula.

4 Ainda sobre o planejamento das aulas a serem ministradas, em que momento do dia é ou foi realizado.

- a) Organizo o conteúdo durante o atendimento de ocorrência/ demanda administrativa, ou seja, durante o serviço que executo de forma ordinária.
- b) Já tenho tudo organizado, apenas leio o conteúdo na véspera e providencio o material de apoio.
- c) Organizo o material e estudo no meu horário de folga.
- d) Não organizo nem estudo o material com antes de ministrar a aula.

5 Dos conteúdos trabalhados em sala de aula, qual (is) desses, de acordo com sua percepção, são mais importantes para o desenvolvimento do pensamento crítico do estudante? (**Enumere cinco itens por ordem de prioridade**).

- Informações Sobre Drogas para Tomada de Decisão Responsável.
- Riscos e Consequências.
- Pressão dos Colegas.
- Lidando com Situações de Tensão.
- Bases da Comunicação.
- Comunicação não verbal e Escuta Enfática.
- Bullying.
- Ajudando os Outros.
- Obtendo a ajuda dos outros.
- Outra:

6 Dos conteúdos trabalhados em sala de aula, qual desses, de acordo com sua percepção, chamam inicialmente mais atenção do estudante? (**Enumere cinco itens por ordem de prioridade**).

- Informações Sobre Drogas para Tomada de Decisão Responsável.

- Riscos e Consequências.
- Pressão dos Colegas.
- Lidando com Situações de Tensão.
- Bases da Comunicação.
- Comunicação não verbal e Escuta Enfática.
- Bullying.
- Ajudando os Outros.
- Obtendo a ajuda dos outros.
- Outra:

7 Dentre o conteúdo abordado nas aulas com a turma dos 5º anos, especificamente quando a lição trata sobre o assunto “drogas”, qual (is) dessa (s) afirmação corresponde (m) com o conteúdo ministrado aos estudantes (**pode ser marcada mais de uma alternativa**).

- São apresentadas consequências físicas e psicológicas do uso de substâncias lícitas e ilícitas no organismo do usuário.
- São apresentadas consequência no convívio social do uso das drogas lícitas e ilícitas pelo indivíduo.
- São apresentados o prejuízo de uma forma geral do uso de drogas lícitas e ilícitas para a saúde física, mental, família e para a sociedade.
- O estudante recebe informações novas, através da apresentação de pesquisa científica, que impactam sobre o malefício do cigarro no corpo humano.
- São repassadas, através de diferentes modelos, formas de recusar e evitar situações de riscos envolvendo drogas.
- Outra:

8 Dentre o conteúdo abordado nas aulas com a turma dos 5º qual (is) dessa (s) afirmação guardam correspondência com o conteúdo ministrado aos estudantes: (**pode ser marcada mais de uma alternativa**).

- Reflexão sobre as consequências das escolhas tomadas.
- Antes de ser tomada uma decisão deve ser avaliado o risco.
- Estudante tem acesso a um método para ser aplicado para a solução de problemas ao longo da vida.
- É destacada a importância do diálogo como forma de resolução de conflitos.
- É ensinado ao estudante como resolver um problema de forma não violenta.
- Durante as aulas os estudantes recebem informações de como lidar com a tensão e controlar o stress.

9 Dentre o conteúdo abordado nas aulas com a turma dos 5º qual (is) dessa (s) afirmação corresponde (m) com o (s) valor (es)/ conceito (s) repassados pelo instrutor, tendo por base o conteúdo programático do Proerd, aos estudantes durante as aulas do Proerd. (**pode ser marcado mais de uma alternativa**).

- Durante as aulas são abordadas questões em que o estudante reflete sobre a importância de falar a verdade.
- Diante de uma situação difícil/ constrangedora o estudante é conduzido a refletir de uma forma empática.
- Nas lições é ressaltada a importância de respeitar e ajudar as pessoas mais velhas.

- a questão do *bullying* é trabalhada junto com os estudantes para que eles não cometam com outras pessoas.
- é ressaltada a importância do diálogo e a confiança que o estudante precisa ter em alguém responsável por ele (rede de apoio) ou família.
- o estudante é conduzido a refletir de forma não violenta para resolver um problema.
- Outra:

10 Com base nas aulas ministradas para os estudantes qual desses valores/ conceitos são trabalhados e tratados de forma paralela e em conjunto com o conteúdo programático previsto nas lições do Proerd. (**pode ser marcada mais de uma alternativa**).

- Cidadania, pois é trabalhado junto com os estudantes direitos e deveres dentro e fora da sala de aula.
- Responsabilidade social, ou seja, o estudante tem consciência que as decisões que tomar poderá afetar os demais membros do grupo social que convive.
- Empatia, pois o estudante é convidado a se colocar no local do outro durante as reflexões.
- Alteridade, pois é repassado que para viver em sociedade precisará interagir e ser interdependente de outros indivíduos, e para que isso ocorra é necessário o respeito pelo diferente.
- Respeito pelas ideias diferentes e pelo próximo.
- Uso da inteligência social e emocional para resolver os problemas.
- Outra:

11 Analisando as respostas acima, segundo sua percepção, como o conteúdo ministrado em sala de aula poderá impactar o estudante:

- As aulas do Proerd não influenciarão o estudante pois as crianças já tem opinião e personalidade formada.
- As aulas do Proerd influenciam temporariamente as crianças pois nas aulas seguintes observo que alguns estudantes não se lembram do objetivo central da aula anterior.
- As aulas do Proerd podem influenciar para a vida do estudante que prestar atenção e fazer as atividades previstas.
- O conteúdo ministrado conduz a uma postura reflexiva capaz de propiciar mudança de comportamento no estudante, desde que haja compreensão da matéria.
- Encontro ex-alunos que comentam sobre as lições e ensinamentos adquiridos nas aulas do Proerd anos mais tarde.
- Não tenho opinião formada sobre o assunto.

12 Analisando as razões que lhe conduziram para ser instrutor do Proerd, podemos destacar a (s) seguinte (s): (**pode ser marcada mais de uma alternativa**).

- Vantagem financeira.
- Reconhecimento profissional.
- Contribuir para um futuro melhor para as crianças e sociedade.
- Acreditar que pode fazer a diferença na vida dos estudantes.
- Utilizar as aulas do Proerd como forma de demonstrar para os estudantes caminhos possíveis distantes das drogas e violência.
- Outra:

13 Dentre os problemas sociais vivenciados, como uso de drogas e da violência como forma de resolução de conflitos, em que aspecto o instrutor do Proerd pode contribuir para minimizá-los ou mudar paradigmas durante as aulas ministradas? **(pode ser marcada mais de uma alternativa)**.

- Os alunos do Proerd não recebem conhecimento suficiente que permitam mudança de pensamento e comportamental.
- Embora seja apresentado conteúdo durante as aulas que trate do tema não vejo como apresentar uma nova perspectiva e forma de resolver conflitos para os alunos.
- Os alunos são incentivados a refletir sobre seu comportamento e tomadas de decisões, assim como as consequências das suas escolhas, e nesse contexto é reflexivo sobre os malefícios do uso das drogas e da violência.
- Com exemplos vivenciados da atividade policial é possível alertar os estudantes quanto os perigos do uso das drogas e das ações violentas para resolver conflitos, em complemento as atividades curriculares.
- Através do diálogo e da escuta ativa, é criado um espaço de conhecimento em que o instrutor do Proerd relaciona o conteúdo programático às vivências diárias do estudante e do Policial Militar em que são abordados assuntos que convencionalmente não fazem parte dos currículos escolares, mas que são importantes para o desenvolvimento do ser humano.
- Outra:

14 Após a análise de todas as atividades laboradas pelo Policial Militar enquanto instrutor do Proerd e dos conteúdos trabalhados em sala de aula é possível identificar também que exerce outros papéis: **(pode ser marcada mais de uma alternativa)**

- Professor, pois auxilio no desenvolvimento das atividades e faço a correção.
- Policial militar, pois não tem como desvincular da função para dar a aula.
- Psicólogo, pois entendo o que a criança quer expressar e faço ela refletir sobre os assuntos;
- Coach*, pois busco promover que o estudante saia motivado das aulas em busca de seus sonhos;
- Educador social; pois entendo que a função do instrutor do Proerd contribui significativamente para a mudança de hábitos e atitudes, através dos ensinamentos e valores que são repassados e debatidos durante a aula, sendo mola propulsora para a formação de uma consciência cidadã em que o estudante é conduzido a refletir sobre a vida resolvendo problemas de forma não violenta, sem uso de drogas, respeitando e auxiliando as pessoas;
- Outra:

15 Para você, qual a importância do trabalho realizado no Proerd?

16 Após essa análise e questionário, ao desempenhar a função de instrutor do Proerd você se identifica como desenvolvendo uma atividade semelhante a realizada por um educador social?

- Não Sim Às vezes Não está claro o conceito de educador social
- Tenho pouca experiência para opinar sobre o assunto.

17. Qual o seu entendimento a respeito do que significa ser um educador social?

ANEXOS

ANEXO A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Nº do CAAE 50576221.0.0000.5352

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa intitulada: O POLICIAL MILITAR INSTRUTOR DO PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS E A VIOLÊNCIA (PROERD) COMO EDUCADOR SOCIAL”, em virtude de coletar dados por meio de questionário anônimo para a pesquisa acima referida, coordenada pela Pesquisadora Nedra Debora de Avila Giacomini e contará ainda com a orientação do professor Arnaldo Nogaro.

A sua participação não é obrigatória sendo que, a qualquer momento da pesquisa, você poderá desistir e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo para sua relação com o pesquisador e com a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Campus Frederico Westphalen.

O objetivo desta pesquisa é compreender se a atuação do policial militar, enquanto instrutor do Proerd, caracteriza-se como uma ação de educador social.

Caso você decida aceitar o convite, será submetido (a) ao(s) seguinte(s) procedimentos: responder a um questionário não identificado com dezessete questões com a utilização do formulário no *Googel Forms*.

O tempo previsto para a sua participação é de aproximadamente trinta minutos.

Os **riscos** relacionados com sua participação são mínimos considerados em função do tempo disponibilizado para responder ao questionário e serão minimizados pelos seguintes procedimentos: você receberá o link para acesso às questões para serem respondidas, após seu aceite e concordância. A grande maioria das questões são fechadas, o que diminui o tempo destinado para responder.

Os **benefícios** relacionados com a sua participação envolvem sua contribuição para a ciência e para a sociedade, uma vez que vai para demonstrar que trabalhar valores fundamentais ao convívio coletivo na escola reflete para a convivência em sociedade e o desenvolvimento da inteligência social como forma de solução para os problemas apresentados, através do método aplicado pelos alunos na resolução de problemas simulados, mas que podem ser aplicados ao longo da vida.

Os resultados desta pesquisa poderão ser apresentados em seminários, congressos e similares, entretanto, os dados/informações obtidos por meio da sua participação serão confidenciais e sigilosos, não possibilitando sua identificação.

A sua participação bem como a de todas as partes envolvidas será voluntária, não havendo remuneração para tal.

Não haverá qualquer custo nem gasto financeiro de sua parte. Não está previsto indenização por sua participação, mas se você sofrer qualquer dano resultante da sua participação neste estudo, sendo ele imediato ou tardio, previsto ou não, você tem direito a assistência integral e gratuita, pelo tempo que for necessário, e, também o direito de buscar indenização. Ao assinar este termo de consentimento, você não estará abrindo mão de nenhum direito legal, incluindo o direito de pedir indenização por danos e assistência completa por lesões resultantes de sua participação neste estudo.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações do projeto, se você aceitar em participar deste estudo, assine o consentimento de participação, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa, você não será penalizado. Este consentimento possui mais de uma página, portanto, solicitamos sua assinatura (rubrica) em todas elas.

A qualquer momento, você poderá entrar em contato com o pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sobre sua participação.

Pesquisador Responsável: Nedra Debora de Avila Giacomini

Endereço: Rua Brasília, 325, Bairro Itapajé, Frederico Westphalen

Telefone:

996507155

Assinatura:



Em caso de dúvida quanto à ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP).

Avenida Assis Brasil – Bloco 6 – Bairro Itapagé

Frederico Westphalen/RS CEP: 98-400-00

Tel.: (55) 3744. 9200 ramal 306

ANEXO B

ANEXO A

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PROVISÓRIA DA SECRETARIA DE SEGURANÇA
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Termo de Autorização Provisória da Instituição

Eu, abaixo assinado, Comandante do CRPO Fronteira Noroeste, autorizo tendo ciência da tramitação do estudo **O policial militar instrutor do programa educacional de resistência às drogas e a violência (Proerd): educador social na construção da cidadania e direitos humanos**, a ser conduzido pelos pesquisadores abaixo relacionados. Fui informado pelo responsável do estudo sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento se/quando aprovado pelo CEP da proponente.

Declaro ainda que emitirei a autorização final para a pesquisa após ter lido e concordado com o parecer ético emitido pelo CEP da instituição proponente bem como com o projeto de pesquisa, baseado nas Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 510/2016. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante durante o desenvolvimento do projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes da pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.



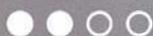
Santa Rosa, 09 de junho de 2021

[Handwritten signature]
CARLOS ALBERTO C. DE AGUIAR JR
Ten Cel Resp./ Comando do CRPO/FNO

Carlos A. C. AGUIAR Jr.
Ten. Cel. QUEM - Id Func 2280450

Pesquisadora:

Nedia Debora de Avila Giacomini E-mail: nedia.giacomini@gmail.com Telefone: (55) 96507155



REDMI 9T | SGT WAIS